



Universität Potsdam

Stefan Gatzhammer

## Antijesuítismo europeu : relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)

first published in:

Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa,  
Universidade Católica Portuguesa, 2.a série (1993), tomo 5. 159 - 250

Postprint published at the Institutional Repository of the University of  
Potsdam:

In: Postprints der Universität Potsdam

Philosophische Reihe ; 30

<http://opus.kobv.de/ubp/volltexte/2009/2927/>

<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:kobv:517-opus-29271>

Postprints der Universität Potsdam

Philosophische Reihe ; 30

# ANTIJESUITISMO EUROPEU: RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS E CULTURAIS ENTRE A BAVIERA E PORTUGAL (1750-1780)

STEFAN GATZHAMMER \*

## I. INTRODUÇÃO

### I.1. Objectivo da investigação

O antijesuitismo não conhece fronteiras. De forma sintética e apresentada *a priori*, eis a frase que determina o método que aqui serve de base: o objectivo central desta investigação, que é no seu núcleo uma história cultural, é a análise da rede de relações antijesuíticas entre Portugal e a Baviera, enquanto unidade cultural «*inserida no antigo, grande e vasto mundo católico-românico*». <sup>1</sup> O interesse condutor desta investigação liga-se à rede de relações interna à Europa, tendo em consideração a evolução das características político-diplomáticas das estruturas mentais do conjunto europeu e entre nações para, no extremo ocidental do continente europeu, ser dimensionado o estabelecimento de uma vaga europeia de actividades antijesuíticas. Esclarecer o ponto de partida da investigação — para procurar provar um possível nexos causal assim como para descobrir linhas de contacto entre a história dos acontecimentos e das estruturas —, é admitir a afirmação de uma particular manifestação de antijesuitismo. <sup>2</sup> «Os séculos dos Tempos Modernos e, entre eles, particularmente o sec. XVIII, representam o período no qual a Europa, como

\* Katholisch-Theologische Fakultät. Universität Regensburg (Alemanha).

<sup>1</sup> Spindler, *Ruf des barocken Bayern* 327s.

<sup>2</sup> O objectivo não consiste, portanto, na procura dos fundamentos para a expulsão ou a supressão da Companhia de Jesus, ainda que o ordenamento histórico das medidas antijesuíticas em Portugal também inclua as motivações coevas.

configuração cultural e comunidade de destino, aprendeu a compreender-se.»<sup>3</sup> A consideração do antijesuítismo como «signo do séc. XVIII»<sup>4</sup> pressupõe, portanto, o alargamento da problemática.

Formulada axiomáticamente: no antijesuítismo europeu dá-se a conhecer aquela limitação geográfica a qual se torna inaceitável isolamento cultural de uma temática que apenas se entenda no contexto europeu, por vezes mesmo no contexto originário extra-europeu. Apenas a estreita limitação temporal aos poucos, mas decisivos, anos imediatamente antes da supressão da Companhia de Jesus permitia a realização prática do empreendimento. Parece admissível que através do tratamento da temática a partir do aspecto escolhido se tornem visíveis perspectivas até agora muito pouco ou nada consideradas. Através do ponto de vista fixado de início, este trabalho deverá servir como contraposição auto-consciente ao peso insuportável do Norte na corrente historiográfica iluminista, hoje em curso.<sup>5</sup>

O termo «antijesuítismo» e o seu derivado «antijesuítico» são, no nosso sentido, em geral, expressões que definem uma consciente e hostil atitude básica contra a Companhia de Jesus. O antijesuítismo é tão antigo quanto a própria Companhia. Constitui, por isso, um fenómeno de tal maneira amplo, apresentando-se muito complexo e amplamente difundido, que não pode ser tratado exaustivamente. O segmento espacial geográfico visado, no interior de um período temporal que se pode abranger, deve, por consequência, alcançar a profundidade desejada. Forçosamente, o panorama geral sobre poucos (mas decisivos, para os jesuítas) anos do Portugal absolutista é apresentado nos seus motivos históricos fundamentais.

O suporte cronológico pressuposto permite ver, ao mesmo tempo, a situação actual da investigação, tal como se deve sobretudo aos historiógrafos lusófonos. Na sua sequência, através da procura das

<sup>3</sup> Müller, *Idee* 61. A época do Iluminismo excede também o sec. XIX na sua perspectiva redutora ao Estado nacional. Para o novo comportamento de abertura da Baviera perante a Europa ocidental no início do sec. XVIII, cf. van Dülmen, *Neuorientierung* 496; para o novo clima cultural na Europa ocidental e central, cf. Schryver 353-355.

<sup>4</sup> Van Dülmen, *Antijesuitismus* 52.

<sup>5</sup> Nessa medida o trabalho pode ser visto como uma declaração de guerra. Nenhum dos estudos parcelares de peso nórdico pode contribuir, construtivamente, para a bibliografia. Cf., para este justo reparo, a recensão de Alois Schmid, in: ZBLG 53 (1990) 808ss. (Volume de artigos recenseado: *Aufklärung und Geschichte. Studien zur deutschen Geschichtswissenschaft im 18. Jahrhundert*, Göttingen 1986.).

ligações indirectas e apoios de Portugal para a Baviera, o antijesuítismo europeu é submetido a pormenorizado tratamento analítico. Nas duas capitais, Lisboa e Munique, apresentam-se, além do mais, bases diversamente amplas de investigação específica no que respeita às manifestações locais de antijesuítismo. Com repetidas mudanças de posição crítica, devia ser evitada a parcialidade e garantida a prioridade da análise contemporânea da questão jesuíta por parte dos seus adversários. Devido ao presente método comparativo e à problemática relacionada à Europa, o estudo é uma tentativa de modelo sem precursor.

## I. 2. Bibliografia utilizada

O carácter de modelo deste estudo é acentuado pela quase inexistência da história portuguesa na tradição científica de língua alemã.<sup>6</sup> O diagnóstico ao estado da investigação, de acordo com as expectativas, é negativo: a bibliografia específica sobre o tema não existe. De pouco êxito, também, mostra-se a pesquisa bibliográfica para a investigação das relações bávaro-portuguesas<sup>7</sup> no sec. XVIII. Recentemente, em 1990/91,<sup>8</sup> o duplo jubileu da Companhia de Jesus deu lugar a um extenso volume de ensaios<sup>9</sup> e a uma exposição sobre a actividade dos jesuítas na Baviera.<sup>10</sup>

Para a pré-história e efectivação da supressão da Companhia de Jesus são importantes, como primeira ajuda, os estudos históricos

<sup>6</sup> A última obra geral é de Heinrich Schäfer: *Geschichte von Portugal*, 5 Bände, Hamburg-Gotha 1836-1854. No quadro de uma biografia de Pombal, Bernhard Duhr analisou os relatórios do embaixador imperial, enviados de Lisboa para Viena (Duhr, *Pombal*).

<sup>7</sup> Se para a Áustria e Portugal faltam investigações úteis, a investigação quanto às relações entre a Baviera e Portugal representa um domínio totalmente inexplorado. Ramos, *Kulturbeziehungen* está ultrapassado; a panorâmica geral de Kuder é rica e estimulante, porém sem pretensão científica. Para as relações entre Áustria e Portugal surgirá em breve: Stefan Gatzhammer, *Politisch-diplomatische Beziehungen zwischen Portugal und Österreich im 18. Jahrhundert vor dem Hintergrund der Jesuitenfrage*, in: *MIÖG* 102 (1994) (no prelo).

<sup>8</sup> 1491 é o ano de nascimento do fundador Inácio de Loyola; em 1541, o Papa Paulo III confirma a Ordem religiosa.

<sup>9</sup> *Ignatianisch. Eigenart und Methode der Gesellschaft Jesu*, (Hrsg. von Michael Sievernich u.a.) Freiburg 1990.

<sup>10</sup> *Die Jesuiten in Bayern 1549-1773*. Cf., sobretudo, entre outros, para as críticas coevas à Ordem: *Ibid.* 273-283.

orientados regionalmente.<sup>11</sup> O tipo de reflexão regional coloca, com isso, à disposição valiosos resultados quanto aos pressupostos específicos e às formas do antijesuítismo. A sua visão de conjunto e tratamento comparativo mostram, a bem dizer, diversos pontos de partida metodológicos que não levam a qualquer caminho viável, quando o campo de trabalho se reduz às fronteiras territoriais. O seu limitado valor afirmativo para a posição da temática escolhida não precisa, por isso, de ser particularmente sublinhado. Isto é válido para a, muito restrita no espaço, análise de van Dülmen,<sup>12</sup> a qual provocou uma legítima crítica.<sup>13</sup> Neste contexto, lamentou-se que «as influências extra-alemãs e as recíprocas actividades internacionais relacionadas com o Iluminismo católico alemão tenham, até agora, sido tão pouco investigadas».<sup>14</sup> Impulsos orientadores para uma investigação feita com base em arquivos, partiram até agora, sobretudo, dos inúmeros trabalhos do importante historiador dos jesuítas, Bernhard Duhr.<sup>15</sup>

### I. 3. Estado das fontes

A análise baseia-se, nas suas partes essenciais, em fontes inéditas. Mediante a limitação do tema foi tida em conta a transmissão dispersa por vários arquivos do material utilizado. Fundos completos só estavam disponíveis, em parte, em arquivos estrangeiros. A concepção do trabalho excluiu, em grande medida, a avaliação de descrições de viagens<sup>16</sup> e da bibliografia antijesuíta<sup>17</sup> da época quando fontes impressas.

<sup>11</sup> Para Portugal: Ferrão; Santana; para o sul da Áustria e Viena: Kröll, *Beiträge*; Id., *Auswirkungen*; Duhr, *Maria Theresia*; para a Baviera: Müller, *Aufhebung*; para Passau: Diendorfer. Cf., ainda, Schneider, *Aufhebung*; Duhr, *Relationen über die Aufhebung*.

<sup>12</sup> Van Dülmen, *Antijesuitismus*, abrange, na verdade, o fenómeno como um todo complexo, mas restringe o olhar aos príncipes eleitores religiosos, aos bispos eleitores da Alemanha do sul assim como à Baviera e à Áustria.

<sup>13</sup> Müller, *Aufhebung* 288, censura a van Dülmen o ter isolado, temporal e espacialmente, o antijesuítismo do seu contexto originário.

<sup>14</sup> Schindling 222.

<sup>15</sup> Cf., sobretudo, Duhr, *Etappen*; Id., *Pombal*; Id., *Mordversuch*.

<sup>16</sup> Do sec. XVIII estão à disposição múltiplas descrições de viagens como fontes da história cultural. O seu valor para a nossa problemática é, contudo, limitado. Foi referido, diversas vezes, o seu contributo para a formação de imagens e estereótipos: Robel 23; Osterhammel 13ss. Cf., ainda, pelo seu valor como fonte, Mörner, *Europäische Reiseberichte* 281s. Prescindiu-se da sua análise.

<sup>17</sup> A produção bibliográfica antijesuíta na Europa, a partir do sec. XVI, é dificilmente resumível. Da do sec. XVIII, registre-se: Gabrielli; Naumann 476-505;

Na Biblioteca Nacional de Lisboa está conservado um volumoso fundo para a história de Portugal, de 1750 a 1777/82, a «coleção Pombalina». <sup>18</sup> A coleção, criada no final do sec. XIX, recolheu uma imensidão de documentos acerca da pessoa, da política e da influência do primeiro ministro português, Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal. Para o tratamento da questão dos jesuítas, ela põe, graças a um catálogo específico, ricos materiais à disposição.

A correspondência diplomática do embaixador português na Corte de Viena para Lisboa <sup>19</sup> foi avaliada exaustivamente sob os aspectos referidos, para além dos restritos domínios político-diplomáticos. Para a investigação histórica especificamente cultural e das ideias, os relatórios da legação representam de facto «um ainda enorme reservatório de informações não esgotado». <sup>20</sup> A sua exploração e avaliação pressupõe, sem dúvida, familiaridade com a problemática das fontes da correspondência da legação. Abstraindo da necessária perspectividade e da tendência subjectiva pessoal, a importância das relações diplomáticas reside sobretudo na «continuidade e minuciosidade da informação» <sup>21</sup> acerca dos acontecimentos na Corte. Nem todos os pormenores do relatório resistem ao exame crítico <sup>22</sup>; linhas gerais de evolução e análises rigorosas da situação são, contudo, justamente de prever de um embaixador com longa actividade na Corte. Do ponto de vista quantitativo, o fluxo informativo de Viena para Lisboa dife-

---

Pastor XVI/1, 935s; *Die Jesuiten in Bayern* 280-283 (n.ºs 244-246). Cf., acerca da divulgação dos escritos antijesuítas em bibliotecas privadas: Bräuning-Oktavio 151; Fichtl, *Bücherzensurkollegium*, 25; Schnelle 122.

<sup>18</sup> BNL Col. Pomb. Na sua maior parte, a coleção está à disposição dos utentes, em microfilme.

<sup>19</sup> ANTT MNE: as Cxs. 513-516 contêm os relatórios dos embaixadores portugueses na Corte de Viena, enviados para Lisboa no período entre 1735-1769. No Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, dos poucos fundos existentes valeu a pena a verificação para dois casos: AHDMNE Cx. 1 maço 1A e Cx. 1 maço 4.

<sup>20</sup> Kleinmann, *Praxis* XXXIII, chama a atenção para a possibilidade de análise, muito pouco utilizada, para a problemática da história da cultura e das ideias. O contributo de Kuder introduz a edição dos relatórios dos embaixadores de Madri para Viena, publicada por Hans Juretschke. Seria desejável continuar esta edição com os relatórios de Lisboa para Viena.

<sup>21</sup> Schmid, *Außenpolitik* 11 nota 78; cf., também, Aretin 12s nota 12.

<sup>22</sup> Muitas vezes trata-se de rumores, não comprovados, postos a circular. Cf., também, Duhr, *Etappen* 447.

rencia-se, naturalmente, dos acontecimentos relatados da Baviera para Portugal.<sup>23</sup>

Um até agora desaperecebido corpo de fontes deveria, anteriormente à investigação, ser inteiramente explorado de novo: na correspondência dos eruditos europeus dos Tempos Modernos, a troca de cartas dos cónegos agostinhos bávaros com conventos portugueses ocupa um lugar sem par. As cartas originais dos cónegos do convento de Polling foram descobertas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo,<sup>24</sup> e são correlativas às dos correspondentes portugueses que se encontram na Biblioteca Nacional da Baviera, em Munique.<sup>25</sup>

A par de documentos esporádicos em pequenos arquivos,<sup>26</sup> foram consultados os fundos referentes aos Jesuítas no Arquivo Nacional da capital bávara<sup>27</sup>, e um fascículo sobre a questão jesuíta portuguesa existente no outrora arquivo nacional secreto.<sup>28</sup>

## II. ANTIJESUÍTISMO EM PORTUGAL

### II. 1. Antijesuítismo em Portugal no tempo de Pombal

«Não houve na Europa, e mesmo nos dois Mundos, nenhum país no qual a Companhia de Jesus fosse tão venerada, poderosa e firmemente estabelecida, como nas terras e reinos submetidos ao domínio português. (...) Desde que a costa de África e as extensas planícies brasileiras foram tornadas férteis pelo trabalho, o suor e o sangue dos missionários jesuítas, em favor dos portugueses, não tem a Corte de Lisboa deixado de conceder a essa Sociedade os seus favores, que não cessam de exprimir a ilimitada confiança e profunda influência. (...) E, assim, como

<sup>23</sup> Cf. III.1.

<sup>24</sup> ANTT MsL 1101, fols. 263-330. Supõe-se, com fundamento, existirem cartas isoladas em Coimbra, o que actualmente está a ser examinado. Conforme informação escrita do Prof. Manuel Augusto Rodrigues, Director do Arquivo da Universidade de Coimbra, de 9.2.1993, não foi conservada qualquer correspondência entre a Baviera e Portugal.

<sup>25</sup> BStB Clm 26451. Encontram-se cópias, em: BStB Clm 26440, 26443 e 26444.

<sup>26</sup> StA Amberg; DA Eichstätt; StA Mainz; OA Passau; AOPJ.

<sup>27</sup> Cf. o resumo do conteúdo da BayHStA Jesuitica: Willeke 323-345. Os documentos provêm do Arquivo da Província jesuíta da Alta Alemanha.

<sup>28</sup> BayHStA Kschw. 15818 contém um «Fasciell die Affairen der Societas Jesu in Portugal betreffend». Devo ao Prof. Alois Schmid, de Eichstätt, estas indicações arquivísticas.

explicar que justamente de Portugal partisse a primeira estocada, que abalou e destroçou este magnífico edifício?»<sup>29</sup>

Por muito tempo, a história de Portugal, entre 1750 e 1777, foi chamada, em exclusivo, «Época pombalina». A antiga historiografia ocupava-se unicamente com a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo,<sup>30</sup> o futuro Marquês de Pombal,<sup>31</sup> que cunhou 1/4 de século da história portuguesa.<sup>32</sup> As revoluções na ciência e na sociedade foram tão pouco tidas em conta quanto os velhos posicionamentos do problema foram ultrapassados.<sup>33</sup> Medidas políticas de reforma com objectivo regalista foram mesmo valorizadas como resultado da atitude basicamente antijesuíta<sup>34</sup>; a atitude de oposição aos Jesuítas foi, por sua vez, designada, numa perspectiva psicológica, como «complexo pombalino».<sup>35</sup>

<sup>29</sup> Theiner I, 5, fez esta tradução do vol. I, 16, de «Memoires pour servir à l'histoire des événements de la fin du dix-huitième siècle depuis 1760 jusqu'en 1806-1810», 6 vols, Paris 1817-1818. O autor foi o ex-jesuíta francês Jean François Geogel, que tinha abandonado a Ordem em 1762. Cf. Sommervogel III, 1339.

<sup>30</sup> IBEPI III, 1037; ABEPI, Fiche 753, 344-394; Serrão, *Pombal*. Cf., ainda, a bibliografia (abrange perto de 2400 cotas) em: *Marquês de Pombal. Catálogo bibliográfico e iconográfico*.

<sup>31</sup> Foi nobilitado, em 1759, com o título Conde de Oeiras e, em 1770, Marquês de Pombal. Na investigação histórica, ainda antes de 1770, impôs-se a designação simplificada de Carvalho e Melo como 'Pombal'.

<sup>32</sup> Macedo, *Situação económica* 39-46, opôs-se firmemente a esta posição, iniciando, assim, a moderna investigação acerca de Pombal. Manuel Antunes tende para uma figura de Pombal em traços carregados, designando-o como «Primeiro Ministro *fac totum* de um Monarca absoluto *fac nihil*» (Antunes 134). Cf., também, Maxwell, *Pombal* 79.

<sup>33</sup> Macedo (*ibid.*, 39s) indica a investigação das relações entre Pombal e o rei D. José, as razões pessoais de Pombal na política antijesuíta, as causas e efeitos do seu ódio (?) à nobreza e aos jesuítas; além disso, Martínez 197, o qual vê, na adjectivação «pombalino» para toda a actividade política daquela época, implícita uma avaliação histórica preconceituosa.

<sup>34</sup> A significativa frase de João Lúcio de Azevedo representa a opinião da mais antiga investigação (1922): «Toda a acção pombalina é consequência do seu ódio antijesuítico», cit. por Macedo, *Situação económica*, 40; do mesmo modo, A. Leite, *Ideologia pombalina* 53.

<sup>35</sup> Brazão, *Política externa pombalina* 71s, atribui esse complexo ao historiador F.A. de Oliveira Martins. Complexos semelhantes são, também, apontados por historiadores de outras tradições científicas como, p. ex., Charles Boxer. O juízo de Boxer acerca de Pombal: «extraordinary Jekyll-and-Hyde-character» (Boxer 117), é rejeitado como não científico e, em todo o rigor, difamador.



Jorge Borges de Macedo, pela primeira vez, exigiu que se tratasse a chamada época pombalina — pondo de lado o debate «jesuítas-antijesuítas» —, integrada na história política e acompanhada do colocar da questão histórica, económica e social.<sup>36</sup> Da posição de Lisboa, os contextos do acontecimento das medidas antijesuítas devem ser tratados em relação com a problemática da história económica e social de Portugal.<sup>37</sup>

## II. 1.a. O terramoto de Lisboa, em 1755

Um dos, até hoje, mais violentos terremotos<sup>38</sup> castigou, em 1 de Novembro de 1755 a capital portuguesa.<sup>39</sup> Os devastadores estragos comprometeram durante meses todas as forças administrativas<sup>40</sup> ainda disponíveis em Lisboa<sup>41</sup>, que foi a mais afectada. A total paralisia da vida económica e social desembocou em duas correntes absolutamente divergentes<sup>42</sup>: à eficiente política de reformas pouco a

<sup>36</sup> Macedo, *Situação económica* 43s.

<sup>37</sup> É expressamente referido que as problemáticas da história extra-europeia, ou seja, das colónias portuguesas, não podem ser preliminarmente tomadas em consideração. Uma forma global de considerar a Europa tem de ficar reservada para uma investigação própria, apoiada em arquivos. Indispensáveis e em qualquer perspectiva desenvolvidos, estudos arquivísticos em Macau, Goa, Angola, Moçambique e, sobretudo, no Brasil, são pressupostos de um estudo histórico que, na sequência da presente investigação, deve ser designado como desiderato urgente da investigação.

<sup>38</sup> Novas avaliações, ao contrário das altíssimas estatísticas feitas primeiramente, estimam, hoje, não mais de 5000-8000 mortos e cerca de 10000 edifícios destruídos: Carnaxide 120; Serrão, *História de Portugal* VI, 27-33; Maxwell, *Pombal*, 81.

<sup>39</sup> Os 7 minutos apenas de terramoto e marmoto associados alcançaram, segundo cálculo comparativo da moderna sismologia, 8/9 pontos da escala graduada, «probably a maximum limit to the magnitude of earthquakes», Waltham 16s. A alta situação de perigo no que respeita a tremores de terra na costa atlântica do centro de Portugal encontra-se provada em: *Atlas on Seismicity* 14.

<sup>40</sup> Cf., acerca do enorme encargo financeiro da Fazenda Real, após o terramoto: Carnaxide, 121-124. Do final de 1755 até Maio de 1756 reinou a anarquia em todas os organismos administrativos: Chorão 102.

<sup>41</sup> Chorão 105; para a literatura histórica sobre a vida quotidiana após o terramoto, Chantal 11-62.

<sup>42</sup> Dias, *Terramoto* 183, caracteriza isso como «dicotómico entrechoque filosófico do século: racionalismo *versus* intuição».

pouco instituída com Pombal como força motora<sup>43</sup>, contrapôs-se, por muito tempo, uma desorientação paralisadora, a qual, com a sua rica produção literária, pode ser designada de autónoma «filosofia do terramoto».<sup>44</sup>

Em toda a Europa,<sup>45</sup> as interpretações teológico-morais que viram o terramoto como punição vinda de Deus, mantiveram um impulso geral<sup>46</sup>; em Portugal foi entendido como advertência e anúncio de novas catástrofes.<sup>47</sup> Aos olhos de Pombal, era imperdoável que um religioso conhecido na cidade, como era o jesuíta Gabriel Malagrida,<sup>48</sup> se manifestasse nesse mesmo sentido. Desterrado Malagrida para Setúbal, foi o Cardeal Patriarca de Lisboa intimado por Pombal, a 3 de Novembro, a intervir contra o pânico, de tal modo irresponsável, que se tinha instalado.<sup>49</sup>

<sup>43</sup> Chorão 102. França 305, insiste no papel dirigente de Pombal: «Selbst die unnachsichtigste antipersonalistische Haltung kann die katalytische und einfallsreiche Rolle, die Pombal in einer sicher sehr komplizierten Konjunkturperiode gespielt hat, nur unter der Gefahr ignorieren, daß er die gesamte Umwandlung der portugiesischen Gesellschaft in ihrer Ökonomie, ihrer Kultur und ihren Sitten nicht begreift.»

<sup>44</sup> Dias, *Terramoto* 180ss, Serrão, *História* VI 245ss. Em parte das obras de autores anónimos, como «Theatro lamentável, Scena funesta: Relaçam verdadeira do Terramoto do primeiro de Novembro de 1755... causa natural e mystica do mesmo» ou «Destruição de Lisboa e famosa desgraça que padeceu no dia primeiro de Novembro de 1755», procura-se a causa da catástrofe natural.

<sup>45</sup> De toda a Europa chegaram também cartas de condolências das casas reinantes europeias, como, p. ex., a do príncipe eleitor da Baviera Maximiliano III José, de 16.XII.1755, na qual exprimia, ao soberano português, seu parente, a sua «teneram pro incolumitate Regiae Majestatis Vestrae sollicitudinem». Original no ANTT, Casa Forte, Livro 2 Baviera.

<sup>46</sup> Para as discussões teológico-filosóficas assim como para a discussão sobre a teodiceia provocadas pelo terramoto na Europa (sobretudo na literatura francesa), cf. a análise de Rohrer 29-44 e 47-50; no espaço neerlandês era «de verwoesting van Portugal voornamelijik een waarschuwing, die men eigenlijk dankbaar aanvaarden moest», cf. Jong 203.

<sup>47</sup> Serrão, *História* VI, 41s; para a interpretação do castigo nas pregações, ainda Kemmerer 77-90.

<sup>48</sup> De Malagrida (1689-1761), apareceu em Lisboa, em 1756, o «Juízo da verdadeira causa do Terramoto, que padeceu a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755», cf. Sommervogel V, 394s. A desmedida procura de prazeres é declarada como a razão do castigo: «Os theatros, as músicas, as danças mais immodestas, as comédias as mais obscenas, os divertimentos, as assistências aos touros, sendo tanto o concurso que enchião as praças e as ruas todas» 25, cit. segundo Frèches, *Malagrida* 321. Pormenores sobre Malagrida mais à frente.

<sup>49</sup> Dias, *Terramoto* 185. A petição era justificada com o facto de que com os apelos ao recolhimento espiritual e a uma atitude de penitência, a necessidade

Aparentemente, os jesuítas resistiram — sobretudo através de pregações — à primeira ofensiva após a catástrofe sísmica, pois o rei D. José, na sequência do terramoto, referia, numa carta ao seu ministro em Roma, que devia informar o Papa Bento XIV acerca «das desordens que os religiosos jesuítas têm feito neste Reino e no Brasil». <sup>50</sup>

Após o terramoto, poderiam os adversários da Ordem justificar o próprio modo de proceder contra esta, com a acusação de amotinação popular devida aos jesuítas? Pode o argumento de uma reprovada interpretação da catástrofe natural reclamar tanta segurança que — metaforicamente falando —, por meio do terramoto, o terreno pisado pelos jesuítas tivesse podido começar a vacilar? É de questionar se, em alternativa, não são de apresentar outras explicações mais plausíveis.

## II. 1.b. Política de reformas e demissão dos confessores da Corte em 1757

Após domínio das consequências mais graves da catástrofe natural — a reconstrução de Lisboa foi financiada (por Decreto de 2.01.1756) por um aumento de 4% no imposto de importação <sup>51</sup> —, realizaram-se, em Portugal, medidas com objectivos mercantilistas, através, respectivamente, do estabelecimento ou apoio de manufacturas, fábricas e sociedades com o monopólio do comércio, <sup>52</sup> cuja necessidade, após o Tratado de Metween, <sup>53</sup> em 1703, era justificada

---

urgente da reconstrução seria impedida. Rohrer 29 nomeia a crítica coeva da «teoria da punição de Deus».

<sup>50</sup> D. José I para Francisco de Almada e Mendonça, a 8.X.1757. Citado por Serrão, *História* VI 43, nota 121.

<sup>51</sup> Maxwell, *Pombal and the Nationalization* 623; Carnaxide 123. Ainda que designado de especial sacrifício devido ao terramoto, a medida deve ser entendida, contudo, em primeiro lugar, como dificultação das importações e meio de uma política alfandegária mercantilista. O terramoto acelerou a preparação e realização da política económica.

<sup>52</sup> Para o monopólio comercial português: Macedo, *Situação económica* 63-117; para o tipo de manufacturas: Macedo, *Indústria portuguesa* 59-124; Serrão, *História* VI 193-205.

<sup>53</sup> A partir do Tratado de Metween subsistiu entre Portugal e a Inglaterra um acordo recíproco sobre a abertura de mercados, preferêncica na qualidade e preço para o vinho (de Portugal) e produtos têxteis (de Inglaterra), cujo proveito, para Portugal, é discutido de forma controversa. A produção nas manufacturas têxteis

por uma forte dependência perante a Inglaterra.<sup>54</sup> Constatava-se uma «rapacious English connection»,<sup>55</sup> especialmente na exportação de vinho português para Inglaterra. Para fiscalização da rigorosamente limitada área de cultivo relativamente à produção e comercialização do vinho do Porto assim como para fortíssimo controlo da quantidade e qualidade do produto,<sup>56</sup> um decreto real, de 10 de Setembro de 1756, instituiu, para isso, a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro.<sup>57</sup>

A progressiva oposição a este monopólio do Estado manifestou-se nas semanas e meses seguintes, por inúmeras razões que, em inter-acção, foram avaliadas como um movimento de protesto às medidas de protecção.<sup>58</sup>

O ponto culminante do crescente descontentamento com a difícil situação económica, no qual a dita instituição acabou por inflamar um conflito latente, foi um motim popular na cidade e arredores do Porto, em 4<sup>a</sup> feira de cinzas de 1757.<sup>59</sup> O evento, para importante sector

---

portuguesas não era estimulada; ao contrário, um mercantilismo consequente respondeu claramente ao Tratado. Virou-se, sobretudo, contra o escoamento de metais preciosos de Portugal para Inglaterra. Acerca das consequências do Tratado de Metween nas relações económicas entre Portugal e Inglaterra, resumo em Hanson 288-302. Cf., também, Moreira 14ss.

<sup>54</sup> No ensaio «Relation historique du tremblement de terre survenu à Lisbonne le premier novembre 1744, ... et précédée d'un Discours Politique sur les avantages que le Portugal pourroit retirer de son malheur dans lequel l'auteur développe les moyens que l'Angleterre avoit mis jusques-lá en usage pour ruiner cette monarchie, La Haye 1756» o autor (Ange Goudar) convida a que se tome conhecimento das oportunidades que Portugal obteve para a economia, após o terramoto, libertando-se da dependência inglesa (acerca da edição do escrito, cf. *Catálogo bibliográfico*, nºs. 634 e 635). Este ensaio foi atribuído a Pombal — em 1848, por John Smith, nas «Memoirs of the Marquis of Pombal» — o que, contudo, Schorer, em 1902, pôde refutar de forma concludente e incontestada.

<sup>55</sup> Maxwell, *Pombal and the Nationalization* 612.

<sup>56</sup> Devia ser reprimido o excessivo aumento do contrabando e do vinho adulterado.

<sup>57</sup> Macedo, *Situação económica* 68-78, reproduz, aí, parte dos estatutos.

<sup>58</sup> A par de uma exagerada contribuição fiscal, a sociedade reduzira de tal modo os locais de venda de vinho a retalho que centenas de proprietários de tabernas se viram privados da sua base de subsistência (em média havia uma taberna por cada 50 habitantes!). Para o contexto geral, no Porto, assim como para o longo fermentar das causas do conflito nas camadas inferiores urbanas em relação à conduta municipal, cf. Silva, *Motins do Porto* 252-260.

<sup>59</sup> Em 23.II.1757 uma irada multidão de cerca de 5000 pessoas reclamava, em frente à sede da «Companhia» a sua imediata dissolução, com a palavra de ordem: «Viva el-Rei! Viva o Povo! Morra a Companhia!»: Silva, *Motins do Porto* 250s.

económico do Norte de Portugal, foi considerado uma ameaça à política de reformas, a oposição ao rigorismo legal equiparada a alta traição e destruída num sensacional processo de massas.<sup>60</sup> O papel do clero local é, em teoria, considerado como decisivo, embora nenhum padre tenha sido acusado no processo oficial.<sup>61</sup> Um envolvimento dos jesuítas — que, mais tarde, Pombal referiu como corresponsáveis da sublevação<sup>62</sup> — é unanimemente rejeitado em novas investigações.<sup>63</sup> A fundada não consideração do desenvolvimento no hemisfério português (antes de mais no Brasil, a mais importante colónia de Portugal, do ponto de vista económico), sugere a aparente associação da derrota do motim do Porto a uma primeira medida antijesuíta concreta: a demissão de todos os jesuítas ao serviço da Corte de Lisboa.<sup>64</sup>

Sem aviso prévio, a 21 de Setembro de 1757, como que numa acção em noite de nevoeiro, foram expulsos da Corte os padres jesuítas confessores da família real, José Moreira, Timóteo de Oliveira Jacinto da Costa, Manuel de Campos e José Aranjuez, e foi emitida uma proibição geral de entrada na Corte a todos os membros da Sociedade de Jesus.<sup>65</sup>

A imprevista medida foi atribuída pelos atingidos à força persuasiva do Marquês de Pombal sobre o rei D. José, para o qual não

<sup>60</sup> Argumentava-se que «a majestade não consiste somente na pessoa do Rei mas também nas leis»; «delictos tão atrozes» deviam, de forma exemplar, ser duramente castigados. A averiguação do juiz competente que, por fim, instaurou processos contra 478 (462) pessoas, estendeu-se por alguns meses: Silva, *Motins do Porto* 270s.

<sup>61</sup> *Ibid.* 263s.

<sup>62</sup> Os jesuítas teriam exigido, em favor dos interesses ingleses, a supressão da Companhia monopolista quando rejeitaram o vinho produzido por esta como «impróprio para ser usado na celebração da missa»: Moreira 20, citando a antiga análise de Sandro Sideri, *Comércio e poder* 147, nota 12.

<sup>63</sup> Silva, *Motins do Porto* 264; Moreira 20; analogamente, Macedo, *Situação económica* 62, vê a acusação aos Jesuítas como consequência, entre outros factores, «da maior agudeza dos problemas económicos, da força interna de facções».

<sup>64</sup> Brazão, *Pombal* 347, refere esta relação. Ele vê o motim do Porto, em 1757, como pretexto útil para afastar os jesuítas da Corte, acusados de terem sido seus instigadores.

<sup>65</sup> BA 51-XIII-24, n.º 86: «Em 21 de setembro pela meia noite forão expulsos do paço por ordem de Sua Magestade os Padres da Companhia de Jesus, confessores de Sua Magestade e Altezas (...) vedando-se também a todos os Padres Jesuítas a entrada no paço.»

haveria nenhum fundamento suficiente para o afastamento dos confessores da Corte.<sup>66</sup> Antecipando-se às possíveis tomadas de posição que eram de esperar por parte de Roma, devido à relevância do direito eclesiástico de acusações aduzidas a uma Ordem, foi o embaixador português em Roma, Francisco de Almada e Mendonça,<sup>67</sup> instruído, em 8 de Outubro de 1757, para perante o Papa Bento XIV justificar a atitude.<sup>68</sup> A missão era apresentar uma extensa lista das queixas aduzidas contra os jesuítas, a qual numa segunda instrução, de 10 de Fevereiro de 1758, seria reiterada. O ministro português exigiu, numa audiência com o Papa, em 9 de Março de 1758, sinais claros, pondo a alternativa entre a «total extinção ou huma riguroza reforma»<sup>69</sup> da Companhia de Jesus para Portugal e suas colónias.

### II.1.c. Visita papal à Ordem dos Jesuítas em 1758

A ofensiva diplomática de Almada e Mendonça, que se tinha assegurado o apoio de dois cardeais com presentes,<sup>70</sup> terminou no

<sup>66</sup> BNL cod. 7661 contém as notas do confessor Pe. Timóteo de Oliveira, o qual, até 1777, juntamente com outros jesuítas, havia sobrevivido aos anos de prisão. *Ibid.* 234 'Memória importante da despedida dos Jesuítas Confessores de todas as Pessoas Reaes': «Quando o Senhor Rey D. José I., que Deos haja em glória, persuadido pello seo cruel Ministro tomou a estranha resolução de despedir do serviço real os Jesuítas Confessores de todas as pessoas Reaes...».

<sup>67</sup> Francisco de Almada e Mendonça, primo de Carvalho e Melo, embaixador de Portugal junto da Santa Sé, entre 1769-1779: ver Winter, *Repertorium* 319. Como diplomata em Roma, defendeu intransigentemente os objectivos políticos do rei D. José e de Pombal: ver Serrão, *História* VI, 64.

<sup>68</sup> Em geral, acusava-se os jesuítas de maquinadores de «sediciosas intrigas», que minaram o bom-nome do Rei e iriam pôr em perigo a ordem pública, «em prejuízo do serviço de ElRey Nosso Senhor, e do socego público deste Reino e suas Conquistas»: cit. segundo Serrão, *História* VI, 50.

<sup>69</sup> Pastor, XVI/1, 350, nota 7. Antes tinha o embaixador anunciado as medidas como último recurso, «die in ähnlichen Fällen das kirchliche und staatliche Recht verleihen» (*ibid.* 350).

<sup>70</sup> Os cardeais Archinto e Passionei que tinham, de modo manifesto, contribuído em larga escala para efectivação do Breve, foram «adoçados» com uma caixa de açúcar e com o nobre vinho da Madeira. Elucidativo é o relatório do embaixador, enviado de Roma a 11.IV.1758 (em: Ferrão 78s), poucos dias depois da promulgação do Breve: «Hontem finalmente chegou o asucar que me mandaste, e a maior parte delle já está fora de Caza, havendo mandado huma caixa ao Cardeal Archinto, e outra ao Cardeal Passionei, que a ambos sou obrigado, ou para melhor dizer hé obrigada a Corte.»

sentido da política de Igreja de Lisboa: em 1 de Abril de 1758, o Papa Bento XIV nomeou o cardeal português Francisco Saldanha para reformador e visitador da Província portuguesa da Companhia de Jesus.<sup>71</sup> Do Breve papal datado de 1 de Abril, tomaram conhecimento o cardeal Saldanha, os jesuítas em Roma e o nuncio apostólico em Lisboa apenas uma semana depois.<sup>72</sup>

Em Maio teve lugar o início oficial da visita, cujo principal interesse foi, antes de mais, para a situação financeira da Ordem, mas logo se estendeu ao domínio pastoral e à disciplina da Companhia.<sup>73</sup> À visita dos jesuítas portugueses pelo cardeal Saldanha, cuja parte principal correspondeu à duração do conclave em Roma, sucedeu a crítica violenta do nuncio Acciaiuoli,<sup>74</sup> que designava o cardeal Saldanha como partidário de Pombal.

Apesar do evidente agravamento da sua situação em Portugal, em Roma o observador da visita aos Jesuítas avaliava o desfecho como

<sup>71</sup> O cardeal Passionei tinha feito o esboço do Breve, e o Papa Bento XIV aceitou-o, ainda que, já de cama doente (morreu pouco depois, a 3.V.1758), introduzisse alterações (texto: Pastor XVI/1, 351, nota 1).

<sup>72</sup> Cardeal Archinto, Secretário de Estado, ao nuncio Acciaiuoli, em 28.VI.1758, designava-o como «famoso Breve di visitatore e reformatore de' Gesuiti, del quale Roma non he ha avuta la notizia che da Lisbonna»: cit. segundo Pastor XVI/1, 547, nota 2.

<sup>73</sup> A 3.VI.1758, foi proibido aos jesuítas o comércio público; a 7.VI., o cardeal José Manuel da Câmara suspendeu todos os jesuítas de ouvirem confissões e pregarem, no Patriarcado. O cardeal da Câmara (cardeal desde 1747) morreu a 9.VII.1758, sucedendo-lhe, em 1759, no Patriarcado, Francisco de Saldanha, há muito «aspirante à cátedra patriarcal» (Antunes 130). Para a elevação ao cardinalato em Portugal, cf. Serrão, *História* VI, 64s. O próprio Saldanha era designado como prolongamento do braço de Pombal para a política eclesiástica («braço eclesiástico de Pombal»): Brazão, *Pombal* 351.

<sup>74</sup> A 6.VII.1758, o cardeal Rezzonico foi eleito Papa (Clemente XIII). A 22.VIII.1758, o nuncio Acciaiuoli referia ao cardeal Archinto, Secretário de Estado: «In tanto al Sig. Cardinale consiglieri di non pigliar la visita sulla vita regolare, sulle prediche, confessioni, scuole, congregazioni etc. dell'Istituto, perchè co' Gesuiti poco avrebbe concluso et avrebbe perduto il tempo, ma sulla pubblica negoziazione, che è l'unico scandalo, che diano tali religiosi»: cit. segundo Pastor XVI/1, 549 nota 3. O nuncio Acciaiuoli avaliava, assim, a visitação de Saldanha como um instrumento de Pombal contra a Companhia de Jesus (ao cardeal Torrigiani, em 18.III.1759): «Perchè certo il card. Saldanha nulla ha fatto di visitatore, ma di ministro subalterno al conte d'Oeyras»: cit. segundo Pastor XVI/1, 548 nota 2; de acordo com Brazão, *Pombal* 348.

reconhecimento perante o Papa, à luz do direito eclesiástico, das suas actividades.<sup>75</sup>

## II. 2. Antecedentes históricos e efectivação da expulsão

Após a infrutífera visita continuava a não haver para os jesuítas portugueses qualquer motivo para um triunfo antecipado. A repressão da sua actividade comercial e acção pastoral prosseguiu quase sem interrupção. A sucessão de acontecimentos levou, no ano anterior à expulsão, ao atentado contra a vida do rei D. José I.

É de perguntar até que ponto se pode provar que alguns jesuítas exerceram colaboração passiva enquanto conhecedores, ou colaboração activa enquanto instigadores e autores. Para a investigação histórica dos antecedentes coloca-se, em primeiro lugar, a questão de saber que relação pode ser determinada entre o atentado, em Setembro de 1758, e a expulsão dos jesuítas, em Setembro de 1759. Qual foi a sucessão dos acontecimentos que levou, passo a passo, até à expulsão definitiva será de seguida brevemente apresentada.

### II.2.a. O atentado contra o rei D. José I (3/09/1758)

Em 3 de Setembro de 1758 deu-se um atentado contra a vida do rei D. José, que regressava de um encontro nocturno, no Palácio da Ajuda, com uma nobre casada, a jovem Marquesa de Távora.<sup>76</sup> Os ligeiros ferimentos do rei foram atribuídos pela gazeta officiosa a uma queda no patamar das escadas do Palácio, o que não pôde evitar os inúmeros boatos sobre o verdadeiro desenrolar do acontecimento.<sup>77</sup>

<sup>75</sup> Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, em 4.I.1759 (Anexo): «Non puotendo il Cardinale Riformatore nulla provare contro i Gesuiti ha fatto il Provinciale d'essi, e li ha suggerito di dare un memoriale al Re assicurandolo, che ogni cosa sarebbe finita (...) In somma vanno eccellentemente per li Gesuiti le cose in Portugallo, sono essi contentissimi del Papa, e si ridono dei loro nemici»: cit. por Ferrão 134s.

<sup>76</sup> O atentado foi, logo em seguida, visto como um acto de vingança da irritada família dos Távoras; há muito que a relação era notória: cf. a carta cifrada do nuncio Acciaiuoli para o cardeal Secretário de Estado (12.IX.1758), com excertos em Brazão, *Pombal* 350. Os primeiros rumores não deixavam excluir uma cumplicidade dos jesuítas: Serrão, *História* VI, 39s.

<sup>77</sup> A «Gazeta de Lisboa» confirmava os ferimentos a 7.IX.; a 7.XII., o restabelecimento da saúde do Rei: «inteiramente restabelecido da queixa que padeceu»: cit. por Serrão, *História* VI, 39.



Presumiam-se criminosos e instigadores, na sua maior parte na alta nobreza, nomeadamente entre os parentes próximos da Marquesa de Távora.<sup>78</sup> O jesuíta Pe. Gabriel Malagrida — afastado de Lisboa, em degredo —, enquanto confessor da velha Marquesa de Távora atraiu algumas suspeitas sobre si. Regressou, em Dezembro ao colégio jesuíta de St. Antão em Lisboa,<sup>79</sup> onde, na noite para 12 de Janeiro de 1759, juntamente com nove irmãos de religião (entre os quais, o Provincial e os antigos confessores da Corte) dados como possíveis cúmplices, foi detido.<sup>80</sup> A sentença foi pronunciada a 12 de Janeiro de 1759 e abrangia, a par de exílios e prisões, dez condenações à morte, as quais atingiram, sobretudo, nobres do círculo dos Távoras.<sup>81</sup> Uma participação dos jesuítas, afirmada ainda pela bibliografia mais antiga,<sup>82</sup> é rejeitada pelas actuais investigações, acentu-

<sup>78</sup> Membros das famílias Távora, Aveiro e Atouguia eram considerados como principais suspeitos. A inquirição das testemunhas demorou de 15.XII.1758 até 8.I.1759 e terminou com a acusação de «rebelião, traição e ingratidão, nunca até agora vistas nem esperadas»: cit. por Serrão, *História* VI, 43.

<sup>79</sup> A partir de Novembro, os jesuítas em Portugal ficaram sob prisão domiciliária; em 13.XII.1759, as tropas do Rei cercaram todos os Colégios e Casas de professores: cf. Ferrão 86.

<sup>80</sup> Os dez jesuítas são nomeados em: Ferrão 132; o Provincial era o Pe. José Henriques; os Pes. Moreira, Oliveira e da Costa, enquanto ex-confessores tinham já sido colocados sob vigilância especial, desde Outubro de 1757. No decorrer do processo pôde ser confirmada uma forte aversão aos jesuítas enquanto prováveis maquinadores do atentado, embora nenhum jesuíta tenha sido oficialmente acusado. Além disso, um encontro de Malagrida com a velha Marquesa de Távora, na Páscoa de 1758, foi considerado conspirativo: Serrão, *História* VI, 41s. Os considerandos atingiram a Ordem no seu conjunto, mas especialmente os confessores da Corte, e presumia-se uma gradual conspiração dos jesuítas e da alta aristocracia, após o seu afastamento do Palácio: «...jactando-se publicamente de que quanto mais o Paço os desviava, mais a nobreza se lhes unia; ameaçando com a mesma publicidade castigos de Deos contra o mesmo Paço»: cit. segundo Ferrão 88.

<sup>81</sup> A questão dos possíveis motivos do não inteiramente esclarecido atentado assim como das consequências das sentenças é resumida, de modo significativo, na investigação como «questão dos Távoras». Acerca da revisão do processo dos Távoras 1777/78, cf. Duhr, *Pombal* 82-93.

<sup>82</sup> Está ultrapassada a interpretação global da mais antiga bibliografia: Krebs, *Portugal* 582: «Die Untersuchung erwies als Urheber einige Mitglieder des Hochadels und die Jesuiten.» Interessante, do ponto de vista historiográfico, Ranke 690: «In Portugal wurden die Jesuiten — man kann noch nicht deutlich sehen, ob schuldig oder nicht — in die Untersuchung wegen eines Attentats gegen das Leben des Königs verwickelt.» Ao contrário, Duhr, *Mordversuch* 401ss, refere as contradições dos considerandos dos relatórios dos embaixadores inglês e imperial, após a expulsão (*ibid.* 415s).

ando-se que através do processo-crime se possibilitava a eliminação da mais forte oposição nobre.<sup>83</sup>

### II.2.b. Confiscação dos bens da Ordem e reforma dos estudos (1758/59)

Para os jesuítas, o prosseguimento do processo desembocou no decreto de 19 de Janeiro de 1759,<sup>84</sup> o qual determinou a imediata confiscação de todos os bens da Companhia.<sup>85</sup> O motivo directo apresentado para o arresto dos bens da Ordem era a fictícia implicação dos jesuítas na conspiração contra a vida do Rei.<sup>86</sup>

Carnaxide fez chamar as atenções para a primazia que os factores económicos tiveram na confiscação dos bens dos jesuítas; antes do crescimento do poder régio teria de se pôr o aspecto económico.<sup>87</sup> No momento em que os habitantes dos colégios expropriados e das casas de noviços e professores eram tolerados, na Primavera de 1759, a iminente expulsão dos jesuítas não era mais que um segredo mal

<sup>83</sup> Macedo, *História diplomática* 283s, coloca a eliminação dos nobres que se opunham à política de reformas no contexto do fundado fortalecimento da posição de poder real, baseado na ideologia de Estado. Do mesmo modo, Serrão *História* VI 46, o qual, para além disso, rejeita como insustentável uma perspectiva pessoalizada (Pombal com o seu ódio à nobreza e aos Jesuítas é responsável pelo processo e sentença). Acerca da instrumentalização política do atentado, Maxwell, *Pombal*, 101: «Clearly Pombal used the attack on King José I. as a means to crush both aristocratic opposition and the Jesuits in Portugal.»

<sup>84</sup> BACL Legislação Portuguesa 16 (1759-1760), nº 7.

<sup>85</sup> *Ibid.*: «... logo que receberes esta façaes pôr em sequestro geral todos os bens móveis, de raiz, rendas, ordinárias, e pensoens que os sobreditos Religiosos possuífrem, ou cobrarem nas Províncias do Território da mesma Casa da Supplicação, cujo governo está a vosso cargo.» Gastos necessários com o culto, dotações correntes dos fiéis e utensílios litúrgicos são expressamente excluídos da confiscação.

<sup>86</sup> *Ibid.*: «Dareis tanto crédito como á mesma original sentença que em doze do corrente mez de Janeiro se proferio na Junta da Inconfidência contra os reos do barbaro, e execrando dezacato, que na noite de tres de setembro do anno proximo passado se tinha commettido contra a minha Real Pessoa; comprehende-se os sobreditos Religiosos, entre os mesmos Reos dos crimes de Leza Magestade da primeira cabeça, rebelião, alta traição, e parrecídio.» Deste modo, ao repetir-se a incriminação dos jesuítas como réus de alta traição, é estabelecida a relação com a sentença judicial de 12.I.

<sup>87</sup> Carnaxide 59, o qual com a citada Carta régia prova ter sido feita a confiscação «não por via de jurisdição, mas sim e tão-somente de indispensável economia, e de natural e precisa defesa da minha real pessoa e governo e do sossego público dos meus reinos e vassallos».

guardado.<sup>88</sup> Anteriormente, alguns decretos<sup>89</sup> haviam já cortado a sua ligação pessoal ao ensino a todos os níveis e, ao mesmo tempo, tinham introduzido uma reforma geral dos estudos.<sup>90</sup>

Novos compêndios de latim e grego haveriam de substituir os livros de ensino dos jesuítas.<sup>91</sup> Os mais importantes representantes do Iluminismo português, como António Nunes Ribeiro Sanches,<sup>92</sup> Luís António Verney<sup>93</sup> e António Pereira de Figueiredo<sup>94</sup> redigiram as novas obras. Os oratorianos,<sup>95</sup> beneditinos<sup>96</sup> e cónegos regrantes agostinhos<sup>97</sup> tomaram o lugar dos jesuítas nas escolas e universidades.

<sup>88</sup> Isso depreende-se de uma carta, de 26.VI.1759, do núncio Acciaiuoli ao Secretário de Estado, cardeal Archinto. Em conformidade, o Secretário de Estado Cunha tinha já informado o núncio, a 3 de Abril, acerca da decisão de expulsar os jesuítas: Brazão, *Pombal* 352.

<sup>89</sup> As decisivas mudanças de orientação no funcionamento do ensino universitário realizaram-se entre 28.VI. e 1.X. 1759; cf. os decretos, em: Costa, *Universidade de Coimbra* II, 1-39 (n.º CCCXVII-CCCLII).

<sup>90</sup> Como necessitado de reformas considerava-se menos os métodos de ensino na Universidade, e mais sobretudo nas «escolas menores»: Cruz 101; Gomes 10ss; cf., fundamentalmente, para a Reforma dos «estudos secundários», o estudo de Andrade.

<sup>91</sup> Costa, *Livros escolares*; Piwnik, *Échanges érudits* 135-138.

<sup>92</sup> A volumosa correspondência de Ribeiro Sanches (1699-1782) encontra-se na Biblioteca Nacional da Áustria: Hamann, *Fontes valiosas* 242s; Rocha; sobre o seu papel no Iluminismo português, cf. Cardozo 175-188; Costa, *Debate jurídico* 105.

<sup>93</sup> É de Verney (1713-1792) a obra, publicada em 1746, «Verdadeiro Método de Estudar», na qual ataca os jesuítas portugueses enquanto menos evoluídos, do ponto de vista filosófico, em comparação com os membros dessa mesma Ordem em França e Itália: Martins, *Verney* 612-616; sobre o seu papel no Iluminismo português, cf. Cardozo 188-190.

<sup>94</sup> O canonista e oratoriano Pereira de Figueiredo, destacado representante do Iluminismo católico em Portugal, escreveu o manual «Novo Método da Gramática Latina»: Santos, *Pereira de Figueiredo*; Piwnik, *Échanges érudits* 289ss.

<sup>95</sup> Os oratorianos portugueses distanciaram-se, conscientemente, dos jesuítas, como «une congrégation qui cherche á s'assurer la suprématie en se réclamant des idées nouvelles»: cf. o comentário, de Piwnik (Ed.), *O Anónimo 177*, à edição das fontes.

<sup>96</sup> Ramos, *Pombal* 114ss. Estatutos a condenar a escolástica e a elogiar a teologia iluminista tinham sido votados pelos beneditinos, ainda antes da reforma universitária pombalina.

<sup>97</sup> O Colégio Real de Mafra, dirigido pelos cónegos regrantes agostinhos, foi fundado em 1772 como complemento análogo ao Real Colégio dos Nobres, estabelecido em 1761. Ambos tomaram como sua tarefa, após a introdução de novas disciplinas canónicas, a formação de camadas dirigentes administrativas e militares para utilidade do Estado: cf. Serrão, *História* V, 250-253; Carvalho, *Recurso* 112.

### II.2.c. A expulsão dos jesuítas de Portugal (3/09/1759)

O ponto final no processo gradual de repressão e de destituição de poder dos jesuítas nos referidos domínios, foi colocado pela esperada expulsão a 3 de Setembro de 1759.<sup>98</sup> Datada precisamente de um ano após o atentado contra a vida do rei, a medida devia associar visivelmente, de maneira causal, os eventos.<sup>99</sup> 874 jesuítas, a maioria dos quais tinham trabalhado em Portugal, foram embarcados, entre 1759/1760, para os Estados da Igreja, onde lhes foram atribuídos diversos sítios para se fixarem.<sup>100</sup> O transporte dos que seguiam para Civitavecchia eram engrossados com aqueles que chegavam do ultramar, para os quais Lisboa era em geral o porto de distribuição, sendo para muitos, no entanto, o porto de destino.<sup>101</sup>

Os jesuítas portugueses obtiveram sustento, também, da caixa da Província jesuíta do Baixo-Reno.<sup>102</sup> A execução do decreto de 3 de Setembro de 1759 significou para Portugal a rápida liquidação do velho fardo jesuítico.<sup>103</sup> Uma vez considerada incompatível com os objectivos da política de reformas do regalismo, a eliminação

<sup>98</sup> «Ley porque Vosssa Magestade hé servido exterminar, proscrever, e mandar expulsar dos seus Reinos, e Domínios os Regulares da Companhia denominada de JESU, e prohibir que com elles se tenha qualquer comunicação verbal ou por escrito; pelos justissimos, e urgentissimos motivos, assima declarados, e debaixo das penas nella establecidas»: BACL Legislação Portuguesa 16 (1759/60) n° 50.

<sup>99</sup> Conforme estabelecido nos seus pormenores, a moderna investigação histórica em Portugal demonstra, por falta de provas da participação dos jesuítas no atentado, que outros motivos estariam na base da expulsão. Na evolução esboçada, a decisão de expulsar os jesuítas foi um marco.

<sup>100</sup> Pormenorizada exposição e enumeração no breve ensaio de Santana, incluindo análise do «Compendio historico dell'espulsione dei Gesuiti dai regni di Portogallo». Para sua execução: Serrão, *História* VI, 53s. Importante Ferrão 274-322, com reprodução do valioso relatório oficial da efectivação, com lista de nomes e inventário das casas da Companhia em Portugal.

<sup>101</sup> Para execução da expulsão, pormenorizando o caso dos jesuítas de língua alemã, ver cap. IV.1.

<sup>102</sup> Em 1802 um jesuíta notava, acerca da situação financeira da Província do Baixo-Reno, no ano anterior à supressão dos colégios jesuítas de Colónia: «Eben damals mußte die Provinz zum Unterhalte der portugiesischen Jesuiten, welche in dem Kirchenstaate ohne alle Pension saßen, jährlich merckliche Summen auf Rom schicken»: Schrörs 88.

<sup>103</sup> Com isso devia ser estabelecido um exemplo, «porque Carvalho e Melo queria fazer deles o caso exemplar da sua táctica e da sua estratégia quando estava em jogo o aniquilamento dos seus inimigos»: Antunes 133.

dos jesuítas enquanto força social relevante tinha-se tornado inevitável.<sup>104</sup>

A questão de saber se a expulsão dos jesuítas por Carvalho e Melo — que após o aniquilamento da oposição nobiliárquica, no ano da expulsão foi elevado ao título nobre de Conde de Oeiras — era por ele há muito pretendida por razões pessoais, tem de ser totalmente negada.<sup>105</sup> Considerações de pragmatismo económico<sup>106</sup> e a comprovação de diversas estruturas de pensamento político<sup>107</sup> são sérias tentativas de interpretação para as decisões fundamentais em matéria de política interna, em Portugal, contra a a Companhia de Jesus — com consequências políticas externas.

### II.3. Internacionalização da questão jesuíta

O problema interno para já resolvido com a expulsão dos jesuítas tinha de ser elevado à categoria de questão internacional.

Uma medida de tal modo grave não se podia considerar como consolidada enquanto não lhe pudesse, também, ser atribuída dimensão internacional. Seja em que contexto for que se olhe para as motivações da europeização e internacionalização da questão jesuíta em Portugal, ela só é tratada a seguir na perspectiva portuguesa. A problemática merece atenção, após um intenso e reflectido estabelecimento de objectivos em Portugal. Depois da expulsão dos jesuítas de Portugal, é a política externa portuguesa entendida como expressão dos grandes objectivos (i.e., a supressão da Companhia de Jesus)?

<sup>104</sup> Macedo, *Dialéctica* 22: «Para vencer os Jesuítas, Pombal teve de os esmagar.» A inicial repressão da influência jesuíta nos círculos da Corte poderia, posteriormente, ser interpretada como teste de funcionamento à eficácia do conjunto das medidas; mas, com isso, não é afirmada qualquer planificação nesse procedimento.

<sup>105</sup> Ferrão 33. A expulsão «não foi prevista, calculada, preparada». Ferrão 39s insurge-se, com razão, contra uma apresentada linearidade por parte dos adversários dos jesuítas, mas ousa fazer uma clara afirmação: «Foram os acontecimentos, os actos dos jesuítas, que tornaram o futuro marquês de Pombal cada vez mais inimigo da Companhia.»

<sup>106</sup> Carnaxide 119 determina o aspecto económico, considerando que a acção directa de Pombal contra os jesuítas, pura e simplesmente, estava «longe de ser uma questão de princípios».

<sup>107</sup> Macedo, *Formas e premissas* 76s. As correntes de filosofia política defendidas pelos jesuítas teriam tido de sujeitar-se, no sec. XVIII, aos mais fortes ataques, pois na sua natureza seria «a essência originária do poder (...) mais importante que a forma que ele pode revestir».

### II.3.a. A expulsão do núncio Acciaiuoli, em 1760

O primeiro passo na internacionalização da questão jesuíta é, para Macedo, o corte de relações diplomáticas entre Portugal e a Cúria, no ano seguinte à expulsão dos jesuítas.<sup>108</sup>

Enquanto crítico eminente da visita dos jesuítas levada a cabo pelo cardeal Saldanha, o núncio Acciaiuoli, já em 1758, tinha tomado uma posição inequívoca.<sup>109</sup> Depois do decreto de expulsão dos jesuítas, o confronto aberto dos adversários portugueses dos jesuítas com o representante do Papa na Corte de Lisboa não se podia fazer esperar,<sup>110</sup> embora Acciaiuoli, a partir do Outono de 1758, devido à confusa situação, se tenha distanciado dos jesuítas.<sup>111</sup> Houve, além disso, uma revalorização da posição do núncio: em 24 de Setembro de 1759, Clemente XIII nomeou-o cardeal.<sup>112</sup> Primeiro indício do crescente alheamento entre o soberano português e o núncio é a demora no reconhecimento deste pelo rei.<sup>113</sup> Finalmente, a 15 de Junho de 1760, era justificada a expulsão do núncio com a sua violação do protocolo por ocasião da cerimónia do casamento da infanta D. Maria com seu tio D. Pedro, a 6 de Junho.<sup>114</sup> Para o estudioso do Direito das Gentes,

<sup>108</sup> Macedo, *História Diplomática* 285.

<sup>109</sup> Acciaiuoli — que no princípio do conflito com os jesuítas estava do lado de Pombal — tinha, junto do cardeal visitador, Saldanha, em 7.VII.1758, protestado oficialmente contra a injustificada suspensão de todos os jesuítas em actividade no Patriarcado de Lisboa, o que, junto de Pombal e Saldanha, lhe trouxe a reputação de amigo dos jesuítas: cf. Pastor XVI/1, 582.

<sup>110</sup> Maxwell, *Pombal* 103: «The struggle with the papacy was an inevitable result of the expulsion of the Jesuits.» Aos jesuítas expulsos tinha sido concedido, nos Estados da Igreja, simpático acolhimento e subsistência, o que havia de pesar consideravelmente nas relações entre Lisboa e a Cúria: cf. cap. II.2.c., assim como Santana.

<sup>111</sup> Pastor XVI/1, 582s. Acciaiuoli deixou de fazer visitas às casas da Companhia e recusou a nomeação para co-visitador.

<sup>112</sup> Brazão, *Pombal* 356; Pastor XVI/1, 583.

<sup>113</sup> Acciaiuoli, logo em seguida, insiste em que o rei D. José lhe devia impor o barrete cardinalício. A 3.VI. Acciaiuoli transmitiu para Roma a apreciação da sua situação, dando a entender que a sua expulsão estava iminente: cf. Brazão, *Pombal* 356s.

<sup>114</sup> O núncio não tinha recebido qualquer participação oficial da cerimónia a realizar e recusou-se, por consequência, a iluminar solenemente a janela da sua residência, como mandava o protocolo, o que era usual em momentos análogos na Corte. Contra este casamento, segundo relatório do embaixador francês, tinha-se manifestado o confessor do Rei, em acordo com os jesuítas («... também se opusera,

Emer de Vattel,<sup>115</sup> nessa época, a atitude de rejeição do núncio perante a expulsão e o tratamento inflingido aos jesuítas, foi decisiva para expulsão daquele.<sup>116</sup>

A 2 de Julho foram intimados a abandonar os Estados da Igreja os súbditos portugueses residentes em Roma, assim como, por ordem de 4 de Agosto, foram expulsos de Portugal os súbditos do papado.<sup>117</sup>

A abrupta ruptura nas relações de Portugal com a Santa Sé é diferentemente ajuizada pela investigação.<sup>118</sup> Miller parte da suposição de que Portugal, por condições práticas, não pretendia verdadeiramente um corte total.<sup>119</sup> Brazão vê na ruptura entre Lisboa e Roma um fortalecimento da posição de Portugal enquanto lutador na questão dos jesuítas<sup>120</sup>; Macedo vai mais longe, com a interpretação de que a anterior ruptura era necessária para que pudesse exigir-se, num retomar das relações diplomáticas com a Cúria, como contra-

---

como se dizia, o confessor de El-Rei de acordo com os jesuítas, com muitas e fortes razões, o que tudo contribuiu para a ruína dos Padres da Companhia», cit. segundo Brazão, *Pombal* 356 nota 50).

<sup>115</sup> Vattel designava a Europa de 1758 como um sistema de Estados, «in dem alles durch die Beziehungen und die verschiedenen Interessen der diesen Erdteil bewohnenden Nationen verbunden ist»: cit. segundo Müller, *Idee* 72.

<sup>116</sup> Vattel 101, vê Acciaiuoli como «agréable à la Cour de Portugal... jusqu'au moment où commencerent contre les Jésuites ces procédures et ces violances si notoires, que le Cardinal n'avoit garde d'approuver». Vattel lamenta repercussão da atitude do núncio sobre a tomada de posição do Papa, com a justificação de que «la partialité reconnue du Cardinal en faveur des Jésuites ait empêché Sa Sainteté de donner aucune marque positive et non douteuse d'approbation aux procédures dressées contre eux»: cf. *ibid.* 53s.

<sup>117</sup> Almada e Mendonça publicou, a 2.VII.1760, no «Reale ospedale di Santo Antonio della medesima nazione», para os súbditos portugueses, o respectivo Edito, »che col sopradetto suo Ministro Plenipotenziario uscissero tutt'i vassalli della sua corona»: cit. segundo a edição das fontes de Faria 412s. Cf. Pastor XVI/1, 586; Serrão, *História* VI 66.

<sup>118</sup> Como crítica aberta à falta de apoio às tendências antijesuítas durante o pontificado de Clemente XIII, foi propalada a interpretação de que, após a expulsão do núncio de Portugal, não se via mais nenhuma possibilidade «di proseguire con pace la discussione di tali materie col commendatore d'Almada» (9.VII.1760): cit. por Pastor XVI/1 586 nota 9.

<sup>119</sup> P. ex., foram tomadas em consideração as concessões para dispensa de casamento que, canonicamente, competiam ao núncio: cf. Miller 103.

<sup>120</sup> Brazão, *Pombal* 359. Na questão jesuíta, a decisão devia exercer pressão sobre Roma e deveria eliminar a influência do núncio em Portugal. Toda a ligação à Cúria foi quebrada; além disso foi imposto um embargo ao comércio com os Estados da Igreja. Cf., também, Serrão, *História* VI 66.

partida, a extinção canónica da Companhia de Jesus ordenada pelo Papa.<sup>121</sup>

A orientação dos outros Estados europeus pelo modo de proceder antijesuítico de Portugal toma expressão numa carta de Abril de 1760, do representante português junto da Cúria, Francisco de Almada e Mendonça, para Carvalho e Melo. Aí, Almada e Mendonça refere-se ao exemplo da Corte de Viena, digno de ser seguido; na Áustria, a firmeza no conseqüente afastamento dos jesuítas da Universidade e da Comissão de Censura deveria, no futuro, ser exemplar para uma idêntica atitude de decidida rejeição por parte de Portugal em relação à Companhia de Jesus.<sup>122</sup> Em Outubro de 1760, Almada e Mendonça transmite para Lisboa a notícia, não confirmada, de que em Viena se pensa numa mediação entre Lisboa e Roma.<sup>123</sup> Por iniciativa do secretário de Estado cardeal Torrigiani,<sup>124</sup> devia o núncio em Viena intervir, com propostas concretas, nas negociações para a mediação.<sup>125</sup> Residia ainda no interesse da França mediar com o objectivo de uma aproximação entre Lisboa e Roma.<sup>126</sup>

<sup>121</sup> Macedo, *História Diplomática* 285. Macedo vê na internacionalização da questão jesuíta com vista à visada supressão da Ordem, o principal objectivo da diplomacia portuguesa nos dez anos que se seguiram à expulsão.

<sup>122</sup> Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, 3.IV.1760. Excertos da carta, em tradução inglesa, em: Miller 104.

<sup>123</sup> Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, 6.X.1760: «Primeiramente se diz publicamente: que a Corte de Vienna tenha tomado com efficaz empenho a mediação para reunir as duas Cortes»: cit. segundo Ferrão 263.

<sup>124</sup> Luigi Maria Torrigiani (1697-1777), Cardeal Secretário de Estado desde 1758, no pontificado de Clemente XIII, em 1760, era suspeito — num livro supostamente da autoria de Almada —, juntamente com os irmãos do rei D. José e o núncio Acciaiuoli, de ter tramado uma conjura contra a vida do Rei de Portugal: cf. Pastor XVI/1, 592s, Baum 67s. O agente austríaco em Roma, Francesco Brunati, descreve Torrigiani como «Gesuita più del padre generale, di cui è penitente, e parente, coll'aver fatto causa della chiesa quella della compagnia»: cit. segundo Baum 55 nota 64.

<sup>125</sup> Almada e Mendonça para Carvalho e Melo, 6.X.1760: «... que se fizera hum congresso nas istâncias do Cardeal Torrigiani, e que nelle se lera hum progetto para mandar ao Núncio de Vienna rellativo aos pontos sobre os quaes aquella Corte deve fundar a sua mediação»: cit. segundo Ferrão 263.

<sup>126</sup> Na Instrução de 1763 ao representante diplomático francês na Corte portuguesa, Saint-Priest, diz-se: «... M. de Saint-Priest n'avait plus à s'occuper que d'un projet de médiation entre le pape et Joseph I<sup>er</sup>, brouillés à la suite de l'expulsion des jésuites»: *Recueil des instructions* 342.



### II. 3.b. O processo contra o Pe. Gabriel Malagrida SJ, em 1761

Se a expulsão do núncio de Portugal e o corte de relações diplomáticas com a Cúria se repercutiram, antes de mais, sobretudo de modo bilateral, nas relações entre Roma e Lisboa (embora a mediação de Viena fosse discutida), a questão jesuíta portuguesa no resto da Europa ganha, no entanto, em 1761, considerável importância.

Em Fevereiro desse ano, a coroa portuguesa executa a confiscação dos bens dos jesuítas, até então apenas arrestados,<sup>127</sup> o que, numa obra de história publicada em Amesterdão, foi equivocadamente apresentada como o decreto de expulsão dos jesuítas de Portugal.<sup>128</sup> Foi apenas o processo movido em 1761 contra o jesuíta Gabriel Malagrida que atraiu a atenção do grande público para os jesuítas expulsos.

Antes da questão acerca da dimensão europeia do problema jesuíta português ser examinada em Viena e Munique, tem de ser criticamente analisada a sucessão de acontecimentos e as razões da condução do processo em Lisboa. Como foi mencionado, Malagrida, em 1756, com um ensaio publicado sobre as causas da catástrofe natural, tinha-se perfilado como «filósofo do Terramoto». Enquanto confessor da velha Marquesa de Távora fora, além disso, envolvido, em 1758/59, no processo de alta traição sequente ao atentado.

Originário de Itália, Malagrida<sup>129</sup> não possuía qualquer apoio na Corte de Lisboa depois da morte da rainha-mãe Maria Ana, em 1754,

---

<sup>127</sup> BACL Legislação Portuguesa 17 (1761-1764), nº 8: «Alvará, porque Vossa Magestade... hé servido que os bens seculares, e consistentes em móveis, (não immediatamente dedicados ao Culto Divino) em mercadorias de comércio, em fundos de terras, e casas, e em rendas de dinheiro... sejam logo como bens vacantes incorporados no seu Fisco, e Câmara Real», datado de 25.II., publicado a 5.III.1761.

<sup>128</sup> Em 1762, em Amesterdão, apareceu «Recueil de figures historiques symboliques, et tragiques. Pour servir à l'Histoire du XVIII.<sup>e</sup> siècle». No seu interior, uma gravura em cobre assinala a expulsão dos jesuítas, com a legenda: «Loy du Roy de Portugal du 25.<sup>e</sup> fevrier, et publié le 5.<sup>e</sup> mars 1761 qui condamne les Jesuites pour crime de Leze Majesté au dernier chef, d'etre bannis, expulsés...» A confusão com o decreto para confiscação dos bens da Companhia está, eventualmente, relacionada com o processo conduzido, em 1761, contra o Pe. Gabriel Malagrida, que suscitou grande atenção no resto da Europa: *Portugal no século XVIII* 112 (nº 330).

<sup>129</sup> Nasceu, em 1689, em Menaggio (Norte de Itália), deu entrada na Companhia de Jesus em 1711; entre 1721 e 1749 foi missionário no Brasil (Maranhão e Pernambuco); em Portugal, a partir de 1754. Para a biografia de Malagrida: IBEPI III 769; ABEPI 548, 143-148.

e tinha consciência da sua precária posição.<sup>130</sup> Após dois anos de prisão, em 17 de Janeiro de 1761, foi apresentado à Inquisição.<sup>131</sup> O tribunal reuniu sob a presidência de um irmão de Pombal, Paulo de Carvalho e Mendonça,<sup>132</sup> nomeado, em 1760, Inquisidor Geral.<sup>133</sup>

Dois obras, atribuídas a Malagrida, contribuíram, pelo seu conteúdo, para instauração do processo.<sup>134</sup> Os pareceres teológicos concluíram por heresia e blasfémia.<sup>135</sup> Uma comprovada doença mental do idoso Malagrida agravou-se progressivamente durante o interrogatório.<sup>136</sup> Após o pronunciamento da sentença pelo tribunal da Inquisição,<sup>137</sup> teve lugar a execução pública do Pe. Gabriel Malagrida

<sup>130</sup> A 30 de Julho de 1757, Malagrida escreveu, de Setúbal, onde estava desterrado, ao antigo confessor da rainha portuguesa, Maria Anna, P. Joseph Ritter: «Je suis menacé plus que quiconque... Il n'y a rien de plus odieux que mon nom, pour certains personnages haut placés à la Cour»: cit. segundo Frêches, *Malagrida* 327; a carta é assinalada por Sommervogel V 394; cf., também, Kratz, *Malagrida* 8 nota 42.

<sup>131</sup> Kratz, *Malagrida*, também para o que segue. Kratz baseia-se na sua investigação, pela primeira vez, das actas da Inquisição, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Inquisição de Lisboa, Processos, Maço 8064; «Processo do P. Gabriel Malagrida, religioso da Companhia, natural da villa de Menajo, bispado de Como no Estado de Milão e assistente nesta Corte. Prezo em 17 de Janeiro de 1761»).

<sup>132</sup> Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770), padre secular, foi Inquisidor Geral entre 1760 e 1769; em 1770, pouco antes da sua morte, foi elevado ao cardinalato por Clemente XIV. Cf. Serrão, *História* VI 130-133; *A Inquisição em Portugal, passim*.

<sup>133</sup> A nomeação do irmão de Pombal visa um enfraquecimento da instituição, desenvolvendo-se a orientação, sob o rei D. José, para «hum dos tribunaes mais conjuntos e immediatos à Minha Real Pessoa» (Portaria de 20.V.1769), cit. em Serrão, *História* VI 131 nota 158. Para a progressiva tomada da Inquisição ao serviço da coroa portuguesa entre 1750 e 1777, cf. Serrão, *História* VI 130-133.

<sup>134</sup> A obra hagiográfica apócrifa «Heróica e admirável vida da gloriosa S. Anna, Mãe de Maria Santíssima» e o profético «Tractatus de vita et imperio Antichrist» estão por comprovar. Que tenha sido Malagrida o autor dos dois escritos é hoje posto em dúvida. É uma hipótese provável que o ex-capuchinho Platel seja o autor do tratado profético: Pereira 369. Cf., para a interessante biografia de Platel, autor de escritos antijesuítas: *Lexicon Capuccinum* 1221s; Michaud; Santos, *Platel* 280-305.

<sup>135</sup> Nos pareceres trabalharam os padres carmelitas Luís de Monte Carmelo e Ignácio de São Caetano: Kratz, *Malagrida* 17s.

<sup>136</sup> A investigação mais recente admite, para Malagrida, o diagnóstico de um tipo de esquizofrenia com momentos de alucinação: cf. Kratz, *Malagrida* 38; Serrão, *História* VI 54.

<sup>137</sup> Contra o processo não são apresentadas quaisquer objecções jurídicas formais; não é aceite a condenação de Malagrida como homem mentalmente res-

como herege, em 21 de Setembro de 1761, um dos últimos autos-de-fé da Inquisição portuguesa.<sup>138</sup>

Que papel desempenhou o processo-farsa contra o jesuíta Malagrida, que tanta celeuma provocou? Deveria dar-se em espectáculo à Europa uma posterior legitimidade da anteriormente consumada expulsão dos jesuítas de Portugal?

A sentença contra Malagrida surgiu, em 1762, em tradução alemã<sup>139</sup>; a edição impressa foi justificada com forte procura da documentação sobre o caso Malagrida.<sup>140</sup> A questão interna dos jesuítas, em grande parte resolvida, encontra provisoriamente a sua última resposta no facto de que a um representante dos jesuítas, há pouco expulsos, se tivesse podido fazer um processo de impacto público, que também exteriormente às fronteiras nacionais provocaria a atenção.<sup>141</sup> A escolha recaiu em Malagrida como incómodo expoente da Companhia de Jesus em Portugal.<sup>142</sup> Com o doente mental

---

ponsável, o que ele já não estava, o mais tardar a partir do seu tempo de cárcere: Kratz, *Malagrida* 34ss. A lista dos 57 condenados apareceu impressa em francês, em 1761, depois que, no estrangeiro, o auto-de-fé fez sensação: Pereira 368. A opinião pública esgotou-se na condenação de Malagrida como autor do atentado ao rei D. José I: *A Inquisição em Portugal* 78 (nº 128).

<sup>138</sup> O encarregado de negócios austríaco, Johann Keil, relatava para Viena, em 22.IX.1761: «Vorgestern hat man den berufenen P. Malagrida wirklich auf einem Scheiterhaufen erdrosselt und nebst anderen in effigie vorgestellten verschiedenen abwesenden Glaubensdelinquenten verbrennt, nachdem er von der Inquisition als ein halsstarriger Ketzer in dem (...) höchst feierlich vorgewesten Autodafé abgeurtheilt»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 73. Para o despacho de Keil intitulado «Hinrichtung des Paters Malagrida mit einigen Umständen», ver Hamel de Breuil 20 nota 4. Keil foi encarregado de negócios da Áustria em Lisboa, de Novembro de 1759 a Abril de 1764, reconduzido de Agosto de 1765 a Maio de 1768: cf. Matsch 120.

<sup>139</sup> *Criminal=Urtheil und Sentenz der Richter der heiligen Inquisition zu Lissabon, wider den Jesuiten, Pater Gabriel Malagrida*, Hamburg 1762. Um exemplar da Biblioteca do Grão-Ducado de Neustrelitz encontra-se na Biblioteca da Universidade de Eichstätt.

<sup>140</sup> O escrivão Magalhães e Brito pediu uma licença de impressão, porque «so viel Personen sind, welche Abschriften davon verlangen»: *Criminal=Urtheil* 36.

<sup>141</sup> Cf., ultimamente, para avaliação do caso Malagrida na Europa, Maxwell, *Pombal* 101: «The execution... of the half-mad Jesuit in 1761 was the final straw to many Europeans who saw only Portugal's backwardness and Pombal's tyranny.»

<sup>142</sup> Holzwarth 3, para a relação explícita do processo-Malagrida com os jesuítas expulsos: «Der Minister Pombal hat den Jesuiten Malagrida erwürgt und die Gesellschaft Jesu in Portugal zertreten.» Holzwarth baseia-se possivelmente em: Schäfer V, 309.

Malagrida não foi eliminado nenhum membro da Companhia capaz de culpa, mas sim um «jésuite encombrant».<sup>143</sup>

### III. ANTIJESUITISMO NA BAVIERA

#### III.1. A questão jesuíta à luz dos relatórios do embaixador português Andrade e Castro (1759-1764)

Na análise da posição antijesuíta das Cortes europeias, os regulares relatórios de informação das legações merecem grande atenção.<sup>144</sup> De modo especial, na problemática formulada, isto vale para os relatórios dos representantes estrangeiros dos soberanos que, na questão dos jesuítas, haviam já tomado uma posição definitiva. Os diplomatas tinham, acima de tudo, de fazer relatórios que interessassem ao seu soberano: ao serviço de informação que em Portugal, após a consumada expulsão, se esperava e recebia, pertencia, por consequência, a minuciosa informação que registasse como era recebida a ofensiva portuguesa contra a Companhia e, mais ainda, como nas outras Cortes europeias se passava a tratar essa questão escaldante.

A questão de uma missão expressa para se ocupar da questão jesuíta, não pode, apesar de intensa procura em arquivos, ser respondida<sup>145</sup>; consta, contudo, dos registos recolhidos nos relatórios semanais do embaixador português na Corte de Viena, Ambrósio Freire de Andrade e Castro.<sup>146</sup>

Na aplicação da problemática escolhida à Baviera, o investigador, em comparação com a Áustria, tem de se preparar para o diferente estado da documentação.

<sup>143</sup> Chantal 87.

<sup>144</sup> Questões fundamentais de crítica das fontes foram já discutidas; na medida do possível este domínio será, a seguir, examinado quanto ao seu conteúdo de verdade, através de outras afirmações coevas. A informação contém necessariamente uma visão subjectiva através da posição do embaixador, determinada pela sua origem, tratando-se de um confesso adversário dos Jesuítas.

<sup>145</sup> Não foi possível encontrar em Lisboa as instruções para o embaixador em Viena. Segundo amável informação do Prof. Dr. Jorge Borges de Macedo, da Universidade de Lisboa, há aqui a lamentar a perda das actas.

<sup>146</sup> De Maio de 1752 até à sua morte em Novembro de 1770, foi o representante diplomático de Portugal na Corte Imperial: Hausmann 316; ANTT MNE Cxs. 513-517.

Na Corte de Munique, no sec. XVIII, não estava acreditado nenhum embaixador português em particular; por isso, o representante de Portugal na Corte de Viena tinha também de se ocupar do Eleitorado da Baviera. O horizonte dos diplomatas portugueses compreendia para além disso também os grandes territórios alemães do centro. Aqui, põe-se de novo o já discutido problema, no que respeita à crítica das fontes, dos relatórios das legações: com o aumento da distância geográfica pode dar-se um acesso arbitrário à informação, sendo filtradas sistematicamente as notícias chegadas.

No entanto, o limitado ponto de vista do observador situado em Viena, no que respeita à Baviera, apenas indirectamente impede — se é que o faz — a ligação a entender entre a Baviera e Portugal sob o aspecto apresentado. Supõe-se mesmo que apenas casos significativos ocorridos na área bávaro-alemã meridional, na qual a corrente anti-jesuíta se conseguiu fixar, foram considerados dignos de informação na capital portuguesa.

Nesta medida, o conjunto de informações chegadas a Viena a partir da Baviera prova a sua relevância supra-regional, por um lado; por outro, a condensação, por parte do embaixador português, da linha informativa tende a um alto grau de abstracção também condicionada pelo grande distanciamento em relação aos acontecimentos. Importa tornar consciente este resultado da crítica das fontes, antes de, em seguida, serem investigadas as relações entre o espaço bávaro-alemão meridional e Portugal a partir dos relatórios do embaixador português Andrade e Castro. A primeira cena passa-se na cidade livre do Império, Augsburg.

### III.1.a. O sermão probabilístico do Pe. Franz Neumayr SJ (1759)

Em 8 de Setembro de 1759, o embaixador português na Corte de Viena, Ambrósio Freire de Andrade e Castro, informa para Lisboa que, em Augsburg, um jesuíta pronunciou um escandaloso sermão.<sup>147</sup> No mesmo dia, escrevia o cónego agostinho de Polling, Eusebius Amort, com teor semelhante, ao secretário do Bispo de Augsburg, cónego Giovanni Bassi. Tinha lido o sermão do padre

<sup>147</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 8.IX.1759: «... a notícia de haver em Augsburg pregado hum Jesuíta hum sermão não somente atrevido, mas escandaloso sobre a mesma mathéria que motiva a estampa.» Como prova fazia-se acompanhar de um recorte de jornal.

jesuíta Neumayr e aí encontrou frases que, junto do povo, causariam escândalo.<sup>148</sup> Na resposta à carta de Amort, Bassi parte da progressiva decadência dos jesuítas e do extinguir da sua influência nas Cortes, e deseja-lhes um fim semelhante ao que teve a Ordem dos Templários.<sup>149</sup>

Com que «vespeiro»<sup>150</sup> tinha o jesuíta Neumayr embatido, para que o seu sermão atraísse tais atenções? Podem traçar-se linhas de ligação com Portugal, no que respeita ao conteúdo da pregação ou no plano das repercussões históricas? Quem era o pregador caído em desgraça?

Franz Neumayr,<sup>151</sup> após a sua entrada na Companhia de Jesus, em 1712, foi superior da congregação em Munique e reitor em Dillingen, e usufruía de grande prestígio como membro da Companhia, pregador e teólogo de controvérsia.<sup>152</sup> Em 1753, por proposta do Bispo, foi nomeado para pregador da Catedral<sup>153</sup> de Augsburg. <sup>154</sup> Em 3ª feira de Páscoa, a 17 de Abril de 1759, num sermão na Catedral de Augsburg, defendeu publicamente o sistema do probabilismo, que era energeticamente combatido em primeira linha pelos teólogos morais jansenistas.<sup>155</sup> O sermão, poucos meses depois, apareceu publicado e,

<sup>148</sup> BStB Clm 1407, fol. 119, Eusebius Amort para Giovanni Bassi, 8.IX.1759: «Legi concionem Neumayrianam de Probabilismo, reperique in illa propositiones profecto scandalosas in populo»: cit. segundo Barth 669 nota 45. Cf., também, Schaffner 252; van Dülmen, *Töpsl* 204s.

<sup>149</sup> Bassi para Amort, 9.IX.1759: «Li Gesuiti vanno di giorno in giorno in decadenza, e si sminuisce il lor credito alle corti. (...) Inter nos: Spero coll'aiuto di Dio che auranno il fine de Templari»: cit. segundo Barth 670 nota 48.

<sup>150</sup> Barth 668.

<sup>151</sup> Nascido em Munique, em 1697, Neumayr entrou na Companhia de Jesus em 1712. Morreu, em Augsburg, no ano de 1765: Gerl 293.

<sup>152</sup> Cf., acerca das inúmeras publicações de Neumayr, Baader I/2, 80-86; Sommervogel V 1654-1683; para Neumayr como teólogo de controvérsia: *Die Jesuiten in Bayern* 91s (nº 84).

<sup>153</sup> Lista dos pregadores da Catedral de Augsburg: Seiler 166.

<sup>154</sup> Na paridade confessional da cidade livre de Augsburg os pregadores da Catedral desempenhavam um papel importante nos conflitos culturais. Herre 32-40; Kraus, *Bürgerlicher Geist* 355s.

<sup>155</sup> No sec. XVII, a doutrina do probabilismo, elaborada sobretudo por teólogos jesuítas, favorece, em casos de dúvidas de consciência sobre a existência de uma lei moral, a liberdade do rigor da lei, mesmo quando há um pequeno grau de probabilidade («Qui probabiliter agit, prudenter agit»). Cf., para o princípio de reflexão dentro do probabilismo 'Lex dubia non obligat', Schmitz 361s. Esta

em pouco tempo, teve várias edições e traduções.<sup>156</sup> Em Novembro, Andrade e Castro possuía já em Viena quatro edições impressas do sermão, e anunciou estar iminente a tradução em português.<sup>157</sup>

O contra-ataque dos anti-probabilistas não se fez esperar. Em Janeiro de 1760, o cónego agostinho Amort denunciou, em Roma, o sermão.<sup>158</sup> Os dominicanos de Augsburg intervieram igualmente na acesa discussão, e publicaram em 1760 uma síntese dos contra-argumentos e objecções.<sup>159</sup> Ocupou-se também Andrade e Castro com esta obra, rapidamente esgotada e reeditada, dos dominicanos, e de imediato a enviou para Lisboa. O diplomata português tinha por desejável uma tradução desse escrito para português, visto que em Portugal ainda muitos estavam sob influência das doutrinas dos jesuítas e, por medo de serem considerados jansenistas, não se podiam libertar desses erros.<sup>160</sup> O diplomata português tinha-se evidentemente confrontado com o conteúdo e queria, por isso, levar a cabo a divulgação do sermão em Portugal. De facto, o dominicano Pe. Dominikus Reichard no contra-ataque ao jesuíta Pe. Franz Neumayr, não sem ironia, lança-lhe à cara que «em defesa da boa reputação dos jesuítas

---

doutrina foi erradamente entendida como base sistemática pelos antiprobabilistas e, por causa de uma excessiva casuística em questões morais, foi simplesmente tida como equivalente ao laxismo e apodada, em geral, de 'moral dos Jesuítas'. LThK V 920s, VIII 777s; Schmitz 354-368. Cf., para o aniquilamento do probabilismo, Laun 269-272; Lea 343-351; para a controvérsia teológico-moral, Laun 286-293.

<sup>156</sup> Publicado com o título: «Frag: Ob der Probabilismus oder die gelindere Sitten-Lehr catholischer Schulen abscheulich und zu vernachlässigen seye? Beantwortet von P. Francisco Neumayr Soc. Jesu dess hohen Dom-Stifts der Reichs-Stadt Augspurg Ordinari Predigers wider die protestantische Zeitungs-Schreiber am Oster-Dienstag im Jahre Christi 1759, München-Ingolstadt 1759». As primeiras edições esgotaram-se logo; no mesmo ano surgiram traduções em italiano e latim. Sommervogel V 1672s; Barth 668.

<sup>157</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 11.XI.1759. Se o embaixador permitiu de facto a tradução do sermão, não pode ser afirmado.

<sup>158</sup> Em 3.I.1760, Amort enviou o sermão, acompanhado de uma nota, ao Santo Ofício. Em Roma, o ataque podia conseguir que, de futuro, todos as obras dos jesuítas fossem submetidas, pelo menos, a uma censura episcopal: Schaffner 252. Cf. van Dülmen, *Antijesuitismus* 58; Duhr, *Geschichte der Jesuiten* IV/2, 128.

<sup>159</sup> Intitulada «Animadversiones theologicae in innocentiam, prudentiam, ac utilitatem Probabilismi... a theologo catholico antiprobabilista P. Dominico Reichard» (Augsburg 1760). Cf. Barth 674s.

<sup>160</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 20.IV.1760: «Doctrinados pelos Jezuitas estão possuídos do engano de que a curarlhe os erros hé ser Jansenista.»

portugueses, acusados da tentativa de assassinio do rei, ele tinha seguido a *via tutior*». <sup>161</sup>

Após a ainda não acalmada discussão sobre a legitimidade do assassinio de um tirano, <sup>162</sup> na sequência do atentado contra o rei português, e imediatamente depois do sermão de Neumayr, renasceu a discussão acerca do assassinio do rei. <sup>163</sup> Isto tinha fornecido a Andrade e Castro o ponto de ligação com os acontecimentos de Setembro de 1758 em Portugal.

O sermão de Neumayr, em Maio de 1760, foi colocado no *Index*: Continha «propositiones temerariae, male sonantes, piarum aurium offensivae, scandalosae». <sup>164</sup> Ainda que o príncipe eleitor Maximiliano III José, através do seu agente bávaro em Roma, tenha intervindo directamente em favor de Neumayr, não pôde impedir a condenação do jesuíta. <sup>165</sup> A intervenção do príncipe eleitor bávaro a favor de Neumayr impediu, contudo, que em Augsburg fosse decretado um humilhante edital contra os jesuítas. <sup>166</sup>

Andrade e Castro recebeu o decreto de Roma — aos olhos do embaixador português na Corte de Viena, um doloroso golpe contra os jesuítas —, enviado pelo representante português junto da Cúria, Francisco de Almada e Mendonça. <sup>167</sup> Em Roma, surgiram as «Suites des nouvelles intéressantes de Portugal» que reproduziam textual-

<sup>161</sup> Parafraseado por Barth 678, o qual analisou o «Animadversiones» do dominicano Reichard (113-115).

<sup>162</sup> Após o atentado, cf., para a doutrina jesuíta, dos secs. XVI e XVII, da morte do tirano, Brieskorn 324-336.

<sup>163</sup> BStB Clm 26438, fol. 73r, Eusebius Amort para o 'Eminentissime Princeps' (cardeal Johann Theodor?): «Sunt quidam, qui exinde Jesuitas iudicari posse Regicidas, iudicio saltem speculativo, autument. Verum, cum in rebus dubiis, mea quidem sententia, ultra suspicionem, suspensivam omnis iudiciis, progredi nefas sit, hoc consecrarij genus Probabilistis non imputo.»

<sup>164</sup> Cit. segundo Barth 681.

<sup>165</sup> Em 19.VII.1760, o agente bávaro em Roma recebeu uma instrução, que ele devia impor junto do cardeal Albani: cf. Duhr, *Geschichte der Jesuiten* IV/2, 128.

<sup>166</sup> Maximiliano III José, em 12.VII.1760, tinha exortado o Vigário-Geral de Augsburg, Hornstein, a desistir da ameaça de insulto público: cf. Duhr, *Geschichte der Jesuiten* IV/2, 128. O próprio Neumayr, mediante a alta protecção, estava «ganz getrost seines Handels wegen»: cf. a carta do 5.VIII.1760, de Anton Khagers para Töpsl, em: van Dülmen, *Töpsl* 205.

<sup>167</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 21.VII.1760: «O golpe lhe hé sencível, mas nada hé bastante para os abater». Ademais, informa Andrade e Castro, os jesuítas em Viena, estão abatidos com as notícias chegadas de Portugal.



mente no mesmo ano o decreto de 29 de Maio.<sup>168</sup> O sermão de Neumayr foi mencionado, pela primeira vez, num antigo fascículo que continuava as «Nouvelles intéressantes de Portugal», após uma descrição pormenorizada da expulsão dos jesuítas de Portugal. Numa transição imediata, o sermão de Neumayr foi aí designado como ataque directo ao rei português D. José.<sup>169</sup> A continuidade de fundo com o reacender da discussão sobre a legitimidade do assassinio de um rei consistia na defesa, feita pelo jesuíta Franz Neumayr em Augsburg, do sistema teológico-moral do probabilismo. Desde então, Andrade e Castro designava a cidade de Augsburg como a praça-forte das gazetas dirigidas pelos jesuítas. O embaixador vê nas cidades de Augsburg e Colónia o lugar de incubação da reacção jesuíta contra Portugal.<sup>170</sup>

Que Neumayr com o seu sermão, tinha, para o observador português, ferrado, igualmente, num ninho de vespas, prova o forte interesse do embaixador no caso de Augsburg. À luz desse relatório da legação de Viena para Lisboa, dimensionava-se à escala europeia a questão jesuíta, o que se pode comprovar pelos efeitos do sermão de Neumayr. É reconhecido pela investigação das consequências históricas, que não foi avisado o sermão do pregador da Catedral de Augsburg, no clima suplementarmente aquecido após a expulsão dos

<sup>168</sup> As versões latina e francesa, juntamente com uma introdução, foram reimpressas no 19º fascículo de «Suite des nouvelles intéressantes de Portugal». Sommervogel V 1673 alude, também, à publicação do decreto pelo arcebispo de Viena, em «Suites des nouvelles intéressantes de Portugal». Na Áustria, ainda em 1759, foi banido o probabilismo, enquanto doutrina teológico-moral, na educação do clero: cf. Kovács, *Staat und Kirche* 40. Para os efeitos do sermão de Neumayr na Áustria, cf. Seigfried 258.

<sup>169</sup> *Suite des nouvelles intéressantes de Portugal* 16, 20s: «Mais les forts ne se contentent pas de défendre, ils osent attaquer. Le Père Neumayer a prêché un sermon à Augsbourg, dans lequel il a enseigné le pur Probabilisme, (...) et a déclamé en vrai frenetique contre le Roi de Portugal et contre ses Ministres. Pour comble d'impudence, il a fait imprimer ce sermon.»

<sup>170</sup> ANTT MNE Cx. 515, Andrade e Castro para Cunha, 1.II.1761: «Os Jezuitas, na forma que podem, fazem em Alemanha a guerra contra Portugal, metendo nas folhas públicas imposturas e successos affectados. Como os gazetteiros de Colónia, e de Augsbourg estão às suas ordens, estas duas cidades livres são os mananciais das suas quimeras.» O embaixador justificava o seu julgamento com a tradução para francês de um artigo publicado no «Augsburgische Ordinari=Post=Zeitung» de 9.I.1761.

jesuítas de Portugal, ao apresentar diante do povo a controvérsia teológico-moral.<sup>171</sup>

Os acontecimentos em Portugal serviram, aos olhos dos contemporâneos nos territórios alemães, também, para reforçar a cadeia antijesuíta. A partir da situação crítica dos jesuítas em Portugal, cresceu a coragem dos adversários dos jesuítas para levarem à praça pública a discussão que, até aí, decorria apenas nos meios eruditos.

O núncio de Colónia, Oddi, em Março de 1760, levou o seu penetrante espírito de observação sobre a questão europeia dos jesuítas, a este ponto:

«Si avverte ancora a monsignore che, dopo la funesta crisi da loro sofferta in Portogallo, i nemici della compagnia, da' quali in tutti i tempi è stata vessata, sparsi per le diverse corti della Germania, hanno portato colpo contro de' medesimi nell' animo de' principi (...). Vi fu ultimamente in Augusta un mal concepito principio di persecuzione, alla testa di cui vi era il signor Bassi, sempre giurato inimico di questa società.»<sup>172</sup>

A associação entre a expulsão dos jesuítas de Portugal e a discussão acerca do probabilismo em Augsburg foi já claramente reconhecida por coevos seus. O caso do Pe. Franz Neumayr SJ foi avaliado pelo núncio como o início da perseguição aos jesuítas na Alemanha. A decisão política de fundo contra os jesuítas em Portugal conferiu, aos olhos do núncio de Colónia, um impulso directo às correntes antijesuítas nos territórios alemães.

### III.1.b. Pe. Daniel Stadler SJ, Barão Johann Adam von Schroff e Pe. Johannes Edlweck OTheat

Em Dezembro de 1762, Andrade e Castro recebeu de Munique a notícia do despedimento do confessor da Corte, um jesuíta. A justificação para essa medida residia na sua ingerência nos negócios do

<sup>171</sup> Cf. Barth 666s, o qual apoia a interpretação com uma citação de Enrico Dammig: «Il Gesuita... si lasciò trascinare a portare la questione sul pulpito, che non era certo il luogo adatto» (*ibid.* 667 nota 21).

<sup>172</sup> Da Instrução, de Março de 1760, do núncio de Colónia, Oddi, ao seu sucessor Lucini (Roma, Archivio Vaticano, Nunziatura di Colonia 265, Bl. 44-71), cit. segundo Just 67.

governo.<sup>173</sup> As informações chegadas de Munique em relatórios semanais, seguiam depois, sem demora, para Lisboa. Juntamente com o relato do caso do padre confessor demitido, Andrade e Castro comentava, ainda, a política nacional da Baviera acerca da questão dos jesuítas; não se fala em nenhuma medida acentuadamente antijesuíta. Que circunstâncias tinham levado a esse despedimento do jesuíta confessor da Corte ao serviço do príncipe eleitor? Quem era o confessor expulso?

Em 1742, o imperador Carlos VII, da Casa de Wittelsbach, tinha então destinado para seu filho de 15 anos, Maximiliano José, o jesuíta Daniel Stadler<sup>174</sup> como professor e confessor.<sup>175</sup> Maximiliano III José, após a morte de seu pai, manteve o professor e educador jesuíta como conselheiro pessoal e confessor na Corte de Munique. Nos tempos que se seguiram, a influência de Stadler nas decisões políticas<sup>176</sup> foi considerada muito forte, sobretudo pelo embaixador austríaco, o qual o procurava ganhar para a política por si representada.<sup>177</sup> Mas o jesuíta passava por partidário da França; por isso, já em 1754, reclamou o lado austríaco a demissão de Stadler, culminando, em 1758, no empenhamento reforçado para afastar o obstáculo que era o confessor, para impor os interesses austríacos na Corte de Munique.<sup>178</sup> Fazendo um desvio por Roma, a Corte de Viena pediu ao Geral dos Jesuítas que proibisse Stadler de abusar da sua posição.<sup>179</sup> A queda do acusado confessor da Corte que recebera de facto, quer do lado francês quer do austríaco, donativos regulares em forma de café, vinho e

<sup>173</sup> ANTT MNE Cx. 115, Andrade e Castro para Cunha, 18.XII.1762: «De Munich se escreveu haver o Serenissimo Eleitor despedido, e defendido a entrada na Corte, ao seu confessor Jezuíta; e que se prezumia ser o motivo, o intrometerse nos negócios políticos e civis.»

<sup>174</sup> Nasceu em 1705, em Amberg/Alto Palatinado, e entrou para a Companhia de Jesus em 1722; após estudos de Teologia e Filosofia exerceu funções de ensino em vários colégios jesuítas; morreu em 1764, em Pruntrut. Gerl 420; Duhr, *Stadler* 236s.

<sup>175</sup> *Ibid.* 237. Sobre as publicações de Stadler: Sommervogel VII 1467-1469.

<sup>176</sup> É discutível se ele era, de facto, a «Schlüsseligur im Kräftespiel am Nymphenburger Hofe» (Hammermayer, *Geschichte* I, 245).

<sup>177</sup> Cf. Schmid, *Außenpolitik* 367s; Duhr, *Stadler* 246ss.

<sup>178</sup> Schmid, *Außenpolitik* 312 e 426s, também para o seguinte.

<sup>179</sup> Maria Teresa, em 1758, queixava-se junto do cardeal Rodt que Stadler teria actuado, antes, em favor da França, mas mais, há algum tempo, para a Prússia; sempre, contudo, contra a Áustria: cf. Duhr, *Stadler* 250. Burkhardt 205 nota 85, diverge na data da carta.

chocolate,<sup>180</sup> deu-se inesperadamente quatro anos depois. De Roma recebeu Stadler, em 4 de Dezembro de 1762, ordem para colocar o seu lugar à disposição.<sup>181</sup>

Na Corte de Munique, segundo o juízo do embaixador português Andrade e Castro, nenhuma medida antijesuíta estaria com isso ligada; o príncipe eleitor iria nomear certamente um jesuíta como sucessor. Com efeito, eram demasiado grandes o poder e a esfera de influência dos jesuítas entre os bávaros.<sup>182</sup>

Que Stadler tinha mão em assuntos políticos importantes — tal como Andrade e Castro participou para Lisboa como exacta informação acerca das razões para o afastamento do confessor da Corte — pode hoje ser afirmado.<sup>183</sup> Na Corte de Munique, no círculo do príncipe eleitor bávaro, contudo, a posição de Stadler poderá ter sido menos influente do que aquilo que todos os embaixadores, sobretudo os austríacos, queriam fazer crer.<sup>184</sup> Na promoção dos interesses bávaros e dos Wittelsbach, Stadler encontrou, entre os diferentes partidos na Corte de Munique, sobretudo um com a mesma orientação política de base, o embaixador palatino, Schroff.<sup>185</sup> O Barão Johann Adam von Schroff colaborou estreitamente com o confessor da Corte a partir da viragem de 1756; tinham em comum uma forte aversão à Corte imperial de Viena.<sup>186</sup> Em Janeiro de 1758, o príncipe eleitor Maximiliano III José nomeou o embaixador Schroff — que podia contar com o apoio de Stadler — para substituir o condutor da política

<sup>180</sup> Schmid, *Außenpolitik* 325; Burkhardt 128; Duhr, *Stadler* 252.

<sup>181</sup> Stadler, pela sua parte, tinha, a 3.IX.1762, apresentado o seu pedido de demissão, para se reservar uma saída honrosa: cf. Hammermayer, *Geschichte* I 250.

<sup>182</sup> ANTT MNE Cx. 515, Andrade e Castro para Cunha, 18.XII.1762: «Os que conhecem a Baviera, dizem ser grande o poder, e o domínio que os Jezuítas tem adquirido entre os Bávaros; e prezumem que o Eleitor não sustentará a rezolussão que tomou, e que o hão-de persuadir a nomear outro Jezuítta para o mesmo emprego.» - Sucessor que foi o até então pregador da Corte, P. Ernst Geppert SJ (1705-1772): Schmid, *Außenpolitik* 478 nota 13; Gerl 135.

<sup>183</sup> Segundo Duhr, *Stadler* 255, ele é, enquanto confessor da Corte, «nicht allen Fallstricken seines schwierigen Amtes entgangen». Burkhardt 127s, julga Stadler como «undurchsichtige Figur» e, portanto, evita o problema nascente tal como foi aberto pelos confessores da Corte.

<sup>184</sup> Cf. Schmid, *Außenpolitik* 478.

<sup>185</sup> Duhr, *Stadler* 245s. A correspondência de Stadler com Schroff proporciona uma ideia do envolvimento do confessor nos assuntos políticos: cf. *ibid* 255s; Hammermayer, *Geschichte* I 80ss.

<sup>186</sup> Schmid, *Außenpolitik* 388, para o que segue 407s.

externa bávara. Nesta posição-chave, Schroff estava, por isso, ocupado com questões do estrangeiro, comprovadamente com a questão jesuíta em Portugal.<sup>187</sup>

Em Maio de 1759, Schroff recebeu uma carta do teatino bávaro Johannes Edlweck.<sup>188</sup> Este era Superior (*Propst*) dos teatinos de Munique, confessor do cardeal Johann Theodor,<sup>189</sup> membro ordinário da Secção de História<sup>190</sup> e censor de livros da Academia das Ciências da Baviera.<sup>191</sup> Em Abril de 1759, permaneceu em Roma, para o Capítulo Geral da sua Ordem.<sup>192</sup> Por altura da sua partida de Munique, o cardeal Johann Theodor entregou ao seu confessor Edlweck uma carta<sup>193</sup> para o cardeal Spinelli.<sup>194</sup> O principal objectivo da carta de Edlweck para Schroff era transmitir a resposta de Spinelli, a qual, consta, não foi de antemão enviada ao Barão Schroff por não estar inteiramente correcto o seu título. Johann Theodor pedia a Spinelli que tomasse posição acerca da questão jesuíta, a qual, após o «attentat inouï du Portugal», se apresentava de forma agravada nos círculos

<sup>187</sup> BayHStA Kschw. 15818 contém, dirigida a Schroff, o próprio original e minuta da carta, no «Fascicl die Affairen der Societas Jesu in Portugall betreffend».

<sup>188</sup> Nasceu em 1705, em Schloß Grassensee/Baixa Baviera, e entrou na Ordem, em Munique, em 1722; após estudos em Itália, a partir de 1734 foi teólogo da Corte do príncipe eleitor Carlos Alberto, em Munique, leitor de Teologia e Direito Canónico, bibliotecário e arquivista. Edlweck foi, com vários intervalos (1741-1744, 1748-1751 e 1754-1756) Superior dos Teatinos de Munique. Morreu, em 1773, em Munique. Cf. Koegel 135ss.

<sup>189</sup> Weitlauff 288; Koegel 136. O cardeal Johann Theodor, Bispo de Regensburg, Freising e Lüttich, nasceu em 1703, em Munique, e morreu em 1763, em Lüttich.

<sup>190</sup> Hammermayer, *Geschichte* I 363; Spindler, *Electoralis* 509.

<sup>191</sup> Spindler, *Electoralis* 34 (Lori para Töpsl, 12.V.1759), 461 (Lori para Bassi, 17.VI.1759). Cf., também, Duhr, *Geschichte der Jesuiten* IV/2, 228; Fichtl, *Bücherzensurkollegium* 25; Id., *Aufklärung und Zensur* 175; Hammermayer, *Geschichte* I 172.

<sup>192</sup> BayHStA Kschw. 15818, Edlweck para Schroff, 18.V.1759. Edlweck regressou a Munique em Julho de 1760; a partir de 1765 foi Superior em Viena. Cf. Koegel 137; Spindler, *Electoralis* 281 (carta de Spergs a Lori, 5.VII.1760).

<sup>193</sup> O rascunho ou cópia obtida, traz manuscrita (Schroff?) a nota: «Le 30. Mars 1759, part. le 3. Avril.»

<sup>194</sup> Spinelli, em 1757, tinha sido designado como «nemico de'Gesuiti e della Bolla (*Unigenitus*), ma occulto»: cf. Pastor XVI/1, 552 nota 3. No conclave de 1758, Spinelli, juntamente com o cardeal Torrigiani, era partidário do cardeal Archinto: cf. Baum 53. A Corte de Viena via em Spinelli um amigo da França e tê-lo-ia visto de má vontade como Secretário de Estado «wegen seiner intriganten Gemüthsart»: cf. apreciação em Burkhardt 406.

eclesiásticos.<sup>195</sup> Com a acusação dos jesuítas portugueses, o homem de Wittelsbach via afectado o bom nome de toda a Igreja; por isso, convida o Papa a colaborar no justo castigo do delito.<sup>196</sup> Ao cardeal bávaro interessava a sentença romana sobre os acontecimentos em Portugal; para formação de opinião própria, solicitava instruções acerca do «veritable point de vüe dont notre très Saint Père e tout le sacré collège envisage ce grand et triste événement, tant pour le passé que pour les suites». <sup>197</sup> É difícil de aceitar que, no caso do cardeal Johann Theodor, a atitude perante a questão jesuíta fosse modificada em função da resposta de Spinelli<sup>198</sup>; não se pode provar que, nesta questão, Johann Theodor tivesse tido um papel activo, na Baviera.<sup>199</sup>

Edlweck, na carta ao Barão Schroff, menciona, aparentemente de passagem, um encontro possivelmente significativo: a 17 de Maio, em Roma, o filho mais velho de Pombal, Henrique José<sup>200</sup> tinha feito uma longa visita ao Superior dos Teatinos.<sup>201</sup> A estadia para estudo, do filho adolescente de Pombal, em Roma, foi inserida na trama política,

<sup>195</sup> BayHStA Kschw. 15818, Johann Theodor para Spinelli, 30.III.1759: «L'étonnement que l'attentat inouï du Portugal cause a tous les chrétiens, faisant encor plus d'impression sur ceux que Dieu a particulièrement appelé au service de son église.»

<sup>196</sup> BayHStA Kschw. 15818, Johann Theodor para Spinelli, 30.III.1759: «... je prie Dieu avec l'esprit d'une véritable charité chrétienne, pouvoir s'en laver entièrement à la face de toute l'Église ou bien, si ils sont coupables, notre Saint Père seconda lui même et coopère à la justice laquelle est due et sera le seul moyen a sauver l'honneur de notre Sainte Église et religion blessé et offensé si cruellement.»

<sup>197</sup> BayHStA Kschw. 15818, Johann Theodor para Spinelli, 30.III.1759.

<sup>198</sup> Todavia, ainda em Agosto de 1759, tinha o Cardeal proibido, pressionado pelo seu confessor, Matthias de Poot, um jesuíta de aparecer no 'iluminista' «Journal Encyclopédique», em Lüttich: cf. Weitlauff 521.

<sup>199</sup> Além disso, o Cardeal, nos meses que se seguiram, adoeceu gravemente. Nos meses de Inverno, 1759/1760, escreveu o seu testamento. Em Abril de 1760 deixou então Freising, partindo para Paris em férias de repouso: Weitlauff 522s.

<sup>200</sup> Henrique José Carvalho e Melo (1748-1812), entre 1758 e 1760, esteve em Roma, a estudar: cf. a carta de Almada e Mendonça para Pombal, de 19.X.1760, em: Ferrão 265-268.

<sup>201</sup> BayHStA Kschw. 15818, Edlweck para o barão Schroff, 18.V.1759: «Gestern ist der junge Caravaglios, welcher von dem portugesischen premier-Minister der erstgebohrne Sohn ist, und hier im Collegio Nezeno unter der herren piaristen direction studiert, lang bey mir gewesen, um mir eine visiten abzustatten.»

em Junho de 1758, pelo contexto criado com a desavença diplomática entre Lisboa e Roma devido à questão jesuíta.<sup>202</sup>

Acompanhado do dominicano Pe. José de Jesus Maria Caetano,<sup>203</sup> que levava consigo literatura antijesuíta, tinha chegado Henrique José de Carvalho e Melo a Roma.<sup>204</sup> É provável, ainda que não provado, que na conversa entre Edlweck e o jovem estudante português, cujo pai era o primeiro-ministro de Portugal, tivessem sido abordados acontecimentos ocorridos no seu país. Durante a visita — que o rapaz de 11 anos não terá feito sozinho — terá sido o teatino bávaro instruído acerca da questão jesuíta em Portugal, no sentido da política portuguesa? No Capítulo Geral, Edlweck foi nomeado para Superior dos Teatinos em Viena,<sup>205</sup> missão que desempenhou até Julho de 1760.<sup>206</sup> Em Maio de 1760, o embaixador português informava, de Viena, acerca de um violento conflito — provocado por uma discussão sobre o probabilismo — entre teatinos e jesuítas, sendo estes acusados de defender o probabilismo.<sup>207</sup>

Assim, durante o tempo em que Edlweck foi o Superior dos Teatinos em Viena, também os teatinos austríacos haviam adoptado um procedimento mais duro contra os jesuítas. Se Edlweck foi, de algum modo, influenciado na sua atitude para com os jesuítas, mediante a troca de cartas entre os cardeais Johann Theodor e Spinelli (onde se tratava de uma tomada de posição semi-oficial sobre a questão jesuíta em Portugal depois do atentado), ou mediante o encontro com o filho de Pombal que estava em Roma, não será mais aqui tratada por falta de documentação.

<sup>202</sup> Para melhorar as relações políticas, a estadia do jovem Henrique, fora expressamente reclamada pelo Cardeal Secretário de Estado: Miller 63.

<sup>203</sup> Caetano «whom Oeiras had selected as tutor for his sons, was in Rome with Henrique de Carvalho». O dominicano foi, entre 1770 e 1782, bispo de Castelo Branco: Serrão, *História* VI, 114-118.

<sup>204</sup> Depreende-se de uma carta de um capuchinho italiano para o seu irmão em Milão, em tradução alemã, em: AOPJ 0-III-21, n.º 131. A viagem do dominicano é considerada como encargo para cumprir a missão antijesuíta de Pombal: «Er ware nicht zufrieden, daß er die Jesuiten auf tausenderley weiß in dem reich Portugall unterdrückt und verschwärtzet hat, sondern hat auch getrachtet, und trachtet noch selbige durch die ganze welt zuverleümden. Zu disem endt ist er aus Portugall nacher Rom gereiset, und hat mit sich in einer Reiss-truchen jene bücher geführt, so er auch in Latein hat druckhen lassen.»

<sup>205</sup> BayHStA Kschw. 15818, Edlweck para Barão Schroff, 18.V.1759.

<sup>206</sup> Cf. a carta de Joseph von Spergs, de Viena, para Lori, em Munique, 5.VII.1760: Spindler, *Electoralis* 281.

<sup>207</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 11.V.1760.

A discussão sobre o probabilismo, ainda durante o tempo em que Edlweck foi Superior em Viena, não é, para um dado contexto, afirmação suficientemente enérgica, visto que em 1760 o sermão de Neumayr em Augsburg, ali circulava impresso. Por último, a pobreza das condições da documentação deve, por assim dizer, deixar em aberto em que medida os juízos seguintes do embaixador Andrade e Castro se aproximaram da realidade histórica da área dominada pelo príncipe eleitor: em Setembro de 1761, escrevia ele, de forma lapidar, para Lisboa: «A Baviera hé paíz de Jesuítas.»<sup>208</sup>

### III. 1.c. Os Jesuítas como confessores da Corte — pastoral ou política?

Na Alemanha, os jesuítas apoderaram-se dos confessionários e, desse modo, imiscuíram-se nos negócios políticos do Estado: esta a má notícia transmitida para Lisboa pelo embaixador português Andrade e Castro, em Junho de 1765.<sup>209</sup> Aos olhos do diplomata — após a expulsão do núncio Acciaiuoli de Portugal, em Junho de 1765 — tinham sido os confessores e pregadores da Corte, na Corte de Viena, que haviam viciado as notícias chegadas de Lisboa e Roma, e tinham feito agitação em favor da sua Ordem.<sup>210</sup>

Partindo de duas apreciações, escolhidas, do embaixador português sobre os jesuítas enquanto confessores da Corte, coloca-se a questão da dimensão política dessa posição-chave.<sup>211</sup> Como se chega à atribuição de um papel definido dos confessores como força determinante no conjunto das estruturas de poder da Corte? Existe, fundamentalmente, uma visível influência nas decisões políticas por intermédio do conselho na confissão ou por outros meios?

À investigação histórica permanece vedado o diálogo da confissão; no entanto, a orientação geral da influência dos confessores

<sup>208</sup> ANTT MNE Cx. 515, Andrade e Castro para Cunha, 6.IX.1761.

<sup>209</sup> ANTT MNE Cx. 516, Andrade e Castro para Cunha, 2.VI.1765: «Os Jesuítas se apoderarão dos confessionários, e se intrometerão nos negócios do regime do estado.»

<sup>210</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 25.VII.1760: «Os confessores, e pregadores da Corte agitam como podem.»

<sup>211</sup> Scott 161. Na monarquia dos Habsburg, os Jesuítas ocupavam os «key posts of confessors to the ruling dynasty», em forma de monopólio.



apresenta-se consideravelmente perceptível.<sup>212</sup> Foram trazidas à luz várias zonas de influência na formação das consciências dos «filhos espirituais»,<sup>213</sup> no que respeita quer à fundamentação teórica de directivas morais quer à prática educativa na base do ideal do príncipe, elaborado pelos confessores.<sup>214</sup>

O primeiro jesuíta em missão de confessor foi Gonçalves da Câmara que, em 1552, tinha sido requisitado à Ordem pelo rei português D. João III.<sup>215</sup> Se se pode falar, generalizando, de uma específica «diplomacia do confessor do Antigo Regime»,<sup>216</sup> é lícito pô-la em dúvida devido à inexistência de uma visão geral dos estudos particulares das diferentes figuras de confessores.<sup>217</sup> O principal dilema no desempenho da missão de confessor da Corte deve ser procurado na permanente terrível exigência do procedimento profissional como pastor, secretário privado, conselheiro político e director espiritual.<sup>218</sup> Para a avaliação da missão de confessor confiada aos

<sup>212</sup> Cf. Haaß 373. Haaß examinou esta questão com o auxílio de exemplos concretos (ou seja, os confessores dos príncipes eleitores de Colónia, José Clemente e Clemente Augusto).

<sup>213</sup> A competência dos confessores estendia-se até à selecção dos planos de leituras; da troca de correspondência entre Maria Teresa e Maria Antonieta depreende-se que a inquieta mãe evocava sua filha, «ohne Zustimmung Ihres Beichvaters kein Buch und auch keine Broschüre zu lesen»: cit. segundo Christoph 16. O padrinho de Maria Antonieta era o antigo embaixador de Portugal na Corte de Viena, Sebastião José de Carvalho e Melo: cf. carta de felicitações e agradecimento, de Pombal, pelo nascimento de Maria Antonieta e sua escolha como padrinho (datada de 30.XII.1755, de Lisboa), em língua portuguesa e francesa, em: Tarouca, *Correspondência* 355s.

<sup>214</sup> Cf. Kovács, *Beichtväter* 86. Kovács procurava, sobretudo, as influências do clero da Corte sobre o auto-entendimento dos Habsburger e da sua concepção de poder e legitimação do soberano.

<sup>215</sup> Bireley 386s. Ao passo que o Provincial português, Diego Mirón, indeferia o pedido real, Inácio de Loyola, numa carta de 1.II.1553, apoiava a solicitação.

<sup>216</sup> Burkhardt 128. Se Burkhardt, com a expressão, persegue um objectivo de conhecimento, permanece em aberto. Mas a conceptualidade escolhida não pressupõe um determinado grau de organização e um comum interesse orientador dos confessores?

<sup>217</sup> Uma visão tipológica dos confessores da Corte, suficientemente documentados nos registos, na Europa dos Tempos Modernos, seria, por isso, um urgente desiderato da investigação. Para poder situar fenómenos análogos no mapa a traçar de possíveis influências, a problemática a formular deveria, sem dúvida, ser compreendida, de forma suficientemente ampla.

<sup>218</sup> Cf. o artigo *Hofbeichtväter*, in: Koch (especialmente 814ss); além disso, Duhr, *Jesuitenfabeln*, 665-693, sobre «Berüchtigte Hofbeichtväter aus dem Jesuitenorden». Para os jesuítas enquanto confessores, educadores e conselheiros: *Die Jesuiten in Bayern* 266-272.

jesuítas, reveste-se de importância a sua pertença a uma Ordem combativa, com fortes vínculos internacionais, assim como a sua ligação aos órgãos da Cúria romana. Com efeito, os jesuítas enquanto religiosos e membros de uma Ordem tradicionalmente fiel ao Papa estavam mais fortemente expostos à pressão da diplomacia do papado, procurando, com a ajuda dos confessores, reforçar a sua posição negocial nas Cortes.<sup>219</sup> No entanto, muitos confessores puderam subtrair-se a esta contínua pressão.<sup>220</sup> Nos relatórios da legação de Madrid para Viena constata-se, durante um conflito da Corte de Madrid com a Cúria, uma perda de poder de um confessor, dependente do Papa, que tem de abandonar o seu posto.<sup>221</sup>

Na investigação de casos particulares atribui-se à influência política dos confessores jesuítas, no sec. XVIII, uma progressiva perda de importância: esta enfraquece-se com o tempo, pois qualquer ingerência nos negócios do governo era bloqueada.<sup>222</sup> Ao contrário, a antiga posição de poder dos confessores é mantida sobretudo junto dos soberanos com fraco poder de decisão.<sup>223</sup>

Estará, porém, o mais espectacular afastamento de um confessor da Corte, como o do Pe. Stadler SJ, em ligação com a «connection between confessional and politics», a qual, não estando estabelecida historicamente, é no entanto formulada como se fosse uma tese?<sup>224</sup> À discussão sobre o probabilismo ateadada pelo sermão do P. Neumayr SJ, não cabe também uma relevância pastoral na prática da penitência defendida sobretudo pelos jesuítas? Pode, aqui, construir-se

<sup>219</sup> Cf., para isso, Haaß 386. O cardeal Oddi, em 2.I.1757, escrevia ao cardeal Archinto: «Mancandomi il mezzo di presentarmi al s. Elettore senza ostentazione, ho supplito per il di lui confessore», cit. em Burkhardt 391.

<sup>220</sup> Kovács, *Beichtväter* 97.

<sup>221</sup> Rosenberg para Kaunitz, 5.IV.1763: «Die Jesuiten, welche eine ganz besondere Abhängigkeit von dem Päpstlichen Stuhle anmassen, verlieren täglich von ihrem Ansehen, und hat der König letztlich den Padre Barba, welcher des Prinzen von Asturien und der übrigen königlichen Familie Beichtvater war, abgedanket und seinem eigenen Beichtvater, der ein Franziskaner ist, alle seine Kinder übergeben»: cit. segundo Juretschke II 310.

<sup>222</sup> Cf. Haaß 390; Kovács, *Beichtväter* 83-90.

<sup>223</sup> Cf. Gasser. Uma posição muito forte detinha, por isso, o Pe. Francisco Rávago SJ, como confessor do rei Fernando VI, que «... nicht ein Herr welcher von sich aus eine standhafte entschließung ergreifen könne»: cit. segundo Gasser 153. Cf., ainda, acerca da posição de Rávago, Pastor XVI/1, 47ss.

<sup>224</sup> Lea 452. *A History of Auricular Confession*, de Lea, com o tempo, foi considerada tendenciosa.

mais uma via de explicação para o afastamento dos jesuítas das suas posições de confessores da Corte?

As investigações históricas sobre pastoral confirmam, com base na rigorista exigência de penitência dos teólogos jansenistas, «formas de afunilamento de uma pastoral da confissão na época do Iluminismo». <sup>225</sup> Novos pontos de partida da teologia sacramental têm também, ao mesmo tempo, consequências na pastoral do baixo clero. <sup>226</sup> O violento conflito teórico foi conduzido no pano de fundo da responsabilização, nitidamente crescente, no sec. XVIII, dos confessores. <sup>227</sup> Ao mesmo tempo, contudo, na sequência do exigido regresso à prática da penitência da Igreja primitiva, aumentou a crítica à instituição da confissão auricular. <sup>228</sup>

A crítica geral aos confessores jesuítas <sup>229</sup> em posições elevadas adquiriu um novo impulso através de casos tornados conhecidos, em que a direcção espiritual por um jesuíta teve consequências negativas. <sup>230</sup> Depois que surgiu a suspeita de participação dos jesuítas

<sup>225</sup> Stadel 544, no seu estudo de teologia pastoral.

<sup>226</sup> P. ex., o pastor e escritor Johann Christoph Beer (1690-1760) publicou o seu trabalho fundamental de teologia pastoral e catequese, «Das brochne Brod der Kleinen» (Augsburg 1736), no qual se exprime a compreensão geralmente desaparecida para com a acção da graça no sacramento da confissão: cf. Böck 12s e 106s.

<sup>227</sup> Mehler 21s, prova estatisticamente uma subida da utilização da confissão de toda a vida, em Altötting, junto dos confessores jesuítas (1641-1692: 41.487; 1693-1772: 125.785). Com um período de 52 anos compara-se, nomeadamente, um período de 80 anos, sendo, no entanto, comprovada uma notável subida.

<sup>228</sup> O professor de Direito Canónico de Viena, Joseph Valentin Eybel (1741-1805) publicou, p. ex., *Was enthalten die Urkunden des christlichen Altertums von der Ohrenbeicht?*: Wehr 47.

<sup>229</sup> Acerca da práxis da confissão dos jesuítas referia o cónego agostinho Steigenberger ao seu Superior Töpsl, em 24.II.1780: «Ich konnte nemlich niehmals begreifen, wie Fürsten, Minister, Beamten, Bischöfe etc. so leicht mit den Jesuiter Beichtvätern konnte übereinstimmen und letzterer mit ersteren. Jezt aber fasse ich es leicht. Fürsten, Minister, Beamte darften nur sagen, Gott hätte ihnen gratiam sufficientem notitiae officiorum et gravissimorum versagt, da muste der Beichtvatter ihnen Glück wünschen (...) Mit einer solchen Moral kann man Türken bekehren»: cit. segundo van Dülmen, *Aufklärung* II, 217.

<sup>230</sup> A influência do confessor Mantels SJ sobre Charlotte von Lothringen (1757-1773, coadjutora da Abadessa de Essen) era, assim, caracterizada pelo núncio Lucini, nos finais de 1766: «... Carlotta di Lorena zia del regnante imperatore. Ella è una pia principessa, piena di religione, ma appunto per questo un confessore o un canonico le fa fare mille bestialità, credendo essere tutto affare di coscienza. Finora

no atentado contra o rei português, o cardeal Johann Theodor, em Abril de 1759, exprimia a sua perplexidade, por ter confiado justamente a jesuítas, durante anos, a sua consciência.<sup>231</sup> O cardeal Johann Theodor aproveitou-se das várias práticas disponíveis da penitência, em seu favor, e tomou para si dois confessores: um rigorista da tradição jansenista, e um jesuíta mais de prática laxista.<sup>232</sup>

A controversa concepção sobre a moral da confissão e a casuística, de jesuítas e jansenistas, constitui o fundo ideológico para o afastamento em competição, a nível europeu desde 1750, dos confessores da Corte.<sup>233</sup> Na Áustria, a partir de 1760, os confessores jansenistas foram desalojando cada vez mais os jesuítas, anteriores donos do lugar, das suas tradicionais posições, o que, pelo menos para Maria Teresa, pode ser explicado com um distanciamento dos jesuítas após notícias chegadas de Portugal.<sup>234</sup> Ao evoluir da contra-acção dos jesuítas retirou Maria Teresa a possibilidade de reacção, com uma gradual repressão.<sup>235</sup> O provimento das posições centrais — que, por tradição, tinham sido concedidas a jesuítas e confessores — com não-jesuítas teve também lugar em Espanha, antes da expulsão dos

---

ebbe un Giesuita chiamato il padre Mantels che l'ha governata a bacchetta, ma ora è morto e le cose vanno meglio.»: cit. segundo Just 90.

<sup>231</sup> BayHStA Kschw. 15818, cardeal Johann Theodor para o cardeal Spinelli, 3.IV.1759: «Ma perplexité augmentant encor par l'habitude dans laquelle nous avons toujours été ici et sommes encor de confier la conduite de notre conscience aux mêmes religieux sur lesquels on veut faire tomber tout le poids de cette triste catastrophe...»

<sup>232</sup> Weitlauff 580. O jesuíta era chamado secretamente no caso de pecados graves, o outro para a confissão de pecados leves. Quando o jesuíta tomou conhecimento do outro confessor despediu-se do seu cargo. Além disso, cf., também, Duhr IV/2, 417, o qual chegou à conclusão de que os confessores teriam tido uma «posição difícil» junto do cardeal Johann Theodor.

<sup>233</sup> Cf., também para o que segue, especialmente para os jansenistas confessores da Corte na Áustria, Hersche 134-148.

<sup>234</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 13.XII.1760. A tomada de posição de Maria Teresa quanto à contínua mudança de gerações nos lugares de confessores, perante o embaixador português foi a seguinte: «... os Jesuítas não convinhão para confessores.»

<sup>235</sup> Maria Teresa defendia-se, após a extinção da Ordem, contra a acusação de que ela estaria a defender os ex-jesuítas, com um olhar retrospectivo à outrora atitude de simpatia: «Ich ware seit langen Jahren schon nicht so eingenommen von der Societät; mich selbst und meine Kinder entzoge selber sowohl in der Erziehung als des Beichtstuhls.»: cit. segundo Arneth IX, 118s. Cf., ainda a este respeito, Maaß, *Jesuiten* 66s.

Jesuítas, o que justamente era avaliado pelos observadores como derrota dos outrora poderosos jesuítas.<sup>236</sup> O visado afastamento dos jesuítas dos lugares-chave políticos e sociais, assim como do seu afastamento de posições centrais enquanto confessores na Corte, pode ser observado com intervalos mínimos de tempo, em toda a Europa.<sup>237</sup> Nisto nem sempre pode ser vista uma medida exclusivamente anti-jesuíta. A par da, por vezes, suposta influência política — que através da moderna investigação, só com grande reserva é defendida —, a sub-corrente ideológica das controversas concepções pastorais foi determinada como factor favorável a tal evolução. A substituição de posições, sempre registada com constante atenção, foi interpretada por vários observadores contemporâneos como perda de prestígio por parte dos atingidos. Como sinal de alarme para a Ordem no seu conjunto é, por isso, o afastamento dos jesuítas como confessores da Corte justamente entendido pelo núncio Visconti, em 1767, com a sua certa observação: Visconti viu no acontecimento um «infausto preludio per la Compagnia».<sup>238</sup>

### III.2 Academias e eruditos

Para compreender o intrincado político-diplomático da questão jesuíta na Europa, está à disposição um valioso acervo arquivístico específico mediante a exploração dos relatórios do embaixador por-

<sup>236</sup> Rosenberg para Kaunitz, 9.I.1764: «Die hiesigen Neuigkeiten anbelangend, so ist denen Jesuiten mehrmalen ein nicht geringer Abbruch geschehen. Es hatte ihnen weiland König Philippus V. einen beständigen Platz in der Inquisition angewiesen, welcher meistens denen Beichtvätern, wenn selbige aus erwähnten Orden waren, gegeben worden. Nun ist (...) der als Beichtvater abgedankte Pater Rávago mit Tode abgegangen und folglich die Stelle eines Inquisitoris erlediget worden. Es hat aber der Katholische König selbige nicht einem Jesuiten, sondern seinem dermaligen Beichtvater, so ein Franziskaner ist, gegeben»: cit. segundo Juretschke III 9.

<sup>237</sup> 1757 em Portugal, a partir de 1760 na Áustria, 1762 na Baviera, 1764 em Espanha. O cardeal Spinelli relatava — acerca de uma obrigada vigilância dos jesuítas em actividade, em Nápoles, por ele provocada — na sua carta ao cardeal Johann Theodor («differens avec les Pères Jésuites à Naples ou je les obligeai a venir se faire examiner pour le confessionnal»): BayHStA Kschw. 15818, cardeal Spinelli para cardeal Johann Theodor, 18.V.1759.

<sup>238</sup> Núncio Visconti, em 1767, sobre a nomeação do cónego agostinho Ignaz Müller para confessor da Corte, em lugar do jesuíta Kampmüller: cf. Winter, *Josefinismus*, 44.

tuguês acreditado em Viena, Andrade e Castro. Nos relatórios da embaixada, além das poucas referências à reforma das Universidades e dos estudos, é, contudo, excluída a vida académica e científica. O acesso à questão jesuíta — tal como se apresenta no intercâmbio cultural entre os países em que se propagou — deve, portanto, dar-se na base de outras fontes.

Em parte impressa, e em parte apenas disponível em arquivo, a correspondência entre eruditos, na e sobre a actividade das Academias europeias, sob os aspectos escolhidos, deve ser submetida a uma revisão de acordo com a problemática formulada.

O clima intelectual do espaço cultural bávaro orientava-se no sentido da aversão aos jesuítas, segundo os exemplos da Europa ocidental? As atitudes revolucionárias antijesuítas em Portugal manifestavam-se nas cartas? E finalmente: a Europa erudita da segunda metade do sec. XVIII tinha como característica inconfundível uma comum «paixão antijesuíta» («antijesuitischer Affekt»<sup>239</sup>) que ultrapassava fronteiras?

### III.2.a. A Academia das Ciências da Baviera, 1759

À primeira vista apresenta-se negativa à investigação arquivística a análise da existência de contactos entre as Academias científicas em Portugal<sup>240</sup> e na Baviera: entre as cartas para membros da Academia das Ciências da Baviera, no período de 1759-1804, não se pode provar a existência de nenhum correspondente do espaço ibérico.<sup>241</sup> A investigação recente sobre a fundação e primeira fase da história das Academias das Ciências da Baviera (Churbaierische Akademie) qualificou, portanto, com razão, a presença de sociedades eruditas<sup>242</sup> da Península Ibérica, no estreito círculo da Academia

<sup>239</sup> Assim formulado por Garms-Cornides 238, com respeito aos italianos na vida cultural de Viena.

<sup>240</sup> A Academia Real de História, fundada em 1720, tinha, no tempo de D. José, caído na insignificância; só em 1779 se seguiu o estabelecimento da Academia das Ciências de Lisboa: Castelo-Branco; Serrão, *História* V 426ss, VI 440ss. Ligações pessoais isoladas ao movimento das Academias em Espanha definharam, a partir de 1756, com base na hostilidade aos jesuítas: Piwnik, *Membres portugais* 120-135; lista dos membros da Real Academia de História de Madrid: Kaufmann II, 648-682.

<sup>241</sup> Os meus agradecimentos ao Sr. Dr. Reinhard Heydenreuter, arquivista da Academia das Ciências da Baviera, pela sua informação escrita de 20.II.1991.

<sup>242</sup> Cf., para a história dos conceitos no movimento europeu das Academias como movimento de sociedades: Dickerhof, *Gelehrte Gesellschaften* 64-66.

bávara, como «quase total *tabula rasa*» («fast völlige *tabula rasa*»)<sup>243</sup> O investigador, no entanto, é surpreendido pela avaliação da correspondência publicada dos primeiros tempos da Academia, na qual se podem provar indirectamente relações com Portugal.<sup>244</sup> Os eruditos seculares estavam em maioria, na Academia, no ano da sua fundação; em princípio, na Academia bávara, estava vedada aos jesuítas a qualidade de sócio.<sup>245</sup>

A força motriz no conseqüente antagonismo com a Companhia de Jesus era o fundador e primeiro secretário da Academia, Johann Georg von Lori,<sup>246</sup> cujo nome, se tornou, de forma expressa, um programa contra os jesuítas. Em Outubro de 1758, em Munique, Lori tinha criado a «Sociedade erudita bávara» a qual, no ano seguinte, evoluiu para «Academia bávara de Chur».<sup>247</sup> Em Março de 1759, Lori informou o cónego agostinho Franz Töpsl<sup>248</sup> acerca da iminente expulsão da Companhia de Jesus de Portugal,<sup>249</sup> assim como da reacção dos jesuítas de Munique.<sup>250</sup> O jesuíta Malagrida tinha sido

<sup>243</sup> Hammermayer, *Geschichte* II 40. Para o movimento das Academias no espaço ibérico, cf. a bibliografia, em: Hammermayer, *Akademiebewegung* 44 nota 17.

<sup>244</sup> A análise foi facilitada pela boa e acessível edição de fontes de Spindler, *Electoralis*. Uma relação directa à Europa ocidental constituiu, para a Baviera, a Academia das Ciências de Paris: Kraus, *Geschichtswissenschaft* 238s.

<sup>245</sup> Entre os 88 membros da Academia, 55 eram laicos e 33 religiosos: Spindler, *Gründung* 513; Hammermayer, *Geschichte* I 59ss.

<sup>246</sup> Nascido em 1723, estudos de Direito em Würzburg e Ingolstadt (Doutoramento); Professor de Direito, entre 1749-52, na Universidade de Ingolstadt; conselheiro da Corte do Príncipe Eleitor bávaro e «Bergrat», entre 1759 e 1760, director da Secção de História da Academia; Secretário da Academia até 1760; morreu em 1786: Spindler, *Electoralis* XIIss; 518s. Cf., acerca da relação de Lori aos Jesuítas: Spindler, *Gründung* 511s; Hammermayer, *Geschichte* I 239ss; van Dülmen, *Antijesuitismus* 58.

<sup>247</sup> Spindler, *Electoralis* 518s; Hammermayer, *Geschichte* I 239ss; Wagner 177s; Moisy 50-56.

<sup>248</sup> Superior do Convento dos cónegos agostinhos de Polling. Pormenores sobre Töpsl no cap. III.2.b.

<sup>249</sup> Na Primavera de 1759 tinha-se esboçado, em Portugal, após a confiscação dos bens da Ordem, a iminente expulsão: cf. Brazão, *Pombal* 352.

<sup>250</sup> Lori para Töpsl, 10.II.1759: «Der König von Portugal erwartet seinen Courier von Rom zurück, alsdann wird das Urteil an den Jesuiten vollstreckt werden. Die Patres hängen hier die Köpfe ungemeyn»: cit. segundo Spindler, *Electoralis* 29. Texto original da carta também em Kratz, *Akademie* 191s; cf. *Die Jesuiten in Bayern* 280s (nº 245).

apresentado à justiça como o maquinador do atentado.<sup>251</sup> Como contribuição para a discussão pública acerca do assassinio dos tiranos, Lori sugeria — como argumentação auxiliar contra a defesa dos jesuítas —, uma colectânea de textos de autores jesuítas.<sup>252</sup>

Não é possível provar de que fontes de informação se serviu o próprio secretário da Academia, em Março de 1759, sobre os acontecimentos ocorridos em Portugal após o atentado de 1758.<sup>253</sup> O conhecimento das investigações em Portugal conduzidas contra os jesuítas, «as quais eram guardadas, em Portugal, como se fora pedra preciosa» («die man in Portugall, wie Edelsteine verwahret»),<sup>254</sup> queria Lori aplicar igualmente na Baviera para desacreditar toda a Ordem.

Também para a educação interessava tomar nota dos acontecimentos no longínquo sul da Europa ocidental: Johann Adam Freiherr von Ickstatt<sup>255</sup> enviou a Lori, em Dezembro de 1759, uma reportagem sobre a reforma de estudos realizada em Portugal,<sup>256</sup> e, ao mesmo tempo, criava esperança de uma mudança na Baviera.<sup>257</sup> Lori prome-

<sup>251</sup> *Ibid.*: «Den Malagrida, so ein Barometermachers Sohn aus Como ist, geben sie allerorts für einen Heiligen und für einen Wundermann aus. Er ist es, der die Edelleute durch seine Sentenze und exercitia verführet hat.» Neste contexto, não é exacto o comentário acerca de Malagrida em: Spindler, *Electoralis* 30 notas 2 e 3. Cf., para o processo contra Malagrida, em 1761: cap. II.3.b.

<sup>252</sup> *Ibid.*: «Hier laufen die Jesuiterbothen mit dem Decret des Generals Aquaviva, de a. 1610 in der Stadt herum, um zu beweisen, daß die Societat den Königsmord niemals für erlaubt gehalten habe. Wir halten für nothwendig, das publicum und den Hof vor dieser Unwahrheit sicher zu stellen, und wünschen, daß wir eine kleine Sammlung der Passagen, aus den Jesuiter Casuisten und Canonisten hätten, worinn das regicidium behauptet worden.» Ao cónego agostinho, Eusebius Amort, devia ser confiada a missão; a planeada antologia nunca foi realizada. Cf. Spindler, *Electoralis* 30 nota 7.

<sup>253</sup> Só no final do ano, Lori obteve um relatório do patricio, de Chur, Peter von Salis (1729-1783), de 24.XI.1759, sobre a expulsão, já sucedida, dos jesuítas de Portugal: cf. Spindler, *Electoralis* 479; Hammermayer, *Geschichte* I 240 nota 16.

<sup>254</sup> Lori para o calvinista e patricio de Berna, Vincenz Bernhard von Tscharner (1728-1778), em 23.V.1759: cit. segundo Spindler, *Electoralis* 40. Para Tscharner: Spindler, *Electoralis* 531. Cf., ainda, Kratz, *Akademie* 194.

<sup>255</sup> O jurista Ickstatt (1702-1776), em 1759, tornou-se membro da Secção de História; era professor do príncipe eleitor Maximiliano III José: Spindler, *Electoralis* 513. Para a relação de Ickstatt à Companhia de Jesus, cf. Hammermayer, *Geschichte* I 241-244.

<sup>256</sup> Realizada por etapas, entre Junho e Outubro de 1759: cf. cap. II.2.b.

<sup>257</sup> Ickstatt para Lori, 28.XII.1759: «Mich freuet indessen ohngemein, daß dem Neid zu Trotz die Sachen wohl gehen, und wir in kurtzer Zeit den Zustand der



tia, numa irónica carta de finais de 1759, a Johann Christoph Gottsched um ataque ao «Estado jesuíta» no Paraguai.<sup>258</sup> Anteriormente, Gottsched — com uma referência ao Paraguai — tinha prevenido Lori contra concessões aos jesuítas no interior da Academia.<sup>259</sup> A resoluta orientação antijesuíta de Lori obteve, através do papel pioneiro de Portugal, apoio e confirmação, em particular, nos activos procedimentos contra a Ordem.<sup>260</sup> O carácter receptivo do antijesuítismo bávaro é provado pela orientação por parte de Lori segundo o modelo do sul da Europa ocidental.<sup>261</sup>

O acender da iniciativa em acção contra os jesuítas veio de Portugal. Por isso, em toda a parte, os adversários daqueles receberam daí incentivo; forneciam-se reciprocamente notícias de Portugal. É de admitir a interpretação de que, em Portugal, a perseguição realizada contra os jesuítas também juntou entre si os adversários dos jesuítas no espaço bávaro-sul alemão, oferecendo-lhes um útil auxílio argumentativo e estimulando-os a uma mais forte actividade antijesuíta.<sup>262</sup>

Apesar do não frequente, mas vigoroso, testemunho documental da correspondência entre membros individuais da Academia de Munique pode aqui ser defendido como resultado que no decorrer do

---

Wissenschaften in Bayern in eine bessere Gestalt verwandelt sehen werden. In angefügter Zeitung sende dieselbe einen Auszug von der neuen Einrichtung der Schulen in Portugal, Bitte mir solche zurück zu schicken»: cit. segundo Spindler, *Electoralis* 250.

<sup>258</sup> Lori para Gottsched, 4.XII.1759: «Die Solipsen werden unsere Feinde, nicht aber Mitglieder seyn. Wir wollen mit unsern Feinden im freyen Felde schlagen, ehe wir in Paraquari uns überschiffen lassen»: cit. segundo Spindler, *Electoralis* 229. Cf. Kratz, *Akademie* 197.

<sup>259</sup> Gottsched para Lori, 23.VII.1759: «Daß es am Widerstande gewisser Solipsen nicht gefehlt haben werde, kann ich mir leicht einbilden. Glücklich ist die Akademie, wenn sie sich ferner gegen alle Nachstellungen sicher machen kann, damit sie nicht etwa in kurzem nach Paraguay verbannt werden»: cit. segundo Kratz, *Akademie* 195.

<sup>260</sup> Cf., para isso, Hammermayer, *Geschichte* I 240: «Lori wollte offenbar in Bayern ein ähnliches Kesseltreiben einleiten, wie es sich zur selben Zeit in Portugal, Spanien und Neapel vollzog und in Frankreich anbahnte.» Hammermayer estabelece, erradamente, o procedimento contra os jesuítas em Portugal (1759) concomitantemente aos casos análogos ocorridos em Espanha e Nápoles (1767).

<sup>261</sup> Müller, *Aufhebung* 294.

<sup>262</sup> Analogamente vê Spindler, *Electoralis* XX, o contexto relativo à Companhia de Jesus: «Im Jahre der Akademiegründung wurde er aus Portugal vertrieben, und die Zeit war nicht mehr fern, in der er auch in Bayern alle seine Positionen samt seinem Vermögen verlieren sollte.»

ano de 1759 preparava-se, na Baviera, o estabelecimento de uma Academia como instituição antijesuíta, enquanto em Portugal se consumava, passo a passo, a perda de poder dos jesuítas, até à expulsão. No ano de fundação da Academia das Ciências da Baviera, a expulsão dos jesuítas de Portugal obteve, no sistema antijesuíta europeu, um efeito de reacção intensificadora.

### III.2.b. O *Commerciūm Litterarum* dos cónegos agostinhos de Polling com Lisboa e Mafra (1763-1789)

O erudito secular e fundador da Academia das Ciências da Baviera, Lori, recebeu, nos primeiros tempos da Academia, largo apoio do já referido Superior do Convento dos cónegos agostinhos de Polling, Franziskus Töpsl.<sup>263</sup> Era-lhes comum a violenta oposição aos jesuítas, assim como o fomento da ciência e da erudição.<sup>264</sup> O Convento dos cónegos agostinhos de Polling, no quadro da ambicionada protecção às ciências, tornou-se o centro de uma intensa correspondência entre eruditos — o *Commerciūm Litterarum Pollinganum* —, que iria aproximar, no plano da cultura e da ciência, os conventos de cónegos agostinhos da Europa, por meio de uma ampla troca de correspondência com um objectivo bem definido.<sup>265</sup> Cónegos agostinhos de Polling, o Superior Franz Töpsl e Gerhoh Steigenberger,<sup>266</sup>

<sup>263</sup> Nascido em 1711; entre 1723-1728 frequentou a escola secundária jesuíta de Munique; entrou na Ordem, no Convento dos cónegos agostinhos de Polling, 1729; estudos em Polling e Ingolstadt até 1735; Ordenação; em 1744 é Superior em Polling; em 1759 torna-se membro da Secção de História da Academia de Munique; morreu em 1796: cf. van Dülmen, *Töpsl* 9-40; Spindler, *Electoralis* 530.

<sup>264</sup> Cf., para a colaboração dos cónegos agostinhos de Polling na Academia: van Dülmen, *Töpsl* 98-114. Dickerhof, *Gelehrte Gesellschaften* 56, admite que os cónegos agostinhos viam insuficientemente satisfeitos os seus interesses científicos na Academia e, por isso, entendiam a correspondência interna à Ordem como particular «Societas litteraria».

<sup>265</sup> Acerca da ideia de *Commerciūm Litterarum* dos cónegos agostinhos: van Dülmen, *Töpsl* 114-122. Desde a época do Humanismo, o comércio cultural era uma expressão da moderna erudição, e um amplo intercâmbio entre eruditos ultrapassava as fronteiras políticas e confessionais.

<sup>266</sup> Nasceu em 1741; entrou na Ordem, em Polling, no ano de 1758; estudos em Paris, 1763-1765; estudos em Roma, 1766-1768; professor de Filosofia e Literatura na Universidade de Ingolstadt, em 1773; 1781, bibliotecário da Corte, em Munique, e membro da Academia das Ciências da Baviera, morreu em 1787: cf. van Dülmen, *Töpsl* 78-83.

estenderam o seu *Commercium Litterarum* até Portugal. O seu mérito reside na acção de mediação entre Portugal e a Baviera, no séc. XVIII.<sup>267</sup>

A correspondência recebida em Portugal encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa<sup>268</sup>; a correlativa dos correspondentes portugueses está na secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional da Baviera.<sup>269</sup> As cerca de 90 cartas da extensa correspondência vão ser submetidas, em seguida, a uma primeira avaliação no que respeita à relação a investigar.<sup>270</sup>

O impulso para a correspondência com os cónegos agostinhos portugueses<sup>271</sup> não partiu de Polling. Principiou em 1763, entre Lisboa e Paris.<sup>272</sup> Só em 1767, Töpsl iniciou os contactos,<sup>273</sup> depois de, através de Paris, ter recebido uma carta de Lisboa.<sup>274</sup> Enquanto nos primeiros anos do *Commercium Litterarum*, as cartas chegaram a Lisboa através Paris, nos anos 80<sup>275</sup> o transporte passou a ser feito pelo comerciante Klefeker, de Hamburgo<sup>276</sup>; e, de Portugal, através do

<sup>267</sup> Hammermayer, *Geschichte* II 140; van Dülmen, *Töpsl* 116.

<sup>268</sup> ANTT MsL 1101 contém os originais de 36 cartas. A informação escrita, de 12.XII.1989, foi-me concedida pela Dra. Maria José da Silva Leal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>269</sup> BStB Clm 26451 contém um fundo particular de 49 cartas; encontram-se cópias no Clm 26442, 26443.

<sup>270</sup> Está planeada uma edição, empreendida pelo autor, do *Commercium Litterarum* bávaro-português.

<sup>271</sup> A partir do sec. XI em Portugal; os mais importantes conventos: Coimbra (Santa Cruz) e Lisboa (São Vicente de Fora). Designados, em Portugal, por «Cónegos Regrantes» ou «Cónegos Regulares»: Verbo I, Lisboa 1963-1980, 705-709.

<sup>272</sup> Com o Convento originário dos cónegos agostinhos franceses, St. Geneviève, em Paris, cultivavam os de Polling activos contactos: cf. van Dülmen, *Töpsl* 122-141. Cinco cartas dos cónegos franceses, Barré, Pingré, Luces e Mercier, para Lisboa (1759-1768) encontram-se no ANTT MsL 1101. Como complemento, devem ser publicadas, juntamente com duas cartas do cónego bolonhês Trombelli, na projectada edição.

<sup>273</sup> ANTT MsL 1101, fol. 287r-288r, Töpsl para Fonseca, 22.X.1767.

<sup>274</sup> BStB Clm 26451, fol. 119r-120v, Fonseca para Töpsl, 2.IV.1768.

<sup>275</sup> Cf., para o que segue, as referências à expedição das cartas: Töpsl para Fonseca: 28.VIII.1783; 14.II.1785; 24.III.1786. Fonseca para Töpsl: 10.XII.1788; 18.II.1789.

<sup>276</sup> Um Martin Michael Klefeker é indicado como síndico e representante diplomático («Resident») de Hamburgo em Haia: Pohl 24ss. Provavelmente, as cartas foram transportadas, nos anos 80, através dos principais portos holandeses para as comunicações marítimas com a Europa do Sul, Amesterdão e Roterdão: Kellenbenz 407.

consul residente em Lisboa, Stockler.<sup>277</sup> A partir de 1771, apenas as cartas de Fonseca, Töpsl e Steigenberger circularam entre Polling e Mafra.<sup>278</sup>

Em Julho de 1763, o bibliotecário dos cónegos agostinhos do Convento de S. Vicente de Fora, em Lisboa, Ignacio Fonseca,<sup>279</sup> num ímpeto científico, dirigiu-se ao cónego agostinho de Polling, Gerhoh Steigenberger, então a estudar em Paris.<sup>280</sup> Fonseca oferecia-se como colaborador para a colectânea<sup>281</sup> organizada por Töpsl, de autores da Ordem dos Cónegos Agostinhos.<sup>282</sup> Fonseca tinha já publicado uma obra análoga,<sup>283</sup> mas cuja continuação, por demasiado exigente, havia sido suspensa.<sup>284</sup> Desde então, Steigenberger, de Paris, pôs o seu

<sup>277</sup> Christian Stockler, 1730-1772, cônsul; representante da cidade hanseática de Hamburgo e do Grão-Ducado da Toscana: Fitzler 42ss; Kuder 33.

<sup>278</sup> Em Maio de 1771, os cónegos agostinhos instalaram-se no Convento construído em Mafra, a 40Km de Lisboa: BStB Clm 26451, fol. 33r-46r, fol. 91rv. O rei D. José I, em 1770, determinou que o Convento de Mafra, construído em 1771, fosse para a Ordem dos cónegos agostinhos (até então, os franciscanos viviam da Reforma de Alcântara), e confirmou o Breve *Sacrosanctum ministerium*, de 4.VII.1770, do papa Clemente XIV. Em 30.IV.1771, os cónegos agostinhos recolheram a Mafra. Cf., para a história da fundação e da arte de Mafra: Verbo XII 1005-1009.

<sup>279</sup> Ignacio Martinho da Fonseca, nasceu em 1717; instrução escolar na cidade de Évora, onde nasceu; entrou para a Ordem em 1736, Convento de Santa Cruz/Coimbra; bibliotecário em São Vicente de Fora/Lisboa. Não existem mais referências: cf. Machado 166; BStB Clm 26408, fol. 9r.

<sup>280</sup> BStB Clm 26451, fol. 220r (Cópia), Fonseca para Steigenberger, (?).VII.1763. A data da carta é resultado da resposta de Steigenberger, enviada de Paris, 12.II.1764: ANTT MsL 1101, fol. 263rv.

<sup>281</sup> *Scriptores Ordinis Can. Reg. S. Augustini*, 20 Bände, 1760-1780: BStB Clm 26400 - Clm 26442. A obra jamais foi publicada: cf. van Dülmen, *Töpsl* 332.

<sup>282</sup> ANTT MsL 1101, fol. 47v, Fonseca: «... ajuntando depois de alguns annos que o Illustríssimo e Reverendíssimo P. Francisco Töpsl, Abbade do Mosteiro de São Salvador de Pollingia na Baviera, com outros seus súbditos e Cónegos Regulares intentavão escrever em dous volumes a Bibliotheca dso Escriptores Cónegos Regulares lhe comunicámos todas as notícias que pudemos descobrir de Escriptores Lusitanos Cónegos Regulares.»

<sup>283</sup> *Bibliotheca Canonico-Augustiniana*, ou *Collecção Breve Alfabética de alguns Escriptores da Clerical Canónica, e Apostólica Religião dos Cónegos Regulares de S. Agostinho*, Lisboa 1755: ANTT MsL 1101, fol. 46r; cf., também, Barbosa Machado 167.

<sup>284</sup> ANTT MsL 1101, fol. 47v, Fonseca na introdução à colectânea de cartas dos Cónegos Agostinhos estrangeiros: «Intentámos... tomar sobre nós o trabalho de escrever a Bibliotheca dos Cónegos Regulares ainda que julgávamos era trabalho superior ao nosso talento, e capacidade...»

Superior em Polling ao corrente das novidades do empreendimento científico em Portugal,<sup>285</sup> o que causou grande alegria a Töpsl.<sup>286</sup>

Por meio do seu correspondente, Steigenberger pediu notícias da Ordem em Espanha.<sup>287</sup> O pedido de Steigenberger, porém, não foi satisfeito por Fonseca, por falta de contactos com os Irmãos espanhóis.<sup>288</sup> Steigenberger dava importância às notícias científicas e à permuta de livros.<sup>289</sup> Töpsl retribuiu, com o envio de valiosos livros para Portugal, entre os quais a «Bavaria Sancta» do sábio jesuíta Matthäus Rader,<sup>290</sup> e a «Monumenta Boica».<sup>291</sup> O sistema de contactos

<sup>285</sup> Steigenberger para Töpsl, 221.III.1763: relatório sobre a implantação de uma Academia Litúrgica em Coimbra: cf. van Dülmen, *Aufklärung* I, 653. Steigenberger recebeu as publicações da Pontifícia Academia Litúrgica portuguesa, remetidas para Paris: ANTT MsL 1101, fol. 48v, Fonseca na Introdução à colectânea de cartas: «... e juntamente lhe mandámos 15 livros entre os quaes erão hñs as obras da Academia Litúrgica Pontifícia, e da mesma o referido Padre se dignou de nos mandar também onze livros.»

<sup>286</sup> Töpsl para Steigenberger, 7.IV.1763: «Quae de Conimbricensibus nostris canonicis scripsisti, multa cum delectatione legi»: cit. segundo van Dülmen, *Aufklärung* I, 654.

<sup>287</sup> ANTT MsL 1101, fol. 263v, Steigenberger para Fonseca: «Nullamne nosti occasionem, doctissime Confrater, quã notitias Hispanorum ex ordine nostro scriptorum nancisci possem?» A expansão do *Commercium Litterarum* para Espanha era proposta, mas não veio a realizar-se.

<sup>288</sup> BStB Clm 26451, fol. 224v, Fonseca para Steigenberger, 15.IV.1764: «Nullus est in Hispaniorum Regnis Regularis Canonicus, quocum ducam commercium et amicitiae junctus sim familiari.» A aversão de Fonseca, de servir de mediano com a Espanha, deverá reportar-se à abismal oposição entre Portugal e Espanha, a muitas vezes invocada dualidade ibérica? Os Cónegos de Lisboa mantiveram relações de erudição com França, Itália e Baviera, mas nenhum contacto equivalente com Espanha!

<sup>289</sup> Steigenberger para Töpsl, 12.VI.1765: «Mea cum canonicis regularibus Ulyssiponensibus unio nova mihi, eaque gratissima munuscula procuravit.» (...) «Multa cum oblectatione haec ego volumina fere quotidie aperio, quae thesaurum eruditionis canonicorum regularium Lusitanorum reclusum habent»: cit. segundo van Dülmen, *Aufklärung* I 721s.

<sup>290</sup> ANTT MsL 1101, fol. 295r, Töpsl para Fonseca, 13.II.1772: «Petiisti à me Bavariam Sanctam et piam Raderi et ecce, hanc tibi mitto.»

<sup>291</sup> ANTT MsL 1101, fol. 320r, Töpsl para Fonseca, 24.III.1786, contém uma lista dos livros oferecidos, entre outros os vols. 13 e 14 da *Monumenta Boica*. Cf. BStB Clm 3185/IV, fol. 54, Töpsl para Steigenberger (sem data): «Ich bin noch immer gesinnet, die Monumenta Boica nach Lissabon zu senden, casu quo das Exemplar à 1 fl., wie es H. v. Lory versprochen und erhalten haben»: cit. por Hammermayer, *Geschichte* II 140.

em funcionamento contribuiu para que as bibliotecas de Polling <sup>292</sup> e Mafra, <sup>293</sup> entre as bibliotecas conventuais da Europa nos Tempos Modernos, ocupassem o primeiro lugar em volume e equipamento. Além disso, a importância de Mafra residia no estabelecimento de um Colégio Real, <sup>294</sup> dirigido pelos cónegos agostinhos, o qual, aos olhos de Steigenberger, contribuía de forma considerável para elevação dos níveis científicos, e poderia servir de modelo aos cónegos agostinhos espanhóis. <sup>295</sup>

Que lugar ocupa, no entanto, a questão jesuíta na troca de correspondência? A expulsão dos jesuítas de Portugal, em 1759/60, e suas consequências, não foram tematizadas nas cartas dos primeiros 60 anos. <sup>296</sup> O *Commercium Litterarum* dos cónegos agostinhos foi prejudicado, na prática, pela política antijesuíta e anticurialista de Portugal, concretamente pelo corte de relações diplomáticas entre Portugal e a Cúria: a correspondência de Fonseca com Steigenberger,

<sup>292</sup> A Biblioteca de Polling possuía, em 1773, cerca de 40000 volumes e, sob a direcção de Töpsl, até à sua morte, o número foi dobrado, atingindo mais de 80000 volumes: Schmid, *Klosterbibliotheken* 146. Para o papel desempenhado pelo *Commercium Litterarum* como substituto do pouco desenvolvido comércio livreiro, cf. *ibid.* 150s.

<sup>293</sup> ANTT MsL 1101, fol. 153r, Fonseca para Töpsl, 25.X.1774. Fonseca estima o conteúdo da Biblioteca particular da Ordem, em Mafra, para cima dos 50000 volumes: cf. Serrão, *História* VI 274. É compensador investigar a biblioteca disponível em Mafra, o seu antigo espólio que veio de Polling. Almeida 170-175 estima que, hoje, em Mafra estão conservados cerca de 30000 obras impressas.

<sup>294</sup> O início do ensino teve lugar no Outono de 1772: ANTT MsL 1101, fol. 142r, Fonseca para Töpsl, 26.X.1772. Cf., para o Colégio Real de Mafra, Serrão, *História* VI 252s. Fonseca atribuía ao Convento de Mafra, um ano após a entrada dos cónegos agostinhos, uma posição de direcção: ANTT MsL 1101, fol. 243v, Fonseca para Töpsl, 19.VII.1772: «J'ose croire que d'ici en avant le Monastère de Mafra sera la principale maison de notre Congrégation en Portugal.»

<sup>295</sup> Steigenberger para Töpsl, 16.III.1774: «Wenn die HH. Canonici Regulares zu Mafra den guten Geschmack zu den Wissenschaften bekommen, und tüchtige Lehrer aufstellen, kann dieses einzige Kloster unsern Orden mehr Ehre und Ruhm machen, als alle vorige Klöster zusammengenommen; ich wünschte vülmehr, das auch in Spanien die HH. Canonici sich auf die Wissenschaften verlegten, eben wie die zu Mafra»: cit. segundo van Dülmen, *Aufklärung* II 39.

<sup>296</sup> Quando muito, à margem, eram discutidas questões políticas na correspondência dos eruditos do sec. XVIII. Devido à multiplicidade de interesses culturais, as questões políticas não desempenhavam qualquer papel: cf. Wagner 180s. A censura a que estavam submetidos os autores das cartas, não lhes podia permitir declarações políticas.

o qual, a partir de 1765, se detivera em Roma para estudar, era interrompida, durante alguns anos, na sua via directa,<sup>297</sup> ou tinha de se realizar, com demoras temporárias, através de Töpsl, em Polling.<sup>298</sup> Na introdução à colecção das suas cartas, Fonseca refere-se expressamente, enquanto atingido, à contínua proibição de qualquer correspondência com Roma durante quase uma dezena de anos.<sup>299</sup>

Acerca da efectivação da supressão da Companhia de Jesus na Baviera, Steigenberger, em Setembro de 1773, anunciava um relatório.<sup>300</sup> Töpsl, em Agosto de 1774, informava o seu correspondente em Maфра sobre os efeitos da supressão no sistema de educação da Áustria,<sup>301</sup> e relatava a recondução iminente dos jesuítas pelo arcebispo de Mainz.<sup>302</sup> Nesses anos, Fonseca não entra, de novo, na acesa discussão sobre os jesuítas. Após a morte do rei D. José (1777) e o desterro do primeiro ministro, Marquês de Pombal, Steigenberger toma conhecimento das notícias a que tem acesso pelas gazetas, interrogando Fonseca sobre o seu conteúdo de verdade: os jesuítas, diz-se, estão inocentes; espera-se o restabelecimento da Ordem em Portugal. Estas notícias não oferecem a Steigenberger nenhuma cre-

<sup>297</sup> Steigenberger para Töpsl, 15.II.1766: Steigenberger (em Roma) lamentava-se da interrupção da relação com Fonseca, devido ao corte das relações diplomáticas entre Portugal e a Cúria: cf. van Dülmen, *Aufklärung* I 741.

<sup>298</sup> ANTT MsL 1101, fol. 287r, Töpsl para Fonseca, 22.X.1767: «Litteras ad ipsum à te iam ante annum missas, per me accepit Romae, iisque ex hac urbe satisfecisset, si licuisset; verùm eùm usque adhuc, ùt ipse nosti, nullum litterarum commercium Romanis cum Lusitanis intercedat, à me quidem petiit, ut tibi responderem.»

<sup>299</sup> ANTT MsL 1101, fol. 48v, Fonseca acerca da correspondência com Steigenberger: «... e como de Pariz se auzentou para Roma desejava conservar della a mesma correspondência que tivera com nosco, porém lhe mandámos dizer que não podia por hora ser por que estava prohibido neste Reyno o aver communicassão com Roma.»

<sup>300</sup> ANTT MsL 1101, fol. 279v, Steigenberger para Fonseca, 9.IX.1773: «La Bulle de Suppression de l'Ordre des Jésuites étant arrivée en Bavière, nous en attendons l'exécution et les suites; je me réserve de Vous écrire plus amplement une autre fois.» Essa informação, pelos vistos, nunca foi dada por Steigenberger.

<sup>301</sup> ANTT MsL 1101, fol. 320r, Töpsl para Fonseca, 4.VIII.1774: «In austriacis ditionibus magna imminet scholarum tam inferiorum quàm superiorum deformatio, postquam Jesuitae ab iis iam removentur; nos Bavari brevi tempore austriacam imitabimur reformationem.»

<sup>302</sup> *Ibid.*: «Extincto nuper Archiepiscopo Moguntino capitulum regnans mox omnia item cassavit, quae circa scholas innovavit defunctus, Jesuitasque quos ille expulit, iterum reduxit.»

dibilidade devido à ausência de confirmação por parte do seu informador Fonseca.<sup>303</sup> Na sua resposta, Fonseca mostra-se prudente quanto às acusações dirigidas contra Pombal, e deixa em aberto o possível regresso dos jesuítas a Portugal.<sup>304</sup>

Até à extinção da Companhia, em 1773, a questão jesuíta não é tema da correspondência regular dos cónegos agostinhos, entre a Baviera e Portugal. Concebida como puro intercâmbio entre eruditos, os acontecimentos políticos são apenas referidos à margem. Interessam, principalmente, questões de organização científica, novidades do mercado livreiro, assim como notícias da Ordem.

Pode-se concluir — através do resultado obtido da correspondência dos eruditos bávaros e portugueses — da oposição de Töpsl aos jesuítas? Nesse caso, que papel tiveram os acontecimentos ocorridos em Portugal?

Van Dülmen tentou fazer crer que Töpsl teria defendido um firme antijesuitismo.<sup>305</sup> Os dois documentos por ele mencionados não estão a meio caminho de ser exactos.<sup>306</sup> Em Setembro de 1761, Töpsl não saudou a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759, como van Dülmen quer fazer crer.<sup>307</sup> Além disso, Töpsl havia obtido do biblio-

<sup>303</sup> ANTT MsL 1101, fol. 283v, Steigenberger para Fonseca, 20.VII.1780: «Toutes nos gazettes étoient emplies des nouvelles de Lisbonne, dont je ne crois jamais un mot. Elle disoit, que le Marquis de Pombal avoit avoué, que tous ceux, qui avoient été livrés à l'échaffaut, étoient innocents aussi bien, que les Jésuites, qui seront bientôt rétablies dans le royaume. Comme Vous n'en marquez rien, ce seront de faux bruits.»

<sup>304</sup> BStB Clm 26451, fol. 205r, Fonseca para Steigenberger, 30.IX.1780: «Après la mort du Roi de Portugal D. Joseph I la Reyne sa fille a fait mettre en liberté ... toutes les personnes, soit des fidalgues, soit des religieux qui à cause de lui étoient en prison. On a fait retiré le Marquis premier Ministre pour le bourg de Pombal, pris le vasser contre lui; on dit qu'on l'a trouvé coupable en quelques faits, et digne d'être puni, mais jusqu'à présent il n'y a rien de nouveau, et de se que les Jésuites retourneront pour cet royaume de Portugal.»

<sup>305</sup> Cf. van Dülmen, *Töpsl* 201-223.

<sup>306</sup> As palavras de Töpsl, que van Dülmen, em minha opinião, interpretou erradamente, foram, com ajuda do original (BStB Clm 26439) analisadas na sua importância para Portugal.

<sup>307</sup> Cf. van Dülmen, *Töpsl* 206. O trecho insignificante para van Dülmen, em: BStB Clm 26439, fol. 69v, Töpsl para Michael Kuen, diz: «Quae de Jesuitis statuit VI Augusti Parlamentum Parisiense, postquam complures virorum Societatis hujus celeberrimorum libros vulcano ratione tyrannidij ab illis defensi addixerat, haud dubie ipse legeris in foliis Parisiensibus autoritate publica impressis. Terribilem hanc sententiam brevi sequentur parlamenta alia.» Töpsl refere-se explicitamente à França; nem uma palavra sobre os acontecimentos em Portugal!



tecário da Corte de Munique, Felix von Oefele, a sentença pronunciada no caso de Malagrida.<sup>308</sup> Töpsl apresentava legítimas dúvidas quanto à autenticidade dos escritos atribuídos a Malagrida, e ficou na expectativa da reacção da Companhia de Jesus.<sup>309</sup> Pouco antes, ainda, tinha Töpsl comunicado ao cónego agostinho Trombelli, em Bolonha, a sua confusão de sentimentos, após a leitura do caso Malagrida.<sup>310</sup> Manifestava o seu pesar pela sorte do «infelicis Loyolite Malagrida»: Töpsl arrepiara-se com a leitura.<sup>311</sup>

Em Janeiro de 1762, Töpsl transmitiu a Oefele o juízo do tempo de que os dominicanos portugueses teriam a responsabilidade da sentença de morte do mártir Malagrida.<sup>312</sup> Em Fevereiro de 1765, Töpsl assinalou a Steigenberger — o segundo correspondente de Polling dos cónegos agostinhos portugueses — a sua crítica perante a pouca credibilidade da exposição antijesuíta do caso Malagrida.<sup>313</sup>

<sup>308</sup> BStB Clm 26439, fol. 111, Töpsl para Oefele, 17.XII.1761: «Sententiam inquisitionis Lusitaniae in infelicem Malagridam, quam attentè perlegi, ocyùs ut cupis, iterum remitto.» Cf., para o que segue, a inexacta interpretação de van Dülmen, *Töpsl* 206 (também 206 nota 21), aí com certeza sem texto comprovativo.

<sup>309</sup> BStB Clm 26439, fol. 111, Töpsl para Oefele, 17.XII.1761: «Multa ex hypocritae hujus stultiloquiis et prophetiis didici, quae unquam dici posse haud credideram, et adhuc dubito, an non has stultas prophetias de proposito finxerint in carcere, ut iudices suos a delicto principali male suasi regicidii deflecteret ad similia, utut non minus impia. Quid autem ad hoc aliquando dicturi sint socii ejus, avidissime exspecto.»

<sup>310</sup> BStB Clm 26439, fol. 108v, Töpsl para Trombelli, 29.XI.1761: «Hoc momento accipio et lego relationem executionis P. Malagridae unà cum litteris Abbatis Platelii, et gallicè scriptis, et pro quantum obstupesco, admiror, haereo!»

<sup>311</sup> BStB Clm 26439, fol. 110v, Töpsl para ?, 15.XII.1761: «Vidi et legi his diebus processum verbalem infelicis Loyolite Malagridae, et obstupui haeseruntque comae. Punctum satis.» Cf., para o cepticismo de Töpsl acerca das acusações contra os Jesuítas, van Dülmen, *Töpsl* 208.

<sup>312</sup> BStB Clm 26439, fol. 117v, Töpsl para Oefele, 20.I.1762: «Novi attulère mihi, quàm quod acclusa de P. Malagrida, jam martyre, habet epistola. Ita enim et haud alio vocabulo appellabat illum, laudatus jam pro-episcopus utpote non nisi ex invidia à patribus Dominicanis ad rogam damnatum.» O informador era um bispo auxiliar de Paderborn, que de passagem havia pernoitado em Polling.

<sup>313</sup> Töpsl para Steigenberger, 28.II.1765: «Si vera sunt, quae de Lusitanis et Gallis in hac dicuntur, praecipue de P. Malagrida viro sancto, et qui iam dudum miracula patravit, innocenter occiso, ... necesse est, alterutram partem mentiri horrendum»: cit. segundo van Dülmen, *Aufklärung* I 711s. Töpsl refere-se, aqui, a uma obra anónima, provavelmente de proveniência jesuíta, que na declaração de Malagrida claramente se distinguia do conteúdo de «Pragmatische Geschichte des Ordens der Jesuiten», de Harenberg, adversário dos jesuítas.

O exemplo do caso Malagrida, pelo menos, não pode provar nenhum antijesuitismo cego da parte de Töpsl. Ao contrário, a atitude de distanciamento crítico de Franziskus Töpsl, perante o sucedido em Portugal, sobrepõe-se a um ódio irracional aos jesuítas.

Gerhoh Steigenberger procurou e conseguiu, de Ignacio Fonseca, informações em primeira mão acerca da questão jesuíta. Para os cónegos agostinhos Fonseca, Töpsl e Steigenberger, o laço que os unia consistia no intercâmbio erudito, com base na filiação numa Ordem internacional activa que, após a repressão dos jesuítas, se confrontava com novas tarefas no ensino. No *Commercium Litterarum* entre a Baviera e Portugal não se encontram vestígios de uma comum paixão antijesuíta, não obstante, temas da política quotidiana que o poderiam sugerir.

#### IV.1. Expulsão dos jesuítas de língua alemã das Missões portuguesas, 1759/60

Enquanto que os missionários jesuítas de língua alemã actuavam nas terras de missão sob patronato espanhol já desde 1616,<sup>314</sup> mas sobretudo na 2ª metade do sec. XVII,<sup>315</sup> os jesuítas vindos das diferentes Províncias de língua alemã da Ordem<sup>316</sup> só chegaram a terras sob jurisdição portuguesa, na 1ª metade do sec. XVIII. Em 1750, a rainha-mãe portuguesa, Maria Ana de Habsburg, tinha pedido pessoalmente, junto do Geral dos Jesuítas em Roma, Pe. Franciscus Retz, o envio de jesuítas alemães.<sup>317</sup> Por intermédio do seu confessor e biógrafo,<sup>318</sup> Pe. Joseph Ritter SJ, estava em contacto por escrito com

<sup>314</sup> Os primeiros missionários jesuítas para a América Latina, a saber, Andreas Agricola, Gaspar Ruess, Ferdinand Reimann e Michael Durst, vinham do colégio jesuíta de Ingolstadt: Goercke 33s.

<sup>315</sup> Segundo Plattner 173-183, a mudança dá-se nos anos 1670-1680. O primeiro grande envio de 1678 compreendia 17 jesuítas destinados à missão. Uma lista dos missionários bávaros no Paraguai, de 1754: *Die Jesuiten in Bayern* 259s (nº 227).

<sup>316</sup> Foram tidos em conta os membros das Províncias da Áustria, Boémia, Silésia (a partir de 1755), Alta Alemanha, Alto Reno e Baixo Reno, da Companhia de Jesus que, nos anos 1759/60, actuaram em territórios portugueses de missão. Moritz Thoman é uma excepção; deu entrada na Ordem em Roma.

<sup>317</sup> Cf. Huonder 29s, 52s; Duhr, *Pombal* 144s.

<sup>318</sup> Uma edição latina da biografia de Maria Ana surgiu, em 1756, em Viena (Exemplar, em: BA 17-IV-10), uma tradução espanhola, em 1757, em Madrid (BA 17-IV-11), uma edição alemã, em 1757, em Passau (Biblioteca Nacional de Passau Gb (b) 2/1). Cf. Ritter, *Leben und Tugenden*; Id., *Vita et virtutes*.

vários missionários.<sup>319</sup> Ocupava-se pessoalmente do bem-estar dos missionários que partiam através de Lisboa.<sup>320</sup> Poucos anos após a sua morte (1754), deu-se a primeira expulsão de jesuítas do Brasil.<sup>321</sup>

Entre 1759-1760, no decorrer da expulsão total das colónias portuguesas, foram embarcados, da Ásia, África e América Latina, para Lisboa, 21 missionários jesuítas de língua alemã, 19 dos quais chegaram ao termo do seu destino.<sup>322</sup> Os jesuítas foram imediatamente detidos, após a chegada, na sua maioria, no forte de S. Julião da Barra,<sup>323</sup> perto de Lisboa.

À data de expulsão dos territórios de missão portugueses, estavam em actividade os seguintes membros de Províncias alemãs da Ordem: na Conchichina, Jakob Graff<sup>324</sup>; em Macau, Johann Koffler<sup>325</sup>; em

<sup>319</sup> Ritter, *Leben und Tugenden* 245: «Solcher Gewogenheit, dero sie die Missionarien in gegenwart, hat sie selbe auch abwesende mit eigenhändig geschriebenen Brieffen gewürdiget.»

<sup>320</sup> Ritter, *Leben und Tugenden* 240: «Geschahe es (wie dan kein Jar fast ohne deme verlossen) daß einige, also zu sagen, frische Hülffs=Männer, so zu Apostolischen Verrichtungen aus Portugall, Italien, und Teutschland abgesendet wurden, an dem Lysaboner=Gestatt abgestiegen, empfienge sie selbe mit so ausnehmender Gunst, und Neigung, die kaum mit Worten auszudrucken.» Cf. pormenores: Ritter, *Vita et virtutes*, cap. XVI 196-217.

<sup>321</sup> Um dos primeiros foi Rochus Hundertpfund, que já em 1754/55 havia sido expulso do Brasil. Após os motins do Porto, de 23.II.1757, tentou-se incluir os antigos missionários do Brasil na averiguação: Serrão, *História* VI 50; Zipf 131-134.

<sup>322</sup> Dois jesuítas morreram na viagem de Goa para Lisboa. Acerca da expulsão dos jesuítas de língua alemã, de Portugal, não há, até agora, nenhuma monografia. A partir de indicações dispersas da bibliografia secundária, dos elencos pessoais das Províncias e das fontes analisadas eles são, em seguida, considerados de modo prosopográfico. Cf., para a expulsão dos jesuítas de língua alemã, de Espanha e suas colónias: Mundwiler.

<sup>323</sup> A fortificação do sec. XVI fica exactamente na foz do Tejo, antes de Lisboa. A maior parte dos jesuítas expulsos das missões chegaram aí nos anos de 1759 e 1760. Outros locais em que foram colocados: São João da Foz (Porto), Pedroso (Gaia), Almeida (Beira Baixa) e Azeitão: cf. Lopes, *Roteiro histórico*, 93-98.

<sup>324</sup> Nascido em 1709 em Niederberg, Trier; entrou na Companhia em 1727, para a Província do Baixo Reno; 1738-1764, missionário na Cochinchina e Sião; 1764, preso em São Julião; libertado em 1767; morreu em Trier, 1773: Eckart 143, 164; Sommervogel III 1658s; Huonder 180s.

<sup>325</sup> Nasceu em 1711 em Praga; entrou na Companhia, em 1726, na Província da Boémia; 1738, missionário em Goa, 1739 em Macau, 1740 na Cochinchina; 1764 deu entrada em São Julião da Barra; libertado em 1767; morreu em 1780, em Siebenbürgen: Eckart 144-147; Sommervogel IV 1157s; Grulich 125-128, 196; Huonder 181s; Duhr, *Maria Theresia* 209; Duhr, *Geschichte* IV/2, 445; Fischer 77.

Goa, Simon Gumb,<sup>326</sup> Johann Kelle,<sup>327</sup> Jakob Müller<sup>328</sup> e Karl Przikril<sup>329</sup>; em Moçambique, Moritz Thoman<sup>330</sup>; no Paraguai, Josef Unger<sup>331</sup>; por fim, a maioria, no Brasil: Johann Breuer,<sup>332</sup> Anselm Eckart,<sup>333</sup> David

<sup>326</sup> Nasceu em 1708, em Weinens/Tirol; entrou para a Companhia em 1735, na Província do Alto Reno; desde 1745, missionário em Tonking e Goa; morreu em 1761, na viagem de Goa para Lisboa: Sommervogel III 1948; Huonder 181; Wicki, *Indienfahrer* 328.

<sup>327</sup> (Keller?), nasceu no Tirol (não há dados mais pormenorizados); missionário em Goa desde 1753; morreu em 1761, durante a viagem de Goa para Lisboa: Huonder 201; Wicki, *Indienfahrer* 332.

<sup>328</sup> Nascido, em 1717, em Colónia; entrou na Companhia (Província do Baixo-Reno), em 1738; missionário em Goa entre 1752-59; preso em São Julião da Barra em 1759; libertado em 1767, regressou a Colónia: Eckart 105, 164; Müller, *Erlebnisse*; Sommervogel V 1385; Schrörs 74; Huonder 177; Wicki, *Indienfahrer* 331.

<sup>329</sup> Nascido, em 1718, em Praga; 1734 entrou na Companhia (Província da Boémia); 1748, missionário no Paraguai, 1749 em Goa; 1752-1759, professor de Teologia no colégio de S. Paulo, Goa; preso em São Julião da Barra, em 1761; libertado em 1767; morreu em 1785, em Königgrätz: Eckart 105; Sommervogel VI 1265s; Grulich 111s; Fischer 125; Huonder 177; Storni, *Catálogo* 228s; Wicki, *Schulwesen* 56; Wicki, *Indienfahrer* 330.

<sup>330</sup> Nasceu em 1722, em Langenargen/Bodensee; entrou para a Companhia em 1750, em Roma; 1753, missionário em Goa e, a partir de 1757, em Moçambique (Missão-Sambesi); 1759, preso em S. Julião da Barra; libertado em 1777, morre em 1805, em Bozen (Bolzano): Eckart 105, 236; Sommervogel VII 1976; Huonder 197s; Wicki, *Indienfahrer* 332; Schebesta 213-217.

<sup>331</sup> Nasceu em 1717, em Eger; 1737, entrada na Companhia (Província da Boémia); 1748, missionário no Paraguai; a partir de 1759, preso em Belém/Portugal; libertado em 1777, morre, em 1782, em Eger: Eckart 236; Huonder 151; Fischer 170; Grulich 88, 186.

<sup>332</sup> Nasceu em 1718, em Colónia; entrou na Companhia em 1737 (Província do Baixo-Reno); missionário no Brasil, 1742-1759; preso, em 1759, em Azeitão, foi transferido para S. Julião; libertado em 1777; morreu, em 1789, em Colónia: Eckart 73; Sommervogel II 148; VIII 1927s; Ferrão 154s, 282; Huonder 156; Busch 266.

<sup>333</sup> Nasceu, em 1721, em Bingen; entrou para a Companhia, em 1740 (Província do Alto-Reno); missionário no Brasil (Maranhão), 1753-1757; expulso do Brasil em 1757; 1759, preso no Forte de Almeida e, a partir de 1762, em S. Julião; libertado em 1777; mestre de noviços e Superior em Dünaburg; morreu, em 1809, em Polock: StA Mainz 15/455, 16/1, 1963/48; Eckart, *passim*; Schrohe 244; Kratz, *Anselm von Eckart* 98ss; Azevedo 346; Ferrão 291, e frequentemente; Huonder 156; Sommervogel III 330s; Busch 269.

Fay, <sup>334</sup> Rochus Hundertpfund, <sup>335</sup> Rötger Hundt, <sup>336</sup> Lorenz Kaulen, <sup>337</sup> Josef Keyling, <sup>338</sup> Anton Meisterburg, <sup>339</sup> Mathias Piller, <sup>340</sup> Martin Schwarz, <sup>341</sup> Ignaz Szentmartonyi, <sup>342</sup> Johann Nepomuk

<sup>334</sup> Nasceu, em 1721, no Palácio dos Fay, Hungria; entrou para a Companhia em 1736 (Província da Áustria); a partir de 1753, missionário no Brasil (Maranhão); 1759, preso no Forte de Almeida e, desde 1762, em S. Julião, onde morreu em 1767: Eckart 157s; Sommervogel III 573; Azevedo 345; Ferrão 290; Huonder 157; Hamann, *Jesuiten* 375; Busch 269.

<sup>335</sup> Nasceu, em 1709, em Bregenz; entrada na Companhia em 1724 (Província da Alta Alemanha); missionário no Brasil (Maranhão), 1740-1757; expulso do Brasil em 1754, regressou em 1756; morreu, em 1777, em Bregenz: Eckart 19s; Serrão, *História* VI 50; Ferrão 111s; Sommervogel IV 524; Huonder 158; Hamann, *Jesuiten* 374; Gerl 195; Zipf; Busch 267.

<sup>336</sup> Nasceu, em 1711, em Olpe; 1731, entrou na Companhia (Província do Baixo-Reno); 1742-1759, missionário no Brasil; morreu em 1773, em S. Julião: Eckart 195; Sommervogel IV 524; Huonder 158; Hundt; Busch 266.

<sup>337</sup> Nasceu em 1716, em Colónia; entrou para a Companhia em 1738 (Província do Baixo-Reno); a partir de 1750, missionário no Brasil, donde foi expulso em 1757; preso, em S. Julião, a partir de 1759; libertado em 1777, morreu depois de 1780, em Lisboa: Eckart 29, 131s; Ferrão 304, 370; Dias, *Estratégia* 331; Sommervogel IV 948s; Huonder 158; Busch 268.

<sup>338</sup> Nasceu em Schemnitz/Eslováquia (ano de nascimento desconhecido); entrou para a Companhia na Província da Áustria; missionário no Brasil (Maranhão), 1753-1759; em S. Julião desde 1760; libertado em 1777: Eckart 99, 171, 235; Ferrão 371; Huonder 158s; Hamann, *Jesuiten* 375; Jaksch 53; Busch 269.

<sup>339</sup> Nasceu em 1719, em Bernkastel; entrou para a Companhia em 1737 (Província do Baixo-Reno); expulso do Brasil em 1757; preso, desde 1759, no Forte de Almeida e, a partir de 1762, em S. Julião; libertado em 1777: Eckart 29, 35s, 125, 206; Azevedo 346; Ferrão 304, 370; Huonder 159; Dias, *Estratégia* 331; Sommervogel V 872.

<sup>340</sup> Nasceu, em 1720, em Brünn; entrou na Companhia em 1738 (Província da Áustria); desde 1752/54, missionário no Brasil; 1759 preso em Azeitão, transferido, em 1769, para S. Julião; libertado em 1777: Ferrão 282-284; Huonder 160; Fischer 119; Grulich 106.

<sup>341</sup> Nasceu, em 1721, em Amberg; entrou para a Companhia em 1738 (Província do Alto-Reno); missionário no Maranhão, 1753-1759; desde 1759 preso em S. Julião; libertado em 1777, morreu em Amberg, 1788: StA Amberg, *Oberpfälzer Kirchenakten* 82; Eckart 21; Gerl 417; Ferrão 371; Huonder 160; Hof; Gatzhammer; Busch 269.

<sup>342</sup> Nasceu em 1718, em Kotin/Croácia; entrou para a Companhia em 1735 (Província da Áustria); desde 1749 como astrónomo em Lisboa e, a partir de 1753, em actividade no Brasil; preso, em 1760, em S. Julião e, depois, em 1761, em Azeitão; libertado em 1769 (?); morreu, em 1793, na Croácia: Eckart 174s; Huonder 161; Sommervogel VII 1775; Hamann, *Jesuiten* 375; Bernleithner 93.

Szluha<sup>343</sup> e Franz Wolff.<sup>344</sup> Não podiam regressar à sua pátria, através dos Estados da Igreja, como os outros jesuítas expulsos, tendo de passar até ao ano da primeira libertação (1767), na sua maior parte até 1777, nos presídios portugueses.

Ter-se-á de reconhecer aos jesuítas de língua alemã uma posição particular, devido ao seu tratamento, após ser efectuada a expulsão? Por que razão os jesuítas não portugueses — neste caso os membros de Províncias de língua alemã da Ordem — ficaram em Lisboa, não tendo sido entregues, como a maioria, aos Estados da Igreja?

A mais recente investigação, na mais bem estudada Província da Ordem, a do Paraguai, e a partir do número estatístico do «Jesuitas Germanos»,<sup>345</sup> lançou a suposição de uma sua posição particular, suposição que para ser confirmada necessita ainda de uma investigação pormenorizada.<sup>346</sup> Para a zona de influência portuguesa faltam trabalhos preliminares semelhantes e os meios necessários. No entanto, a permanência de jesuítas estrangeiros em Lisboa foi interpretada como estratégia política: tratar-se-ia de impedir que as informações dos jesuítas, sobre as áreas de missão, fossem divulgadas na Europa.<sup>347</sup>

<sup>343</sup> Nasceu, em 1725, em Gyalu/Hungria; entrou para a Companhia em 1738 (Província austríaca); 1753-1759, missionário no Brasil (Maranhão); 1759, preso em Azeitão; libertado em 1764, veio a morrer em Graz (?); Eckart 141; Sommervogel VII 1786s; Huonder 161; Hamann, *Jesuiten* 375; Busch 269.

<sup>344</sup> Nasceu em 1707, em Landeck/Glatz; entrou para a Companhia em 1723 (Província da Boémia); 1738-1759, missionário no Brasil (Maranhão); 1760, preso em S. Julião, onde morreu em 1767; Eckart 99, 158s; Sommervogel VIII 1199s; Huonder 161s; Hamann, *Jesuiten* 374; Fischer 181; Busch 266.

<sup>345</sup> Storni, *Consideraciones* 13s, refere-se aos 95 jesuítas das Províncias de língua alemã incluídos em: Storni, *Catalogo*, que detinham, em número, apenas a quarta posição, após os grupos ibérico, crioulo e italiano.

<sup>346</sup> Becker 176-183, lança a questão da importância da participação da parte «habsburguense» entre os jesuítas, não respondendo, no entanto, por falta de trabalho prévio de arquivo. Cf., para a participação de missionários austríacos na América Latina: Otruba 433s; em geral: Bettray 54s; para as Reduções: Prellwitz; para a Nova Granada: Randa.

<sup>347</sup> Koch II 1451 ('Pombal'): «Rücksichtslos ließ Pombal viele ausländische Glaubensboten in die Kerker von S. Julião, Belem, S. Jorge, Almeida usw. werfen, wahrscheinlich, um zu verhindern, daß durch diese die Wahrheit vorzeitig in alle Länder getragen würde.» Para os missionários jesuítas, cf. o pouco convincente Murr 125: «... war für diese, menschlicher Weise gesprochen, die Rückberufung aus diesen barbarischen Gegenden nach Europa gar keine Strafe, sondern vielmehr eine Gunst. Dieses merkte Carvalho und das war ihm schon genug, daß er wegen der Ausländer andere Maßregeln ergriff und sie anders behandelte.»

Os escritos em que os jesuítas se justificavam oferecem-nos tentativas de explicação.<sup>348</sup> Assim, sobretudo jesuítas estrangeiros ter-se-iam defendido das acusações, e protestado contra a argumentação exposta<sup>349</sup> na «Relação Abreviada». <sup>350</sup> Os jesuítas portugueses não teriam tido igual necessidade desta forma de defesa. <sup>351</sup> Lorenz Kaulen via em Pombal um «especial ódio, que tinha aos Padres Allemães», o qual Kaulen justificava com o facto de o missionário Rochus Hundertpfund, vindo do Brasil, ter sido o único a conseguir escapar da prisão em Lisboa, por meio da fuga. <sup>352</sup> Aparece plausível aos contemporâneos que os missionários «nunca tinham cometido maior crime que serem jesuítas e conhecerem demasiado do Brasil» («niemals ein größeres Verbrechen begangen als dasjenige, Jesuiten zu sein und zu viel von Brasilien zu kennen»).<sup>353</sup>

<sup>348</sup> BNL Col. Pomb. 451: *Apologia da Companhia de Jesus nos Reinos, e Domínios de Portugal, na qual se mostra evidentemente a sua innocência, e se convencem, se fazem ver com os olhos, e tocar com as mãos as innumeráveis mentiras, falsidades, e calúrnias, com que neste Reino se maquinou a sua ruína.*

<sup>349</sup> BNL Col. Pomb. 451, p. 246: «Isto hé, o que fizerão os Jesuítas Estrangeiros. Como (...) mostrarão a falsidade da Relação Abreviada quanto ao Paraguay, e argumentarão o mesmo quanto ao Maranhão. Quem pode notar de temerário, e arrogante hum tal procedimento?»

<sup>350</sup> A «Relação Abreviada da República, que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarinos das duas Monarchias, e da Guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Hespanhoes e Portuguezes» surgiu, em Lisboa, no ano de 1756, e foi difundida na Europa, numa edição de 20 000 exemplares, em tradução francesa, italiana, espanhola e alemã: cf. Serrão, *História* VI 51 nota 151.

<sup>351</sup> BNL Col. Pomb. 451, p. 246: «Quería o Ministro calumniador, que todos os Jesuítas do mundo com medroso, e vil silêncio se accomodassem, e sujeitassem às calúrnias enormes que publicou quando podião facilmente rebater, e mostrar a falsidade dellas com documentos incontrastáveis, com factos públicos, e notórios? Aos Jesuítas Portuguezes nem tanto foi necessário.»

<sup>352</sup> BNL Cod. 7997, p. 202: «Em hum destes cárceres debaixo mandou o Marquez de Pombal metter ao P. N. Unger allemão de Bohémia, sem ter attenção ao sacerdotício, ou à qualidade do padre, que era da boa família, sem dúvida pelo especial ódio, que tinha aos Padres Allemães pellas razões expostas em sima pag. 3 e por lhe ter escapado o P. Roque Hunderpfund em que fallamos pag. 4, a quem queria fazer a sua costumada caridade com especialidade.» Hundertpfund viajou do Brasil, em 1755/56, através de Lisboa, para Génova e Trento: Zipf 129-136.

<sup>353</sup> O Barão de Lebzeltern, representante diplomático de Viena em Lisboa, em 4.III.1777, num relatório da embaixada para Viena: cit. segundo Duhr, *Pombal* 163.

#### IV.2.a. Contactos dos jesuítas com a Alemanha do sul

Estar-se-ia informado, na Baviera e na Áustria, sobre os acontecimentos ocorridos em Portugal, particularmente a propósito do destino dos jesuítas das Províncias de língua alemã? <sup>354</sup>

Nas Memórias do jesuíta italiano Giulio Cesare Cordara <sup>355</sup> é referido apenas, por redução, o embarque para Roma dos jesuítas expulsos. <sup>356</sup> O bispo-príncipe de Eichstätt, Raymond Anton, Duque de Strasoldo, <sup>357</sup> em Julho de 1759, aproveitou a perseguição aos jesuítas em Portugal como ensejo para tomar posição junto do Papa Clemente XIII a favor da Companhia de Jesus. <sup>358</sup> Clemente Augusto, da Casa de Wittelsbach, arcebispo de Colónia, constatava, numa carta a Clemente XIII, devido aos procedimentos contra os jesuítas em Portugal, uma primeira incerteza geral, entre os católicos, a qual, de forma acentuada, também os jesuítas da sua diocese começavam a sentir. <sup>359</sup> Em Novembro de 1759, o bibliotecário da Corte de Munique

<sup>354</sup> Quer na mais antiga quer na mais recente bibliografia a violenta prisão dos missionários jesuítas, durante anos, não encontra qualquer exposição ou então esta é falseada. Cf. Schäfer V 291: «Die übrigen wurden auf Schiffe gebracht, welche eigens dazu bestimmt waren, und in Civitavecchia ausgesetzt. Kurz darauf wurden auch die Jesuiten aus den Colonien in gleicher Weise nach Italien gebracht.» Do mesmo modo, globalmente, Ptak 40; resposta negativa, Kuder 33-45.

<sup>355</sup> «Denkwürdigkeiten des Jesuiten Julius Cordara» (1704-1785), ed. por Ignaz von Döllinger. Cordara escreveu, ainda, «Osservazioni sopra la condotta del ministro di Portogallo, s. l. 1760», assim como uma apologia de Malagrida: Sommervogel II 1418.

<sup>356</sup> Cordara 25s: «Consilium erat id quidem praeceptis, sed pro statu rerum fortasse necessarium, quod si esset arreptum, haud sane Carvallius Jesuitas Lusitanos plus mille numero Romam ad Generalem Praepositum transmittebat.»

<sup>357</sup> Strasoldo (1718-1780), bispo-príncipe de Eichstätt, desde 1757, era um iluminista, mas não antijesuíta: Lengenfelder 39s. Cf., para o antijesuítismo em Eichstätt: *ibid.* 34-38.

<sup>358</sup> Strasoldo para Clemente XIII, Eichstätt 2.VII.1759: «La renommée a déjà publié dans toute l'Allemagne les violentes persécutions que souffre dans le Portugal la compagnie de Jésus, cette compagnie si respectable et si digne de nos éloges: (...) J'ai cru qu'il m'appartenait de présenter de très-humbles supplications à Votre Sainteté, en faveur d'une compagnie si feconde en hommes apostoliques non-seulement dans ce diocèse, mais même dans l'Église universelle»: cit. segundo Ravignan II, 141, 143.

<sup>359</sup> Clemente Augusto para Clemente XIII, 20.IV.1759: «La manière dont la cour de Portugal en a agi avec les jésuites de ce royaume a donné occasion, non-seulement à ceux qui sont séparés de notre communion, mais encore à un grand



e adversário dos jesuítas, Andreas Felix von Oefele trabalhou, do ponto de vista literário, a deportação dos jesuítas, e situou, falsamente, o sucedido em África.<sup>360</sup>

Vattel, professor de Direito das Gentes, em 1761, punha a questão de saber se a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colónias não deveria, no fundo, ter sido aplicada aos jesuítas espanhóis.<sup>361</sup> Os embaixadores imperiais (1759 e 1760) informaram de Lisboa para Viena, acerca da chegada dos missionários jesuítas de Angola<sup>362</sup> e do Brasil,<sup>363</sup> os quais, em parte, seriam naturais de Províncias austríacas.<sup>364</sup> Em Portugal, os súbditos austríacos presos eram conhecidos da representação diplomática da Corte de Viena em Lisboa, com informação do seu paradeiro preciso.<sup>365</sup> Pelo menos, o destino dos jesuítas portugueses não era desconhecido na Áustria: de Viena, o embaixador português Andrade e Castro informava, em Abril de 1760,

---

nombre de catholiques, de se former de ces pères des idées très-désavantageuses. Ces idées, par un effet de la malice et des différentes passions des hommes, on les a répandues, augmentées et comme rendues propres aux autres pères de la même société, qui certainement ne peuvent avoir aucune part aux choses dont il est question»: cit. segundo Ravignan II 89.

<sup>360</sup> Oefele escreveu o dístico: «Transtulit in Lybicas Socios Iosephus arenas/Ne careat monstris Africa terra novis - Hac 20. Nov. cecini», in: Oefeleana 61 (1759): cit. segundo Pastor XVI/1 573 nota 5. Sobre o antijesuítismo de Oefele, cf. van Dülmen, *Töpsl* 201.

<sup>361</sup> Vattel 10: «Si ceux-ci eurent quelque part à ce soulèvement, ce qui assurément est très-faux, c'étoit à la Cour de Madrid, et non à celle de Lisbonne de les en punir. Etoit-il juste, en ce cas, de faire porter aux Jésuites Portugais la peine due aux Jésuites Espagnols?»

<sup>362</sup> Conde de Khevenhüller, em 8.V.1759: «Mit dem Schiff aus Angola sind 10-12 Jesuiten gefangen eingebracht worden, darunter auch einige Deutsche»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 143.

<sup>363</sup> Encarregado de negócios, Johann Keil, em 9.XII.1760: «Das jüngstverflossene Woche aus Gran Pará eingelangte Kriegsschiff hat wiederum 115 Jesuiten aus derselben Provinz an Bord gehabt, davon 4 unterwegs gestorben, 6, worunter 2 Deutsche und ein Ungar sein sollen, allhier in den fürchterlichen Wasserthurm St. Juan (...) geworfen»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 143.

<sup>364</sup> Cf. as relações dos embaixadores Lebzelter e Welsperg: Duhr, *Pombal* 143ss.

<sup>365</sup> ANTT MNE Cx. 406, Lista (sem data: 1769?) com «Nomi dei Gesuiti Sudditi Austriaci arrestati nel Regno di Portogallo». Juntamente com Koffler, Przikril, Wolff, Thoman, Fay, Keiling, Piller, Szluha e Szentmartonyi, são mencionados os jesuítas italianos Cetti (de Como), Folleri e Camieri (florentino). A maioria dos jesuítas, de acordo com a Lista, estava detida em S. Julião.

sobre missionários jesuítas regressados do Paraguai haverem aí divulgado notícias — que os carmelitas descalços teriam obtido, como verdadeiras, de Lisboa — acerca da presente situação dos seus Irmãos em Portugal.<sup>366</sup>

Ao mesmo tempo, teriam surgido em Viena dois jesuítas portugueses disfarçados; Maria Teresa, de forma clara, fez saber ao Provincial dos jesuítas austríacos, nessa ocasião, que a estadia de jesuítas e missionários portugueses vindos do Paraguai estava proibida em território austríaco.<sup>367</sup> Em Dezembro de 1760, o antigo confessor em Lisboa, Joseph Ritter SJ, pediu uma audiência a Maria Teresa; queria informar sobre a questão jesuíta portuguesa.<sup>368</sup>

Como reagiram os jesuítas e antijesuítas, nas Províncias alemãs da Companhia, às notícias de Portugal? A expulsão dos jesuítas de Portugal, teve efeitos na Baviera e Áustria, até à supressão? Os jesuítas atingidos estabeleceram contactos, a partir de Lisboa, com as suas Províncias de origem?

Da prisão, em Lisboa, resultaram cartas, trabalhos científicos e relatos dos jesuítas Breuer,<sup>369</sup> Eckart,<sup>370</sup> Graff,<sup>371</sup> Kaulen,<sup>372</sup>

<sup>366</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 27.IV.1760: «Notícias de Portugal inventadas por elles as fazião correr como escriptas de Lisboa aos Carmos descalços: parece haver quem falou com os frades, e achou as notícias que elles davão de Malagrida, e dos crimes dos Jezuítas serem bem diferentes, e as verdadeyras: o que sabido polos Jezuítas acusão agora aos Carmos de mentirosos, e sedutores.»

<sup>367</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 5.V.1760. Maria Teresa recebeu de um jesuíta tirolês a indicação da presença dos jesuítas. Os jesuítas iriam defender os seus irmãos de religião portugueses expulsos.

<sup>368</sup> ANTT MNE Cx. 514, Andrade e Castro para Cunha, 13.XII.1760. Se a audiência foi concedida a Ritter, não pôde ser provado.

<sup>369</sup> *Annotatio rerum quarundam quae Religiosis Societatis Jesu contigerunt in Brasilia et Lusitania ab anno 1758 ad annum 1777 prout illas vel ipse expertus fui, vel ab iis narrari audivi, qui interfuerunt* (data: Colónia, 26.VIII.1777): Sommervogel II 148.

<sup>370</sup> *Lettres ou extraits de lettres sur la captivité des Jésuites de Portugal*, registada por Sommervogel III 331. Em 23.III.1767, Eckart recorreu ao confessor do príncipe eleitor para auxílio do palatino, em Mannheim, Pe. Josef Frankfurter. Aí, Eckart pedia a intervenção do príncipe eleitor em favor do palatino. Texto da carta: Duhr, *Auslandsehnsucht* 63-65.

<sup>371</sup> *Extrait d'une lettre d'avril 1767, sur son retour de Macao*: Sommervogel III 1659.

<sup>372</sup> Várias cartas de Kaulen: Sommervogel IV 949. Excertos da carta de Kaulen, de 21.X.1766: Garrido 218-220; Murr 161s; texto da carta datada de 24.X.1766: Daurignac II, 100-103; excerto da carta de 12.XII.1766: Duhr, *Auslandsehnsucht* 72s.

Koffler,<sup>373</sup> Meisterburg,<sup>374</sup> Müller,<sup>375</sup> Przikril,<sup>376</sup> Szluha<sup>377</sup> e Thoman.<sup>378</sup> O jesuíta húngaro Szluha, membro da Província austríaca, dirigiu-se, em 1759, ao Duque Khevenhüller com o pedido de intervenção em seu favor.<sup>379</sup> O jesuíta Eckart, de Mainz, pediu, em 1759, numa carta ao reitor do Colégio de Mannheim ajuda do exterior.<sup>380</sup> Para os prisioneiros jesuítas que se encontravam em inumanas condições na prisão,<sup>381</sup> estes primeiros gritos de ajuda foram infrutíferos. Na 2ª metade do ano de 1766, contudo, com jesuítas franceses postos em liberdade, chegaram múltiplas cartas dos prisioneiros jesuítas de língua alemã ao seu destino nas províncias de origem.<sup>382</sup> Uma carta de

<sup>373</sup> *Johannis Koffler Historica Cochinchinae descriptio*: Sommervogel IV 1157s. Uma carta de Koffler para P. Karl, Provincial da Província austríaca, assinalada em: Huonder 181s.

<sup>374</sup> *Suspiria captivorum Patrum Societatis Jesu in arce S. Juliani ad ostia Tagi, in Natali Beatae Mariae Virginis 1762*: Sommervogel V 872.

<sup>375</sup> Müller, *Erlebnisse und Leiden; Reisebeschreibung von Cöllen am Rhein nacher Goa und von allen was sich mit einigen Persohnen der Gesellschaft Jesu bis zu ihrer Rückkehr in Teutschland merkwürdiges zu getragen vom Jahr 1751 bis 1767*: Sommervogel V 1385.

<sup>376</sup> Carta para o Provincial da Província da Boémia, no próprio texto: Daurignac II 113-116 (data: 1776?); Ravignan II 40-45 (data: XII.1766); Excerto: Murr 162; cartas e trabalhos científicos: Sommervogel VI 1265s.

<sup>377</sup> «Confecit partim in Ulyssipone, partim in Brasiliam mappam provinciae Maragnan»: Sommervogel VII 1787.

<sup>378</sup> *Mauriz Thomans, ehemaligen Jesuitens und Missionaris in Asien und Afrika Reise und Lebensbeschreibung, Augsburg 1788*: Sommervogel VII 1976; excertos: Schebesta 213-217.

<sup>379</sup> Khevenhüller para Kaunitz, 3.VII.1759: «Mit der letzten aus Bernambuc hier eingeloffenen Flotte ist unter anderen Jesuiten ein sogenannter Pater Sluha (...) angekommen und mir über die schon vorhinein an mich erlassene seinige Schreiben ein weiteres des Inhalts und zu dem Ende zugesendet: daß ich mich seiner als eines in der Sache, mit welcher dieser Orden zur Zeit befangen ist, vorgeblich unschuldigen, von der höchstseligen Königin eigens anhero berufenen k.k. Unterthanen annehmen möchte»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 144.

<sup>380</sup> Segundo Duhr, *Auslandsehnsucht* 62s, a carta, de 28.V.1759, encontra-se na Biblioteca da Universidade de Heidelberg (Man. 359, 40), juntamente com outra de 24.VII.1759.

<sup>381</sup> Fontes sobre a história quotidiana dos jesuítas durante os anos de prisão em S. Julião: Eckart, *passim*; BNL Cod. 7997 (Manuscrito de Kaulen); Murr 159-163.

<sup>382</sup> BNL Cod. 7997, p. 82: «No anno de 1766 reclamou el Rey de França os seus súbditos que os Portugueses por serem Jesuítas, ainda que não erão da sua jurisdição, tinhão appanhado em Macao, e como já não restava se não hum o deixarão hir embora aos 8 de Agosto. Chamava-se elle Louis Dugad...» Analogamente:

Kaulen para o Provincial da Província do Baixo-Reno circulou como carta-circular também em colégios de outras Províncias — e pode ser comprovada, em Eichstätt — como portadora de informações acerca da incerta sorte dos jesuítas.<sup>383</sup> Para muitos parentes dos jesuítas colocados em Lisboa, tais cartas eram o primeiro sinal de vida.<sup>384</sup>

#### IV.2.b. Intervenções e libertação: Reacções na Alemanha do sul

Em Julho de 1767, Andrade e Castro relatou uma conversa havida, em Viena, com o embaixador do príncipe eleitor do Palatinado, Karl Theodor. O palatino tinha-lhe pedido a sua cooperação com vista à libertação de um jesuíta do Palatinado, que estava detido em Lisboa. Segundo o exemplo de outros soberanos, também então, na perspectiva da diplomacia palatina, devia esta intervenção ter êxito; o diplomata português respondeu nada saber dessas libertações.<sup>385</sup> Em Abril de 1767, em favor dos súbditos de Colónia, Kaulen,<sup>386</sup> Breuer, Müller e Hundt, deu-se uma intervenção directa do príncipe eleitor de Colónia (e bispo-príncipe de Münster), Max Friedrich von

---

Eckart 153s. Cf., acerca da intervenção da França, Daurignac II, 100: «Die Königin von Frankreich, Maria Leszinka, hatte durch den französischen Gesandten Ludwigs XV. in Portugal, den Marquis von St. Priest, die drei französischen Jesuiten, die Pombal's Gefangene waren, reclamiren lassen.»

<sup>383</sup> DA Eichstätt ff. 5: *Abschrift eines Briefs, welchen P. Laurentius Kaulen der Gesellschaft IESU Missionarius an seinen Ehrwürdigen P. Provincial der Nider=Rheinischen Provinz aus dem Kerker zu Lysabon abgeschickt, aus dem Lateinischen übersetzt. Datiert São Julião 17.XII.1766.* Pelo envio gratuito da cópia, agradeço ao Sr. Brun Appel, do Arquivo Diocesano (4.XII.1990).

<sup>384</sup> No caso do jesuíta Schwarz, de Amberg, cf. a nota de Hundt 76: «Im oberpfälzischen Amberg war das Eintreffen des ersten Lebenszeichens von Pater Martin Schwarz i.J. 1766 der Anlaß, ein großes Altarbild des siegreichen St. Georg im Kampf gegen den Drachen (des Unglaubens) malen zu lassen; Kerkergewölbe unten im Bild spielen auf das Schicksal von Pater Schwarz an.»

<sup>385</sup> ANTT MNE Cx. 516, Andrade e Castro para Cunha, 11.VII.1766: «Encontrando-me no passo o Inviado do Eleictor Palatino, me falou pertendendo a liberdade de hñ Jezuíta do Palatinado, alegando o exemplo de se haverem restituído a outros Soberanos, os Jezuítas seus sujeitos prezos em Lisboa. Lhe respondi ignorava essas restituissosens.» Eckart 242, confirma uma nova intervenção do príncipe eleitor do Palatinado. Acerca da benevolente atitude do palatino da Casa de Wittelsbach para com os jesuítas, cf. Hess 223.

<sup>386</sup> Em 1736, Kaulen estava matriculado na Universidade de Colónia: pela amigável informação, de 7.I.1991, agradeço ao Sr. Dr. Ulrich Helbach, do Arquivo Histórico do Arcebispo de Colónia.

Königsegg-Rothenfels, <sup>387</sup> junto do rei D. José. <sup>388</sup> Uma carta semelhante do arcebispo de Colónia e príncipe eleitor, em Julho do mesmo ano, reiterava o pedido. <sup>389</sup> Como informação a dar, sabe o embaixador português na Corte de Viena que Maria Teresa se empenhava por dois jesuítas austríacos, como seus amigos, não como seus súbditos. <sup>390</sup> O diplomata português não pôde confirmar, a Maria Teresa, a informação acerca dos jesuítas prisioneiros. <sup>391</sup> Em Dezembro de 1766, o encarregado de negócios e secretário da embaixada imperial em Lisboa, Johann Keil, <sup>392</sup> recebeu ordem para intervir em favor da libertação de onze jesuítas, enquanto vassallos austríacos. De Janeiro a Abril de 1767, Keil exerceu, então, diplomacia activa junto de Pombal, em defesa dos jesuítas presos. <sup>393</sup> Por detrás da acção de libertação estava Kaunitz, que não via mais nenhuma aplicação jurídica que justificasse a continuação na prisão. <sup>394</sup> A 10 de Julho de

<sup>387</sup> 1761-1784, Arcebispo de Colónia; 1762-1784, bispo-príncipe de Münster: Gatz 231ss. Königsegg-Rothenfels foi caracterizado, por Viena, como partidário da Corte imperial: Braubach 350s.

<sup>388</sup> AHDMNE Caixa 1, maço 1A, príncipe eleitor de Colónia, Maximiliano Frederico para o rei D. José I, 23.IV.1767: «... nobis fide digne relatam esse, quod Electoratûs, ac Archidiocœseos nostrae subditi, Ordini societatis Iesu adscripti Patres, P. Laurentius Kaulen, P. Ioannes Breüer, Fr. Iacobus Müller et P. Rutgerus Hundt, sive Rogerius Canisius, (...) captivi ibidem in hodiernum usque diem detineantur.»

<sup>389</sup> AHDMNE Caixa 1, maço 1A, príncipe eleitor Maximiliano Frederico para o rei D. José I, 18.VII.1767.

<sup>390</sup> ANTT MNE Cx. 516, Andrade e Castro para Cunha, 11.VII.1767: «Sim ouvira que a Imperatriz Rainha se intheressava a favor de dois Jezuítas austríacos, não reclamando-os como seus vassallos, mas rogando por amizade.»

<sup>391</sup> ANTT MNE Cx. 516, Andrade e Castro para Cunha, 11.VII.1767: «Que não estava em estado a dizer-lhes fosse verdade, pois não sabia nessa mathéria que o haverce dispersado essa notícia em Vienna.»

<sup>392</sup> Entre 1759-64 e 1765-68, Keil foi encarregado de negócios e representante diplomático de Viena em Lisboa: Matsch 120; Winter, *Repertorium* 86.

<sup>393</sup> Keil para Kaunitz, 3.II.1767: «In Verfolg dessen, was ich Euer fürstlichen Gnaden wegen der Anliegenheit der hier als Jesuiten in Verhaft befindlichen k.k. Landeskinden — einberichtet habe, soll ich nun unterthänigst nachzutragen nicht entstehen: daß ich bereits unverfänglich mit Herrn Conde d'Oeyras darüber gesprochen..., ob und wie weit wohl etwas unanständig für ihre Befreiung zu unternehmen oder zu hoffen sein könnte»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 154s.

<sup>394</sup> Kaunitz para Keil, 14.III.1767: «Aus Eurem... letzten Berichtschreiben vom 3. verflommenen Monats habe ich gerne ersehen, daß zu der baldigen Befreiung der von mir untern 20.December benannten elf Jesuiten gegründete Hoffnung

1767 procedeu-se à libertação da prisão de um total de 37 jesuítas, entre eles Jakob Graff, Johann Koffler, Jakob Müller e Karl Przikril, pertencentes às Províncias de língua alemã da Companhia.<sup>395</sup> Em finais de 1768, o príncipe eleitor de Colónia enviou, para Portugal, uma carta de agradecimento pela libertação de Müller, e pedindo igual tratamento para Kaulen, Hundt e Breuer, «tot suspiriis gemitibusque exoptata libertate donati non sunt».<sup>396</sup> Em Janeiro de 1767, em S. Julião da Barra,<sup>397</sup> morriam dois jesuítas — Fay e Wolff — e, em Abril de 1773, Rötger Hundt.<sup>398</sup> Uma nova intervenção do diplomata vienense, em 1772, em defesa dos restantes jesuítas de territórios austríacos foi infrutífera.<sup>399</sup>

Em Setembro de 1773 foi feita a leitura do Breve papal que suprimia a Companhia de Jesus, mas, ao mesmo tempo, tornado claro que isso não representava nenhum fundamento para a libertação da prisão.<sup>400</sup> Para os jesuítas que permaneciam em S. Julião, e noutras cadeias, o tempo de cárcere terminou apenas após a morte do rei D. José (Fevereiro de 1777).

---

anscheine, (...). Und da ich nicht glaube, daß einer vorgedachter Jesuiten sich eines Verbrechen, so dessen Zurückbehaltung veranlassen sollte, schuldig gemacht habe: so sehe ich deren sämtlicher Befreiung und mir davon zu ertheilender Nachricht mit ehestem entgegen»: cit. segundo Duhr, *Pombal* 156.

<sup>395</sup> BNL Cod. 4550 (Notícias dos Jesuítas) p. 541s: «Em 10 de Julho de 1767 forão mandados para Roma os seguintes... o P. Diogo Graff, o P. João Coffler, o P. Carlos Preskriil, o Ir. Jacob Muller.» Cf., também, Eckart 163s, que apenas menciona a libertação de Graff e Müller. Kaulen sabe dos 37 companheiros presos, libertados em 10 de Julho; nega, contudo, que estivessem também entre eles jesuítas alemães: BNL Cod. 7997, p. 83.

<sup>396</sup> AHDMNE Caixa 1, maço 1A, príncipe eleitor de Colónia, Maximiliano Frederico para o rei D. José I, 16.XII.1768.

<sup>397</sup> BNL Cod. 4550, p. 539s: «Falecidos nos cárceres de São Julião: o P. David Fay, German Ungr. Maran. em 12 de Janeiro de 1767, o P. Francisco Wolf, Germ. Maran. em 24 de Janeiro de 1767.» Cf. Eckart 157-160.

<sup>398</sup> BNL Cod. 4550, p. 540: «... o P. Rogério Canísio, Brazil, em 6 de Abril de 1773.»

<sup>399</sup> Para a correspondência diplomática, nestes anos, entre Lisboa e Viena, cf. Duhr, *Pombal* 158-162.

<sup>400</sup> Moritz Thoman, na sua autobiografia, acerca do 9.IX.1773: «An diesem Tage las der Schreiber uns sowohl den für uns so schrecklichen Machtspruch des Vatikans als auch eine Erklärung des Königs vor, durch welche uns bedeutet wurde, daß wir ungeachtet der gänzlichen Aufhebung unseres Ordens noch ferner in den Kerkern zu verbleiben hätten»: cit. segundo Duhr, *Auslandsehnsucht* 68s.

Na perspectiva jurídica contemporânea, a situação oferece diversas leituras. Andrade e Castro, baseado no Direito, recusava a intervenção em favor dos jesuítas: a seus olhos, isso significaria, primeiro, uma interferência num processo pendente por alta traição e, segundo, a imprudência a evitar de se intrometer em assuntos de outros ministérios.<sup>401</sup>

O jesuíta Kaulen, de Colónia, nega que tivesse havido inquirições ou processos regulares contra os jesuítas forasteiros enquanto súbditos estrangeiros. O próprio facto de pertencer à Ordem tinha dado ensejo a um processo ilegal.<sup>402</sup> No ano de 1777, na sequência da libertação dos jesuítas, também o diplomata imperial Lebzelttern defende a opinião de que os jesuítas «tinham sofrido durante muitos anos um duríssimo tratamento, sem uma qualquer incriminação formal, e sem jamais terem sido submetidos ao mais pequeno interrogatório» («die härteste Behandlung während langer Jahre erlitten haben, ohne irgend eines Verbrechens formell beschuldigt und ohne jemals dem geringsten Verhör unterworfen zu sein»).<sup>403</sup>

Enquanto Kaulen<sup>404</sup> e Szentmartonyi ficavam em Lisboa por motivos de saúde, no final do ano, Breuer, Eckart, Meisterburg, Schwarz e Unger regressavam, uns por Amesterdão, outros por Génova, às suas terras de origem.<sup>405</sup> Aí, os seus requerimentos para pagamento da pensão, de 200 florins anuais, aos ex-jesuítas foram aceites apesar de ultrapassado o prazo.<sup>406</sup> O que prova, em com-

<sup>401</sup> ANTT MNE Cx. 516, Andrade e Castro para Cunha, 11.VII.1767: «Que me era desconhecido o direito, ou uzo estabelecido de reclamarem os Soberanos os seus sujeitos, prezos por crimes em paiz estrangeiro, e crime tão inorme como o de traidor. (...) Como particular seria inimigo da minha honra se concorresse para benefício de hû Jezuíta; e como Ministro, elle Official do mesmo officio, sabia ser imprudência o intrometernos a escrever em mathéria alheyas dos nossos Ministérios.»

<sup>402</sup> BNL Cod. 7997, p. 203: «Remetterão o Padre para Lisboa, aonde o metterão no cárcere sem nunca lhe dizerem: porque sem o culparem e sem o ouvirem, e sem ser súbdito do Portugal. Bastou ser Jesuíta para se proceder contra elle contra todo direito.»

<sup>403</sup> Lebzelttern, em 20.V.1777, numa nota para o núncio em Lisboa: cit. segundo Duhr, *Pombal* 166.

<sup>404</sup> Kaulen escreveu a sua autobiografia em Lisboa, em língua portuguesa (c. 1779). Morreu em Lisboa, depois de 1780.

<sup>405</sup> Duhr, *Zur Charakteristik Pombals* 453s.

<sup>406</sup> StA Mainz 16/1, Protokolle 1776-1780 § 270 Ao «Exjesuitten und vormaligen Missionario» Anselm Eckart foi participado: «... in Ansehnung des Supplicanten, der ganz besondere Umstand fürwalte, daß derselbe wegen dem ihm bekan-

paração com a expulsão dos jesuítas de Portugal, a forma humana como foi realizada a extinção da Companhia na Alta Alemanha.<sup>407</sup>

As tentativas de intervenção do príncipe eleitor, a partir da Baviera, em favor do jesuíta Martin Schwarz, de Amberg, não estão registadas.<sup>408</sup> O Pe. Joseph Schwarz SJ<sup>409</sup> — irmão de Schwarz, até 1777 prisioneiro em Lisboa —, defendeu, em inúmeros manuscritos, a Ordem contra as acusações de Portugal.<sup>410</sup> Através de correspondentes em Roma, Schwarz estava informado dos progressos das negociações diplomáticas entre Roma e Lisboa.<sup>411</sup> Ainda em 1802, pedia vários exemplares das notas de Anselm Eckart sobre os anos passados em Portugal.<sup>412</sup> Através da sua correspondência com o estrangeiro e a

---

nten getroffenen Unfall sich in seiner vormaligen Provinz um diese Zeit nicht einfinden konnte..., daß von der angenommenen Regel in diesem Spezialfall eine auf die Billigkeit sich gründenden Ausnahme allerdings zu machen, sofort aus besonderer Kurfürstlich höchster Milde gedachten Supplicanten ein jährliches Gehalt von 200 fl. aus dem dahiesigen Exjes.fond gnädigst zuzuwenden sey.»

<sup>407</sup> Cf. Müller, *Aufhebung*; Schneider, *Aufhebung* 455s.

<sup>408</sup> Na nossa investigação arquivística, o príncipe eleitor Maximiliano III José não é apreensível. O seu estilo de governo era permanentemente não-burocrata, de modo que nos registos muito pouca coisa é apreensível de forma directa. Um mandato missionário, em 1768, apoiava a missão catequética dos jesuítas: *Die Jesuiten in Bayern* 102 (nº 95). Para a atitude aguardada por parte do príncipe eleitor acerca da supressão da Ordem, cf. Duhr, *Ungedruckte Briefe* 419s.

<sup>409</sup> Nasceu, em 1715, em Amberg; entrou para a Companhia em 1733; 1767-1769, Reitor do Colégio em Amberg; 1769-1770, Reitor em Rottenburg; a partir de 1771, em Landshut; morreu, em 1802, em Augsburg: Gerl 417; Duhr, *Geschichte* IV/1, 275, 290.

<sup>410</sup> *Istoria di quanto è seguito di più notabile nell'espulsione de'Gesuiti dai Regni di Portogallo divisa in due parti; Estratto del Processo del P. Malagrida con una chiara dimostrazione della sua innocenza cavata dal Processo medesimo in risposta ad un Amico; Merkwürdigkeiten die sich in Rom aus Gelegenheit der Portugäsischen Verfolgung der Jesuiten zugetragen haben, aus einer welschen Handschrift von 1762 übersetzt durch J.S.: Sommervogel VII 951ss.* Possivelmente partindo de pesquisas de Schwarz: BayHStA Jes. 1037, fol. 36r-37r, Motiva Regis Lusitaniae circa Societatem Jesu.

<sup>411</sup> AOPJ 0-III-21, fol. 56r, Giovanni Freire para Joseph Schwarz, Roma 22.IX.1770, para o retomar das relações diplomáticas entre Lisboa e Roma, em que a questão jesuíta não foi posta em primeiro plano: «Si dá per cosa certa che il Carvaglio non ha avuto parte in quest'affare; perché attese le sue molte malattie non puó andar tanto spesso a palazzo (...) Si dice però, che per adesso non si parla de'Gesuiti.»

<sup>412</sup> AOPJ 0-III-21, n.fol. Joseph Schwarz para o P. Leonhard Bayerer SJ, Landshut 29.VII.1802: «R.R. A. Eckart ac Ostner rogavi, ut 24 circiter exemplaria



sua ocupação própria com as fontes, Joseph Schwarz desempenhou o papel de mediano, para a Baviera, da questão jesuíta portuguesa.

Os jesuítas da Província da Alemanha do norte, em 1769, através da precedente expulsão, foram eles mesmos duramente atingidos, de tal forma que o seu Provincial, Ignaz Rhomberg proibiu totalmente qualquer declaração sobre o assunto.<sup>413</sup> A eleição do Papa Clemente XIV, no mesmo ano, agudiza ainda a situação: Töpsl, numa carta para o seu correspondente português, Fonseca, manifestava a sua esperança de uma iminente solução política da questão jesuíta.<sup>414</sup>

Em Portugal, no processo de expulsão, foram lesados os princípios elementares do direito das gentes e dos direitos humanos, dos aqui mencionados jesuítas de língua alemã. Segundo as actas da intervenção diplomática de Colónia e Viena, em Lisboa tinha-se insistido na libertação, pelo menos, de uma parte dos jesuítas presos. A libertação só teve lugar quando se esboçava a expulsão dos jesuítas de Espanha. Os jesuítas estrangeiros valiam como meio de pressão política nas mãos de Portugal. O seu valor de reféns manteve-se manifestamente para Lisboa, após a supressão total da Ordem. A forma como foram tratados os jesuítas em Portugal foi atentamente registada na Baviera e na Áustria. A execução das medidas anti-jesuítas, em Portugal, pode ter actuado, na Baviera e na Áustria, à maneira de exemplo negativo, sobre a humana e relativamente não conflituosa solução administrativa da supressão da Ordem.

---

pro pretio meo non compacta alteruter <?> praesentem Augustanum tabellarium mittere non gravetur.»

<sup>413</sup> A ordem de 1769 dizia o seguinte: «Ne res Gallicas, Hispanicas et his similes seu in disputationibus et congressibus publicis, seu etiam privatis in colloquiis ullo modo attingant; ...ne quid dicatur contra iura principum aut statuum liberorum»: cit. segundo Dickerhof, *Land, Reich, Kirche* 173 nota 2.

<sup>414</sup> ANTT MsL 1101, fol. 290r, Töpsl para Fonseca, 20.VII.1769: «Cùm nunc novum habeamus Pontificem in persona Clementis XIV. confidimus de eius prudentia, unionem cum principibus, et regibus christianis sub praedecessore suo in favorem loyolitarum laesam, brevi integram restituendam esse, restituta hac in Ecclesia pace, scientiis quoque, et artibus novum lumen restituetur...» Para o decorrer do Conclave sob o signo da questão jesuíta, cf. Szilas 291-299.

## V. RESUMO E PERSPECTIVAS

No sec. XVIII, a rede de relações político-diplomáticas assim como no plano cultural e das ideias, entre Lisboa e Munique, foi essencialmente cunhada pela questão jesuíta. Portugal impôs à questão a sua dimensão europeia. Enquanto saliente característica estrutural distintiva do antijesuítismo europeu, numa constelação de vários campos de força, observa-se um positivo efeito de repercussão entre Portugal e a Baviera. O reforçar de uma única acção conduziu, a partir de 1759, ao incremento de todas as funções visíveis do sistema na cultura, na política e na sociedade.

A expulsão dos jesuítas de Portugal anunciou à Companhia de Jesus a irresistibilidade da grande viragem. O vento contrário vindo de Portugal causou na Igreja e na Companhia de Jesus, na Europa central, uma primeira insegurança geral. Em aberto fica a questão de saber se as medidas tomadas no âmbito da acção portuguesa antijesuíta, se tornam auxílio interpretativo à hermenêutica dos fundamentos da supressão de 1773.

Para além do objectivo da investigação, refira-se uma presumível correlação entre o antijesuítismo relativo à Europa, e a génese extra-europeia das tendências antijesuítas. Não se pode apenas entender, aqui, o antijesuítismo sob recurso à história missionária portuguesa e espanhola do sec. XVIII.<sup>415</sup> Formulado em tese, também no que respeita à questão jesuíta, a história extra-europeia constitui-se «em face da Europa».<sup>416</sup> Por conseguinte, objectivo desejável da investigação constitui o alargamento da problemática à Espanha e América Latina, em relação directa com a Baviera, o que exige, evidentemente, fazer vasta investigação nos arquivos de fora da Europa.

Após a decisão fundamental de Lisboa contra os jesuítas, os círculos concêntricos do continente foram traçados de forma cada vez mais estreita. Transformações no conjunto da política de alianças, durante a inversão de alianças de 1756, elevou, após o final da Guerra

<sup>415</sup> Deve ser considerada válida a frase de Iggers 230, reclamando: «Enlightenment historiography seldom transcends its Europecentric preoccupation.»

<sup>416</sup> Cf. König, *Indiobild* 99. Sobretudo é válido para a América Latina que ela, a partir da expansão dos poderes ibéricos para o Novo Mundo, se torna parte da história europeia. Cf. *ibid.* 118. Reproduziu o Iluminismo, também na questão jesuíta, os problemas da expansão europeia, de modo cultural? Cf. Bitterli 213s.

dos 7 anos, a extinção da Companhia de Jesus, a facto político de primeira categoria. Em definitivo, aos poderes intermédios não restava mais nenhum espaço de decisão, por ou contra a Ordem. Perante a solução optimal portuguesa, com a rápida liquidação do velho fardo jesuíta, existe, na Baviera, um relativo consenso minimal de tolerância social para com os ex-jesuítas. A vantagem de Portugal residia na clara consequência política, desde o momento em que era reconhecida a incompatibilidade dos objectivos da política de reformas com a estrutura internacional da Companhia de Jesus.

Partindo do extremo da Europa ocidental, orientações político-diplomáticas, assim como correntes culturais e das ideias, cunharam de forma característica o fenómeno antijesuíta europeu como signo do sec. XVIII. Na pré-história da supressão da Companhia de Jesus, cabe a Portugal, apesar da sua situação periférica, uma singular função determinante para com o centro do continente: «Portugal, para mim, é um excêntrico fenómeno europeu.»<sup>417</sup>

Tradução do alemão por Maria C. Branco

---

<sup>417</sup> Reinhold Schneider, em Maio de 1957, numa conferência no Instituto Alemão de Lisboa. Cit. por Id., *Portugal* 220. À memória de Schneider, como importante homem de letras e conhecedor de Portugal, é dedicado este estudo.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

**Fontes manuscritas:**

Archiv der Oberdeutschen Provinz des Jesuitenordens, München: 0-III-21.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa: Caixa 1 maço 1A; caixa 1 maço 4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa: Armário Jesuítico maço 29, caixa 10; Casa Forte Livro 2; MsL 1101; MNE Livro 760; MNE Caixas 406, 513, 514, 515, 516, 517.

Bayerisches Hauptstaatsarchiv, München: Jesuitica 607, 1037, 1039; Kasten schwarz 15818.

Bayerische Staatsbibliothek, München (Handschriftenabteilung): Clm 26408, 26438, 26439, 26441, 26442, 26445, 26451.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa: 51-XIII-24.

Biblioteca Nacional de Lisboa: Codices 4550, 7661, 7997; Col. Pomb. 141, 451, 622, 640, 661, 679.

Diözesanarchiv Eichstätt: ff. 5.

Staatsarchiv Amberg: Oberpfälzer Kirchenakten 82.

Stadtarchiv Mainz: 15/455; 16/1.

**Fontes impressas**

Christoph, Paul (Ed.): *Maria Theresia und Marie Antoinette*, Wien <sup>2</sup>1952.

Costa, Mário Alberto Nunes (Ed.): *Documentos para a História da Universidade de Coimbra (1750-1772)* II, Coimbra 1961.

*Criminal = Urtheil und Sentenz der Richter der heiligen Inquisition zu Lissabon, wider den Jesuiten, Pater Gabriel Malagrida wodurch er dem*

weltlichen Gericht übergeben worden; nebst dessen Todes=Urtheil, wobey zugleich seine schwärmerischen Lehren aus den Criminal=acten mit angeführet sind, Hamburg 1762.

Eckart, Anselmo: *Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal* (org. de António Lopes) Braga-São Paulo 1987.

Ferrão, António: *O Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas (1759)*, Coimbra 1932.

Juretschke, Hans (Ed.): *Berichte der diplomatischen Vertreter des Wiener Hofes aus Spanien in der Regierungszeit Karls III. (1759-1788)*, I-IV, Madrid 1970-73.

Müller, Jakob: *Jakob Müllers Erlebnisse und Leiden in der Mission von Goa und in den Kerkern Lissabons*, in: *Die katholischen Missionen*. Illustrierte Monatsschrift Jg. 1891, 137-142, 160-164, 181-185, 203-207, 230-234, 248-252.

Murr, Christoph Gottlieb von (Ed.): *Geschichte der Jesuiten in Portugal unter der Staatsverwaltung des Marquis von Pombal*, Neue verbesserte Ausgabe von J.B. Hafkemeyer, Freiburg i. Br. s.d.

Piwnik, Marie-Hélène (Ed.): *O Anónimo. Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, Paris 1979.

Ravignan, Gustave Xavier Delacroix de: *Clément XIII. et Clément XIV.*, 2 vols., Paris 1854.

*Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'a la révolution française III: Portugal* (Ed. do Vte. de Caix de Saint-Aymour), Paris 1886.

Ritter, Joseph: *Leben und Tugenden Mariae Annae Königin In Portugall, und Algarbien, Gebohrnen Königlichen Prinzeßin In Hungarn, und Böhheim, Erz=Herzogin zu Oesterreich*, Passau 1757.

Ritter, Joseph: *Vita et virtutes Mariae Annae Portugalliae et Algarbiae Reginae, natae Regiae Principis Hungariae et Bohemiae, Archi-Ducis Austriae, Viennae Austriae* 1756.

Spindler, Max (Ed.): *Electoralis Academiae Scientiarum Boicae Primordia*, München 1959.

Tarouca, Carlos da Silva: *Correspondência entre o Duque Manuel Telles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo*, in: *Anais (APH) II. Série*, vol. 6 (1955) 280-422.

**Bibliografia**

- Almeida, A. Ferrand: *A biblioteca do convento de Mafra*, in: ICALP 16-17 (1989) 170-175.
- Andrade, António A. Banha de: *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, 3 vols., Coimbra 1981-1984.
- Antunes, Manuel: *O Marquês de Pombal e os Jesuítas*, in: Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte, Lisboa-Porto 1983, 125-144.
- Archivo Biográfico de España, Portugal e Iberoamérica*, 1143 microfilmes.
- Aretin, Karl Otmar von: *Bayerns Weg zum souveränen Staat*, München 1976.
- Arneth, Alfred von: *Geschichte Maria Theresias*, 10 vols., Wien 1863-1879.
- Atlas on Seismicity and Volcanism*, Ed. da Swiss Reinsurance Company, Zürich 1978.
- Azevedo, J. Lúcio de: *Os jesuítas no Grão-Pará*, Coimbra <sup>2</sup>1930.
- Baader, Clemens Alois: *Lexikon verstorbener Baierischer Schriftsteller des achtzehnten und neunzehnten Jahrhunderts I*, Augsburg-Leipzig 1824. (Reimpresso em 1971)
- Barth, Hilarius: *Die Dominikaner im Augsburger Probabilismusstreit 1759/62*, in: Willehad Paul Eckert (Ed.), Thomas von Aquino. Interpretation und Rezeption, Mainz 1974, 663-727.
- Baum, Willi: *Luigi Maria Torigiani (1697-1777) Kardinalstaatssekretär Papst Klemens' XIII.*, in: ZKTh 94 (1972) 46-78.
- Becker, Felix: *Die politische Machtstellung der Jesuiten in Südamerika im 18. Jahrhundert*, Köln-Wien 1980.
- Bernleithner, Ernst: *Österreichs Beitrag zur Kartographie Lateinamerikas*, in: ZLA 11 (1976) 90-99.
- Betray, Johannes: *Österreichische Missionäre in Lateinamerika*, in: ZLA 11 (1976) 54-67.
- Bireley, Robert: *Hofbeichtväter und Politik im 17. Jahrhundert*, in: Michael Sievernich u. a. (Ed.), Ignatianisch, Freiburg 1990, 386-403.
- Bitterli, Urs: *Der Überseebewohner im europäischen Bewußtsein der Aufklärungszeit*, in: Friedrich Engel-Janosi u.a. (Ed.), Fürst, Bürger, Mensch.

Untersuchungen zu politischen und soziokulturellen Wandlungsprozessen im vorrevolutionären Europa, Wien 1975, 186-214.

- Böck, Karl: *Johann Christoph Beer 1690-1760*, Kallmünz 1955.
- Boxer, Charles: *The Portuguese Seaborn Empire 1415-1825*, London 1969.
- Braubach, Max: *Die Außenpolitik Max Friedrichs von Königsegg, Kurfürsten von Köln und Fürstbischof von Münster (1761-1784)*, in: *Annalen des Historischen Vereins für den Niederrhein* 115 (1929) 330-353.
- Bräuning-Oktavio, Hermann: *Verbotene Literatur in der Bibliothek der «Großen Landgräfin»*, in: *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte* 16 (1966) 147-164.
- Brazão, Eduardo: *A política externa pombalina*, in: *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa-Porto 1983, 57-77.
- Brazão, Eduardo: *Pombal e os Jesuítas*, in: *O Marquês de Pombal e o seu tempo I*, Coimbra 1982-83, 329-365.
- Brieskorn, Norbert: *Francisco Suárez und die Lehre vom Tyrannenmord*, in: Michael Sievernich u.a. (Ed.), *Ignatianisch*, Freiburg 1990, 323-339.
- Burkhardt, Johannes: *Abschied vom Religionskrieg*, Tübingen 1985.
- Busch, Franz Otto: *Brasilienfahrer aus der Gesellschaft Jesu 1549-1756*, in: *Portugiesische Forschungen der Görres-Gesellschaft* 11 (1971) 215-295.
- Cardozo, Manoel: *The Internationalism of the Portuguese Enlightenment*, in: A. Owen Aldridge (Ed.), *The Ibero-American Enlightenment*, Urbana-Chicago-London 1971, 141-207.
- Carnaxide, Visconde de: *O Brasil na administração pombalina*, S. Paulo 1979.
- Carvalho, Rómulo de: *O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal*, in: *O Marquês de Pombal e o seu tempo I*, Coimbra 1982-83, 91-115.
- Castelo-Branco, Fernando: *Subsídios para a história da «Academia Real da História Portuguesa»*, in: *Anais (APH) II. Série*, 20 (1971) 44-68.
- Chantal, Suzanne: *La vie quotidienne au Portugal après le tremblement de terre de Lisbonne de 1755*, Paris 1962.
- Chorão, Maria Mexia Bigotte: *Inquéritos promovidos pela coroa no séc. XVIII*, in: *Revista de História Económica e Social* 21 (1987) 93-130.

- Costa, Maria Helena de Teves: *Livros escolares de Latim e de Grego adoptados pela reforma pombalina dos estudos menores*, in: ACCP 14 (1979) 287-329.
- Costa, Mário J. de Almeida: *Debate jurídico e solução pombalina*, in: *Como interpretar Pombal?* No bicentenário da sua morte, Lisboa-Porto 1983, 81-107.
- Cruz, António: *A reforma pombalina e as ciências auxiliares da história*, in: O Marquês de Pombal e o seu tempo II, Coimbra 1982-83, 101-112.
- Daurignac, J.M.S.: *Geschichte der Gesellschaft Jesu von ihrer Stiftung an bis auf unsere Tage*, 2 vols., Regensburg 1863.
- Dias, Eduardo Mayone: *O terramoto de 1755 numa colectânea de literatura de cordel*, in: *Pombal revisitado II*, Lisboa 1984, 177-187.
- Dias, Manuel Nunes: *Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazónico*, in: *Como interpretar Pombal?* No bicentenário da sua morte, Lisboa-Porto 1983, 299-365.
- Dickerhof, Harald: *Gelehrte Gesellschaften, Akademien, Ordensstudien und Universitäten*, in: ZBLG 45 (1982) 37-66.
- Dickerhof, Harald: *Land, Reich, Kirche im historischen Lehrbetrieb an der Universität Ingolstadt*, Berlin 1971.
- Die Jesuiten in Bayern 1549-1773. Ausstellung des Bayerischen Hauptstaatsarchivs und der Oberdeutschen Provinz der Gesellschaft Jesu*, Weißenhorn 1991.
- Diendorfer, Johann: *Die Aufhebung des Jesuitenordens im Bisthum Passau nach den Akten des k.b. allgemeinen Reichsarchivs zu München und des Bischöflichen Ordinariatsarchivs zu Passau*, Passau 1891.
- Duhr, Bernhard: *Der «Mordversuch» gegen den König von Portugal 1758*, in: *Stimmen aus Maria Laach* 38 (1890) 396-417.
- Duhr, Bernhard: *Deutsche Auslandsehnsucht im achtzehnten Jahrhundert*, Stuttgart 1928.
- Duhr, Bernhard: *Die Etappen bei der Aufhebung des Jesuitenordens nach den Papieren in Simancas*, in: ZKTh 22 (1898) 432-454.
- Duhr, Bernhard: *Die Kaiserin Maria Theresia und die Aufhebung der Gesellschaft Jesu*, in: *Stimmen der Zeit* 110 (1926) 207-221.



- Duhr, Bernhard: *Geschichte der Jesuiten in den Ländern deutscher Zunge im 18. Jahrhundert* IV/1 e IV/2, München-Regensburg 1928.
- Duhr, Bernhard: *Jesuiten-Fabeln*, Freiburg i. Br. 41904,.
- Duhr, Bernhard: *P. Daniel Stadler SJ, ein Hofbeichtvater des 18. Jahrhunderts*, in: *Studi e testi* 39 (1924) 235-257.
- Duhr, Bernhard: *Pombal. Sein Charakter und seine Politik nach den Berichten der kaiserlichen Gesandten im geheimen Staatsarchiv zu Wien*, Freiburg i. Br. 1891.
- Duhr, Bernhard: *Ungedruckte Briefe und Relationen über die Aufhebung der Gesellschaft Jesu in Deutschland*, in: *HJb* 6 (1885) 413-437.
- Duhr, Bernhard: *Zur Charakteristik Pombals*, in: *ZKTh* 23 (1899) 444-459.
- Dülmen, Richard van: *Anfänge einer geistigen Neuorientierung in Bayern zu Beginn des 18. Jahrhunderts*, in: *ZBLG* 26 (1963) 493-559.
- Dülmen, Richard van: *Antijesuitismus und katholische Aufklärung in Deutschland*, in: *HJb* 89 (1969) 52-80.
- Dülmen, Richard van: *Aufklärung und Reform in Bayern I: Das Tagebuch des Pollinger Prälaten Franz Töpsl (1744-1752) und seine Korrespondenz mit Gerhoh Steigenberger (1763-1768)*, in: *ZBLG* 32 (1969) 606-747, 886-961.
- Dülmen, Richard van: *Aufklärung und Reform in Bayern II: Die Korrespondenz des Pollinger Prälaten Franz Töpsl mit Gerhoh Steigenberger (1773-1787/90)*, München 1970.
- Dülmen, Richard van: *Propst Franziskus Töpsl (1711-1796) und das Augustiner-Chorherrenstift Polling*, Kallmünz 1967.
- Fichtl, Wilhelm: *Aufklärung und Zensur*, in: Hubert Glaser (Ed.), *Krone und Verfassung*, München-Zürich 1980, 174-185.
- Fichtl, Wilhelm: *Das bayrische Bücherzensurkollegium (1769-1799)*, München 1941.
- Fischer, Karl A.F.: *Catalogus (generalis) provinciae Bohemiae (1623-1773) et Silesiae (1755-1773) Societatis Jesu*, Rott im Elsaß-München 1985.
- Fitzler, Hedwig: *Die Handelsgesellschaft Felix v. Oldenburg & Co. 1753-1760*, Stuttgart 1931.

- França, José-Augusto: *Die Bourgeoisie und das gesellschaftliche Leben nach 1755 (Portugal)*, in: Karl O. Freiherr von Aretin (Ed.), *Der aufgeklärte Absolutismus*, Köln 1974, 304-314.
- Frèches, Claude-Henri: *Voltaire, Malagrida et Pombal*, in: ACCP 1 (1969) 320-334.
- Gabrielli, Annibale: *Libelli antijesuitici nel secolo XVIII*, in: Nuova antologia di lettere, scienze ed arti 208 (1906) 239-260.
- Garms-Cornides, Elisabeth: *Zwischen Giannone, Muratori und Metastasio*, in: Friedrich Engel-Janosi u.a. (Ed.), *Formen der europäischen Aufklärung*, Wien 1976, 224-250.
- Garrido, Fernando: *Pobres Jesuítas!*, Lisboa 1881.
- Gasser, Peter: *Triests Handelsversuche mit Spanien und die Probleme der österreichischen Schifffahrt in den Jahren 1750-1800*, in: MÖSTA 36 (1983) 150-178.
- Gatz, Erwin (Ed.): *Die Bischöfe des Heiligen Römischen Reiches 1648 bis 1803*, Berlin 1990.
- Gatzhammer, Stefan: *Die Schicksale des Oberpfälzer Missionars P. Martin Schwarz SJ*, in: Oberpfälzer Heimat 33 (1989) 129-135.
- Gatzhammer, Stefan: *Politisch-diplomatische Beziehungen zwischen Portugal und Österreich im 18. Jahrhundert vor dem Hintergrund der Jesuitenfrage*, in: MIÖG 102 (1994) (no prelo).
- Gatzhammer, Stefan: *Portugal*, in: Marienlexikon, (Hrsg. im Auftrag des Institutum Marianum Regensburg) vol. 5, St. Ottilien 1993, 275-279.
- Gerl, Herbert: *Catalogus generalis Provinciae Germaniae Superioris et Bavariae Societatis Iesu 1556-1773*, München 1968.
- Goercke, Ernst: *Die deutschen Übersee-Missionare der Jesuiten stellte das Ingolstädter Kollegium der Societä Jesu*, in: Ingolstädter Heimatblätter 49 (1986) 33s.
- Gomes, Joaquim Ferreira: *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra 2<sup>a</sup>1989.
- Gulich, Rudolf: *Der Beitrag der böhmischen Länder zur Weltmission des 17. und 18. Jahrhunderts*, Königstein/Ts. 1981.

- Haaß, Robert: *Die Beichtväter der Kölner Kurfürsten Joseph Clemens und Clemens August (1688-1761)*, in: *Annalen des Historischen Vereins für den Niederrhein* 155/156 (1954) 373-391.
- Hamann, Günther: *Fontes valiosas e antigas da história e da geografia de Portugal e do seu império ultramarino existentes na coleção de manuscritos e na coleção cartográfica da antiga Biblioteca Imperial de Viena*, in: Ludwig Scheidl e José Palma Caetano (Ed.), *Relações entre a Áustria e Portugal*, Coimbra 1985, 223-244.
- Hamann, Günther: *Jesuiten unserer Heimat als Forscher und Kolonisatoren im brasilianischen Südamerika*, in: *MIÖG* 71 (1963) 370-379.
- Hamel de Breuil, Jean du: *Carvalho, Marquis de Pombal*, in: *Revue Historique* 59 (1895) 1-35.
- Hammermayer, Ludwig: *Akademiebewegung und Wissenschaftsorganisation*, in: Erik Amburger u.a. (Ed.), *Wissenschaftspolitik in Mittel- und Osteuropa*, Essen 1987, 1-84.
- Hammermayer, Ludwig: *Geschichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften 1759-1807*, 2 vols., München 1983.
- Hanson, Carl A.: *Economia e sociedade no Portugal barroco 1668-1703*, Lisboa 1986.
- Hausmann, Friedrich (Ed.): *Repertorium der diplomatischen Vertreter aller Länder seit dem Westfälischen Frieden*, II. vol. (1716-1763), Zürich 1950.
- Herre, Franz: *Das Augsburger Bürgertum im Zeitalter der Aufklärung*, Augsburg 1951.
- Hersche, Peter: *Der Spätjansenismus in Österreich*, Wien 1977.
- Hess, Christel: *Absolutismus und Aufklärung in der Kurpfalz*, in: *Zeitschrift für die Geschichte des Oberrheins* 136 (1988) 213-245.
- Hof, Karl: *Ein Missionär und Martyrer aus Amberg (1721-1788)*, in: *Oberpfälzer Jura* 11 (1960) 2-5, 8s;.
- Holzwarth, Franz J.: *Der Minister Pombal und der Jesuit Malagrida. Gerichte Gottes in der Geschichte*, Mainz 1872.
- Hundt, Theo: *Pater Rötger Hundt SJ Indio-Missionar in Brasilien*, Olpe 1988.
- Huonder, Anton: *Deutsche Jesuitenmissionäre des 17. und 18. Jahrhunderts*, Freiburg i. Br. 1899.

- Iggers, Georg G.: *The European Context of Eighteenth-century German Enlightenment Historiography*, in: Erich Bödeker u.a. (Ed.), *Aufklärung und Geschichte*, Göttingen 1986, 225-245.
- Indice Biográfico de España, Portugal e Iberoamérica*, (Ed. por Victor Herrero Mediavilla e Lolita Rosa Aguayo Nayle) 4 vols, München 1990.
- A Inquisição em Portugal (1536-1821)*. Catálogo da exposição do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição, Lisboa 1987.
- Jaksch, Josef: *Sudetendeutsche in der Weltmission des 17. und 18. Jahrhunderts*, Königstein/Taunus 1957.
- Jong, M. de: *Hollandse reacties op de verwoesting van Lissabon in 1755*, in: *Tijdschrift voor Geschiedenis* 68 (1955) 193-204.
- Just, Leo: *Die westdeutschen Höfe um die Mitte des 18. Jahrhunderts im Blick der Kölner Nuntiatur*, in: *Annalen des Historischen Vereins für den Niederrhein* 134 (1939) 50-91.
- Kaufmann, Gisela: *Die Akademiebewegung in Spanien im 18. Jahrhundert II*, (Diss.), München 1981.
- Kellenbenz, Hermann: *Landverkehr, Fluß- und Seeschiffahrt im europäischen Handel*, in: Id. (Ed.), *Europa, Raum wirtschaftlicher Begegnung I*, Stuttgart 1991, 327-441.
- Kemmerer, Arthur: *Das Erdbeben von Lissabon in seiner Beziehung zum Problem des Übels in der Welt*, Frankfurt a. Main 1958.
- Kleinmann, Hans-Otto: *Zur Praxis des diplomatischen Verkehrs zwischen Wien und Madrid*, in: Hans Juretschke (Ed.), *Berichte der diplomatischen Vertreter des Wiener Hofes aus Spanien in der Regierungszeit Karls III. (1759-1788) I*, Madrid 1970, XXXIII-LX.
- Koch, Ludwig: *Jesuiten-Lexikon*, 2 vols., Paderborn 1934 (Reimpresso em 1962).
- Koegel, Joseph: *Geschichte der St. Kajetans=Hofkirche, der Theatiner und des Königl. Hof= und Kollegiatstiftes in München*, Freiburg i. Br. 1899.
- König, Hans-Joachim: *Barbar oder Symbol der Freiheit?*, in: Id. u.a. (Ed.), *Der europäische Beobachter außereuropäischer Kulturen*, Berlin 1989, 97-118.

- Kovács, Elisabeth: *Beziehungen von Staat und Kirche im 18. Jahrhundert*, in: Erich Zöllner (Ed.), *Österreich im Zeitalter des aufgeklärten Absolutismus*, Wien 1983, 29-53.
- Kovács, Elisabeth: *Einflüsse geistlicher Ratgeber und höfischer Beichtväter auf das fürstliche Selbstverständnis, auf Machtbegriffe und politische Entscheidungen österreichischer Habsburger während des 17. und 18. Jahrhunderts*, in: *Cristianesimo nella storia* 4 (1983) 79-102.
- Kratz, Wilhelm: *Aus den Frühtagen der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, in: *AHSI* 7 (1938) 181-219.
- Kratz, Wilhelm: *Der Prozeß Malagrida nach den Originalakten der Inquisition im Torre do Tombo in Lissabon*, in: *AHSI* 4 (1935) 1-43.
- Kratz, Wilhelm: *Neue Daten zum Leben des P. Anselm von Eckart S.I.*, in: *AHSI* 7 (1938) 97-104.
- Kraus, Andreas: *Bürgerlicher Geist und Wissenschaft*, in: *Archiv für Kulturgeschichte* 49 (1967) 340-390.
- Kraus, Andreas: *Die Geschichtswissenschaft an den deutschen Akademien*, in: Karl Hammer u. a. (Ed.), *Historische Forschung im 18. Jahrhundert*, Bonn 1976, 236-259.
- Krebs, Ricardo: *Portugal vom Frieden von Lissabon bis zum Tod Josephs I. (1668-1777)*, in: Theodor Schieder (Ed.), *Handbuch der europäischen Geschichte* 4, Stuttgart 1968, 579-584.
- Kröll, Helmut: *Beiträge zur Geschichte der Aufhebung der Gesellschaft Jesu in Wien und Niederösterreich* (Dissertação), Wien 1964.
- Kröll, Helmut: *Die Auswirkungen der Aufhebung des Jesuitenordens in Wien und Niederösterreich*, in: *ZBLG* 34 (1971) 547-617.
- Kuder, Manfred: *Acht Jahrhunderte vielfältiger Kontakte*, in: Id. u. a. (Ed.), *Deutsch-Portugiesische Kontakte in über 800 Jahren und ihre wechselnde Motivation*, Bammental/Heidelberg 1984, 1-63.
- Laun, Andreas: *Die Moraltheologie im 18. Jahrhundert unter dem Einfluß von Jansenismus und Aufklärung*, in: Elisabeth Kovács (Ed.), *Katholische Aufklärung und Josephinismus*, München 1979, 266-294.
- Lea, Henry C.: *A History of Auricular Confession and Indulgences in the Latin Church II: Confession and Absolution*, Philadelphia 1895. (Reimpresso em 1968).

- Leite, António: *A ideologia pombalina*, in: *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa-Porto 1983, 27-54.
- Lengenfelder, Bruno: *Die Diözese Eichstätt zwischen Aufklärung und Restauration*, Regensburg 1990.
- Lexicon Capuccinum. Promptuarium Historico-Bibliographicum Ordinis Fratrum Minorum Capuccinorum (1525-1950)*, Romae 1951.
- Lopes, António: *Roteiro histórico dos Jesuítas em Lisboa*, Braga 1985.
- Maaß, Ferdinand: *Die österreichischen Jesuiten zwischen Josephinismus und Liberalismus*, in: *ZKTh* 80 (1958) 66-100.
- Macedo, Jorge Borges de: *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa <sup>3</sup>1989.
- Macedo, Jorge Borges de: *Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal*, in: *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, Lisboa-Porto 1983, 15-23.
- Macedo, Jorge Borges de: *Formas e premissas do pensamento luso-brasileiro do sec. XVIII*, in: *Revista da Biblioteca Nacional* 1 (1981) 74-82.
- Macedo, Jorge Borges de: *História diplomática portuguesa*, Lisboa s. d.
- Macedo, Jorge Borges de: *Problemas de história da indústria portuguesa no sec. XVIII*, Lisboa <sup>2</sup>1982.
- Machado, Diogo Barbosa: *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronológica, na qual se comprehende a notícia dos Authores Portuguezes e das obras*, 4 vols., Lisboa 1741-1759. (Reimpresso em 1967)
- Marquês de Pombal. Catálogo bibliográfico e iconográfico*, Lisboa 1982.
- Martínez, Pedro Soares: *História diplomática de Portugal*, Lisboa 1985.
- Martins, José V. de Pina: *Luís António Verney contra a escolástica entre 1745 e 1750*, in: *ACCP* 15 (1980) 609-622.
- Matsch, Erwin: *Der Auswärtige Dienst von Österreich(-Ungarn) 1720-1920*, Wien-Köln-Graz 1986.
- Maxwell, Kenneth: *Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy*, in: *HAHR* 48 (1968) 608-631.
- Maxwell, Kenneth: *Pombal: the Paradox of Enlightenment and Despotism*, in: Hamish M. Scott (Ed.), *Enlightened Absolutism*, London 1990, 75-118.

- Mehler, Johann Baptist: *Geschichte der Wallfahrts=Seelsorge in Altötting, Regensburg* 1928.
- Michaud, Claude: *Un anti-jésuite au service de Pombal: l'Abbé Platel*, in: *Pombal revisitado I*, Lisboa 1984, 387-401.
- Miller, Samuel J.: *Portugal and Rome c. 1748-1830*, Roma 1978.
- Moreira, António J. da Silva: *Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do sec. XVIII*, in: *Portugal revisitado II*, Lisboa 1984, 11-57.
- Mörner, Magnus: *Europäische Reiseberichte als Quellen zur Geschichte Lateinamerikas von der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts bis 1870*, in: Antoni Maczak u.a. (Ed.), *Reiseberichte als Quellen europäischer Kulturgeschichte*, Wolfenbüttel 1982, 281-314.
- Moisy, Sigrid von: *Von der Aufklärung zur Romantik: geistige Strömungen in München*, Regensburg 1984.
- Müller, Klaus: *Die Idee des europäischen Gleichgewichts in der Frühen Neuzeit*, in: Hans Hecker (Ed.), *Europa - Begriff und Idee. Historische Streiflichter*, Bonn 1991, 61-74.
- Müller, Winfried : *Die Aufhebung des Jesuitenordens in Bayern*, in: ZBLG 48 (1985) 285-352.
- Mundwiler, J.B.: *Deutsche Jesuiten in spanischen Gefängnissen im 18. Jahrhundert*, in: ZKTh 26 (1902) 621-672.
- Naumann, Victor: *Der Jesuitismus*, Regensburg 1905.
- Osterhammel, Jürgen: *Distanzerfahrung. Darstellungsweisen des Fremden im 18. Jahrhundert*, in: Hans-Joachim König u.a. (Ed.), *Der europäische Beobachter außereuropäischer Kulturen*, Berlin 1989, 9-42.
- Otruba, Gustav: *Der Anteil österreichischer Jesuitenmissionäre am «Heiligen Experiment» von Paraguay*, in: MIÖG 63 (1955) 430-455.
- Pastor, Ludwig von: *Geschichte der Päpste im Zeitalter des fürstlichen Absolutismus von der Wahl Benedikts XIV. bis zum Tode Pius' VI (1740-1799)*, (XVII/1 e XVI/2), Freiburg i. Br. 1931-32.
- Pereira, Isaiás da R.: *O auto-da-fé de 1761*, in: *O Marquês de Pombal e o seu tempo I*, Coimbra 1982-83, 367-376.
- Piwnik, Marie-Hélène: *Échanges érudits dans la péninsule ibérique (1750-1767)*, Paris 1987.

- Piwnik, Marie-Hélène: *Les membres portugais de la Royale Académie d'Histoire de Madrid au siècle de lumières*, in: ACCP 17 (1982) 115-157.
- Plattner, Felix A.: *Die erste Groß- Expedition von Jesuiten-Missionaren deutscher Zunge*, in: NZM 1 (1945) 169-183.
- Pohl, Hans: *Die Beziehungen Hamburgs zu Spanien und dem spanischen Amerika in der Zeit von 1740 bis 1806*, Wiesbaden 1963.
- Portugal no século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa*. Exposição organizada pela BNL e pela Sociedade Portuguesa de Estudos do sec. XVIII, Lisboa 1989.
- Prellwitz, Jürgen von: *Der deutsche Anteil am «Heiligen Experiment»*, in: Christ unterwegs 17 (1963) 3-5.
- Ptak, Heinz Peter: *Wohin steuert Portugal?*, Bammental/Heidelberg 1980.
- Ramos, Gustavo Cordeiro: *Die deutsch-portugiesischen Kulturbeziehungen*, in: Portugal 1140-1640, Köln 1940, 12-18.
- Ramos, Luís A. de Oliveira: *Pombal e a reforma dos estudos monásticos (o caso beneditino)*, in: O Marquês de Pombal e o seu tempo II, Coimbra 1982-83, 113-124.
- Randa, Alexander von: *Los Jesuítas austríacos en la Provincia de Nueva Granada*, in: Congreso Hispanoamericano de Historia, Caragena de Indias 1962, 326-327.
- Ranke, Leopold von: *Die römischen Päpste in den letzten vier Jahrhunderten*, Leipzig 1878.
- Robel, Gert: *Reisen und Kulturbeziehungen im Zeitalter der Aufklärung*, in: B. I. Krasnobaev u.a. (Ed.), *Reisen und Reisebeschreibungen im 18. und 19. Jahrhundert als Quellen der Kulturbeziehungsforschung*, Berlin 1980, 9-37.
- Rocha, André: *Um epistolário vienense de Ribeiro Sanches*, in: Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano (Ed.), *Relações entre a Áustria e Portugal*, Coimbra 1985, 245-258.
- Rohrer, Berthold: *Das Erdbeben von Lissabon in der französischen Literatur des achtzehnten Jahrhunderts*; Heidelberg 1932.
- Santana, Francisco: *Os jesuítas portugueses exilados em Itália*, in: Brotéria 90 (1970) 398-408.



- Santos, Cândido dos: *António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung*, in: *O Marquês de Pombal e o seu tempo I*, Coimbra 1982-83, 167-203.
- Santos, Domingos Maurício G. dos: *O «Abbé Platel», mercenário de Pombal*, in: *Anais (APH) II. Série*, 22 (1973) 280-305.
- Schäfer, Heinrich: *Geschichte von Portugal V: Von der Absetzung Affonso's VI, bis zum Ausbruch der Revolution im Jahr 1820*, Gotha 1854.
- Schaffner, Otto: *Eusebius Amort als Moraltheologe*, Paderborn 1963.
- Schebesta, Paul: *Portugals Konquistamission in Südost-Afrika*, St. Augustin 1966.
- Schindling, Anton: *Theresianismus, Josephinismus, katholische Aufklärung*, in: *Würzburger Diözesangeschichtsblätter* 50 (1988) 215-224.
- Schmid, Alois: *Die Rolle der bayerischen Klosterbibliotheken im wissenschaftlichen Leben des 17. und 18. Jahrhunderts*, in: Paul Raabe (Ed.), *Öffentliche und Private Bibliotheken im 17. und 18. Jahrhundert*, Bremen-Wolfenbüttel 1977, 143-186.
- Schmid, Alois: *Max III. Joseph und die europäischen Mächte. Die Außenpolitik des Kurfürstentums Bayern von 1745-1765*, München 1987.
- Schmitz, Philipp: *Probabilismus - das jesuitischste der Moralsysteme*, in: Michael Sievernich u.a. (Ed.), *Ignatianisch*, Freiburg 1990, 354-368.
- Schneider, Burkhard: *Die Aufhebung des Jesuitenordens vor 200 Jahren*, in: *Stimmen der Zeit* 191 (1973) 443-460.
- Schneider, Reinhold: *Portugal. Ein Reisetagebuch*, Frankfurt a.M. 1984.
- Schnelle, Kurt: *Aufklärung und klerikale Reaktion*, Berlin 1963.
- Schorer, Hans: *Gefälschte Schriften Pombals*, in: *HJb* 23 (1902) 270-304.
- Schrohe, Heinrich: *Zur Geschichte der oberrheinischen Jesuitenprovinz im 17. und 18. Jahrhundert*, in: *Freiburger Diözesanarchiv N.F.* 27 (1926) 227-253.
- Schrörs, Heinrich: *Ein Bericht über die Aufhebung des Jesuitenkollegiums zu Köln (1773-1777)*, in: *Annalen des Historischen Vereins für den Niederrhein* 109 (1926) 68-92.

- Schryver, Reginald: *Die Aufklärung. Eine historiographische Skizze*, in: Ralph Melville u. a. (Ed.), *Deutschland und Europa in der Neuzeit*, Wiesbaden 1988, 347-358.
- Scott, Hamish M.: *Reform in the Habsburg Monarchy, 1740-1790*, in: Id. (Ed.), *Enlightened Absolutism*, London 1990, 145-187.
- Seigfried, Adam: *Die Dogmatik im 18. Jahrhundert unter dem Einfluß von Aufklärung und Jansenismus*, in: Elisabeth Kovács (Ed.), *Katholische Aufklärung und Josephinismus*, München 1979, 241-265.
- Seiler, Joachim: *Das Augsburger Domkapitel vom Dreißigjährigen Krieg bis zur Säkularisation (1648-1802)*, St. Ottilien 1989.
- Serrão, J. Veríssimo: *História de Portugal V-VI*, Lisboa 1982.
- Serrão, J. Veríssimo: *O Marquês de Pombal*, Lisboa 1982.
- Silva, Francisco Ribeiro da: *Os motins do Porto de 1757*, in: *Portugal revisitado I*, Lisboa 1984, 247-283.
- Sommervogel, Carlos: *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, 12 vols., Bruxelles-Paris 1890-1911.
- Spindler, Max: *Der Ruf des barocken Bayern*, in: *HJb* 74 (1955) 319-341.
- Spindler, Max: *Gründung und Anfänge der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, in: *ZBLG* 44 (1981) 505-523.
- Stadel, Klaus: *Buße in Aufklärung und Gegenwart*, München-Paderborn-Wien 1974.
- Storni, Hugo: *Catálogo de los Jesuitas de la provincia del Paraguay (Cuenca del Plata) 1585-1768*, Roma 1980.
- Storni, Hugo: *Consideraciones sobre el «Catálogo de los jesuitas de la provincia del Paraguay (Cuenca del Plata) 1585-1768»*, in: Titus Heydenreich e Jürgen Schneider (Ed.), *Paraguay. Referate des 6. interdisziplinären Kolloquiums der Sektion Lateinamerika des Zentralinstituts 06*, München 1984, 9-19.
- Szilas, L.: *Konklave und Papstwahl Clemens' XIV. (1769)*, in: *ZKTh* 96 (1974) 287-299.
- Theiner, Augustin: *Geschichte des Pontificats Clemens' XIV. nach unedirten Staatsschriften aus dem geheimen Archive des Vaticans*, 2 vols., Leipzig-Paris 1853.

- Vattel, Emer de: *Supplement aux memoires pour servir à l'histoire de notre temps, par rapport aux affaires des P.P. Jésuites de Portugal*, Frankfurt-Leipzig 1761.
- Wagner, Fritz: *Die Anfänge der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, in: Fritz Hartmann u.a. (Ed.), *Der Akademiegedanke im 17. und 18. Jahrhundert*, Bremen-Wolfenbüttel 1977, 171-191.
- Waltham, Tony: *Catastrophe: The Violent Earth*, London 1978.
- Wehrl, Franz: *Der «Neue Geist»*, in: MÖSTA 20 (1967) 36-114.
- Weitlauff, Manfred: *Kardinal Johann Theodor von Bayern (1703-1763). Fürstbischof von Regensburg, Freising und Lüttich*, Regensburg 1970.
- Wicki, Josef: *Das Schulwesen der Jesuiten in Portugiesisch-Indien 1599 bis 1759*, in: AHSI 55 (1986) 33-85.
- Wicki, Josef: *Liste der Jesuiten-Indienfahrer 1541-1758*, in: Portugiesische Forschungen der Görres-Gesellschaft 7 (1967) 252-450.
- Willeke, Bernward H.: *Die Missionshandschriften im Bayerischen Hauptstaatsarchiv zu München*, in: Euntes Docete. Commentaria Urbaniana 21 (1968) 321-345.
- Winter, Eduard: *Der Josefinismus*, Berlin 1962.
- Winter, Otto Friedrich (Ed.): *Repertorium der diplomatischen Vertreter aller Länder seit dem Westfälischen Frieden*, III. vol. (1764-1815), Graz-Köln 1965.
- Zipf, Hans: *P. Rochus Hundertpfund SJ aus Bregenz, ein Amazonasmissionar des 18. Jahrhunderts*, in: Montfort 28 (1976) 109-143.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCP	Arquivos do Centro Cultural Português
AHDMNE	Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHSI	Archivum Historicum Societatis Iesu
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOPJ	Archiv der Oberdeutschen Provinz der Gesellschaft Jesu
ABEPI	Archivo Biográfico de España, Portugal e Iberoamérica
APH	Academia Portuguesa de História
BA	Biblioteca da Ajuda
BACL	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
BayHStA	Bayerisches Hauptstaatsarchiv München
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BStB	Bayerische Staatsbibliothek München
Clm	Codex latinus monacensis (BStB)
Col. Pomb.	Colecção Pombalina (BNL)
Cx., Cxs.	Caixa, Caixas
DA	Diözesanarchiv
HJb	Historisches Jahrbuch
IBEPI	Índice Biográfico de España, Portugal e Iberoamérica
Jes.	Jesuitica (BayHStA)
Kschw.	Kasten schwarz (BayHStA)

LThK	Lexikon für Theologie und Kirche
MIÖG	Mitteilungen des Instituts für österreichische Geschichtsforschung
MÖStA	Mitteilungen des österreichischen Staatsarchivs
MsL	Manuscritos da Livraria (ANTT)
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros (ANTT)
NZM	Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft
StA Amberg	Staatsarchiv Amberg
StA Mainz	Stadtarchiv Mainz
ZBLG	Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte
ZKTh	Zeitschrift für katholische Theologie
ZLA	Zeitschrift für Lateinamerika